

Jogos de *guanxi*: A plataforma Macau na diplomacia cultural portuguesa (2009-2019)

Célia Sofia Marreiros Cardoso

Orientador: Prof. Doutor Nuno Canas Mendes

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
em Relações Internacionais

Lisboa
2021

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT

Dissertação realizada ao abrigo da Bolsa “Estudos sobre Macau”,
concedida e financiada pela Fundação Macau

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares e amigos, pelo voto de coragem e apoio incondicional.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Nuno Canas Mendes, um profundo agradecimento pela persistência, direção e gentileza.

A todos os entrevistados, pela disponibilidade e pela partilha das suas valiosas experiências e sabedoria.

À Fundação Macau (FM), pela inestimável bolsa atribuída.

À Fundação Oriente (FO), pelo acolhimento nas suas instalações em Macau.

Ao Instituto do Oriente (IO), pelo auxílio em todos os momentos.

Ao Instituto Internacional de Macau (IIM), pela ajuda e pela ponte que constituiu durante a minha estadia no território. Um sentido e especial agradecimento ao Dr. António Monteiro, pelo incansável acompanhamento, pelos contactos estabelecidos, pelos livros facultados, pelo humanismo demonstrado, por partilhar Macau.

Aos colegas e professores do Mestrado de Relações Internacionais do ISCSP, pelo conhecimento e estima.

A todos, um enorme obrigada pelo crescimento académico e, acima de tudo, pelo crescimento pessoal que me permitiram alcançar.

RESUMO

Após o seu *handover* em 1999, Macau viu-lhe atribuída a missão de operar como plataforma entre a China e os Países de Língua Portuguesa (PLPs). Sob a atenta orientação de Pequim, a sua vocação histórica, lusófona e multicultural surge coadunada com a estratégia chinesa de *going out*, que tem procurado transformar a região num centro de serviços e de formação de talentos bilingues. Portugal representa neste contexto um velho conhecido e amigo, tendo do seu lado não apenas o vetor da cultura e da língua, mas também o vetor dos afetos. Uma vez colocada no horizonte da sua política externa mais premente a relação com o mundo de expressão portuguesa, importa assim compreender a posição tomada no apoio à concretização desses objetivos, também eles de interesse estratégico no âmbito da sua afirmação internacional. A presente dissertação propõe, por isso, analisar o papel do nosso país na promoção da sua diplomacia cultural no território entre 2009 e 2019 via três significativos organismos: o Instituto Português do Oriente (IPOR), a Escola Portuguesa de Macau (EPM) e o Consulado-Geral de Portugal em Macau e Hong Kong. A partir de uma abordagem teórica construtivista fundamentada na importância das ideias, identidades e normas no processo de tomada de decisões e posicionamento dos Estados, foram delineadas várias pistas no sentido de melhor compreendermos a atuação portuguesa. Conclui-se que a sua participação, não obstante os esforços positivos das instituições referidas, permanece pouco desenvolvida e dependente das iniciativas locais e chinesas.

Palavras-chave: Cultura; Diplomacia Cultural; Língua Portuguesa; Macau; Política Externa; Portugal.

ABSTRACT

Following its handover in 1999, Macao has been given the mission of operating as a platform between China and the Portuguese speaking countries. Under the close orientation of Beijing, its historical, lusophone and multicultural vocations emerge aligned with the Chinese strategy of going out, which has been attempting to transform the region into a service and bilingual talent training center. In this context, Portugal represents an old acquaintance and friend, having on its side not only the vector of a shared culture and language, but the one of affection as well. Having placed on its most pressing foreign policy horizon the relationship with the Portuguese speaking world, it matters thus understand its position towards the concretization of those goals, also strategic to its international assertion. Therefore, this dissertation proposes to analyze our country's role in promoting its cultural diplomacy in the territory from 2009 to 2019 via three significant organisms: the Instituto Português do Oriente (IPOR), the Escola Portuguesa de Macau and the Consulate General of Portugal in Macao and Hong Kong. From a constructivist theoretical approach grounded in the importance of the ideas, identities and norms in the decision-making processes and State standing in the world affairs, several leads have been raised for a better understanding of the Portuguese behavior. This study concludes that, regardless the previously mentioned institutions' positive efforts, Portugal's participation remains limited and dependent on the local and Chinese initiatives.

Keywords: Culture; Cultural Diplomacy; Foreign Policy; Macao; Portugal; Portuguese Language.

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo I – Enquadramento teórico	4
1. Teoria das Relações Internacionais (RI)	4
1.1 Construtivismo	4
2. Quadro concetual	7
2.1 Política externa.....	7
2.2 Diplomacia cultural e diplomacia pública.....	8
3. A dimensão cultural da política externa portuguesa	11
4. Estado da arte	14
5. Opções metodológicas	17
Capítulo II – A importância estratégica de Macau no contexto da PE portuguesa	20
1. O relacionamento luso-chinês	20
1.1 Chegada e permanência portuguesa em Macau	20
1.2 Macau: o processo de transferência de soberania	23
1.3 Relações bilaterais na sua “melhor fase”	26
2. Especificidade de Macau: a herança portuguesa	29
3. A aposta na lusofonia.....	31
Capítulo III – A diplomacia cultural portuguesa em Macau	34
1. Considerações iniciais.....	34
2. Entidades oficiais	37
2.1 O Instituto Português do Oriente	37
2.2 A ação do Instituto Português do Oriente na RAEM.....	40
2.3 A Escola Portuguesa de Macau	45
2.4 A ação da Escola Portuguesa de Macau na RAEM	47
2.5 O Consulado-Geral de Portugal em Macau e Hong Kong	51
2.6 A ação do Consulado-Geral de Portugal em Macau e Hong Kong na RAEM	53
Conclusão	56
Referências Bibliográficas	59
Anexos	74

INTRODUÇÃO

Num contexto em que as relações internacionais vêm conquistando e assumindo novas fronteiras, aspetos como a proximidade cultural e linguística podem reduzir distâncias e favorecer o entendimento entre diferentes atores. Estudos como os de Goff (2013), Schneider (2006) ou Mark (2008) realçam a capacidade humanizadora e facilitadora de diálogo da diplomacia cultural e a sua importância enquanto ferramenta diplomática. Tradicionalmente subalterna de outras práticas oficiais¹, tem adquirido maior reconhecimento e atenção por parte dos governos, estando esta dimensão cada vez mais incorporada nas suas agendas sociais, políticas e económicas². Com efeito, as possibilidades em seu torno são inúmeras. Os moldes em que se inscreve, a sua eficácia ou a forma como dela nos podemos socorrer não obedecem a uma só fórmula, cabendo aos que nela participam delinear as suas próprias abordagens.

No caso de Portugal, a sua política externa persegue três orientações fundamentais que compreendem, para além das vertentes europeia e atlântica, a vertente lusófona. Apesar das suas reduzidas proporções, o país possui, na condição de Estado democrático, europeu, multilateral e de expressão portuguesa, uma pluralidade de características potencialmente estratégicas à sua inserção internacional. No relacionamento com um dos mais influentes *players* do século XXI, a China, detém a vantagem da singularidade: Macau. Nos últimos anos, a Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) tem vindo a afirmar-se como plataforma para os PLPs e como centro de formação de portugueses na Ásia, vendo-se ainda na rota das mega-iniciativas da área do Delta do Rio das Pérolas: a *Nova Rota da Seda* e a *Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau*³. Tendo como tema nuclear a diplomacia cultural portuguesa projetada para a RAEM, é por isso relevante examinar o posicionamento de Portugal nesse espaço relacional que, a jusante, poderá traduzir-se em oportunidades de investimento e negócios, de desenvolvimento de redes de influência e *guanxi*⁴ e de projeção da sua imagem e *nation branding* na região.

¹ Goff (2013, p. 1).

² Kang (2013, pp. 1 e 4).

³ Sobre a temática consultar Chan e Rosário (2017); Chan, Mooney, Figueiredo e Marques (2018); Leandro (2018); Duarte (2017).

⁴ A palavra chinesa *guanxi* (关系) designa “ligação” ou “relação”, fazendo parte da tradição chinesa há milhares de anos. Assume grande importância em contextos sociais, económicos e/ou políticos, uma que vez se baseia no relacionamento ou conexões sociais de benefícios e interesses mútuos, na troca de favores. As *guanxi* podem ocorrer entre organizações ou indivíduos (Schiavini, Scherer & Coronel, 2012, pp. 318-326).

Sustentada num referencial teórico de base construtivista nas quais as identidades dos Estados são também determinantes nas suas ações, a presente dissertação procura assim analisar a forma como os pontos históricos, culturais e sociais comuns a Portugal e Macau se manifestam nessas interações. Deste modo, apresenta como ponto de partida a seguinte questão orientadora: **“Qual o papel de Portugal na promoção da língua e cultura portuguesas em Macau?”**. Para a responder, a pesquisa está centrada em três organismos sediados em Macau, vinculados ao Estado Português, que, entre as suas diversificadas atribuições, operam também como instrumentos de diplomacia cultural: o IPOR, a EPM e o Consulado-Geral. O seu arco temporal estende-se de 2009 a 2019, escolha que pretende, pela sua atualidade e extensão, conferir maior pertinência e representatividade à investigação. É ainda coincidente com os dois mandatos do Chefe do Executivo de Macau, Chui Sai On – com funções cessadas no final de 2019 –, o que nos permite observar o *continuum* das políticas praticadas pelo Governo da RAEM sob a mesma administração durante esses anos. Ademais, 2019 transporta um interessante simbolismo pelas efemérides que assinalou: o 20º aniversário da RAEM, o 30º aniversário do IPOR, o 40º aniversário das relações diplomáticas luso-chinesas e o 70º aniversário da RPC.

Neste sentido, apresentam-se como objetivos deste estudo:

Objetivo geral

- ❖ Caracterizar a política externa portuguesa direcionada para Macau na divulgação da sua língua e cultura no território;

Objetivos específicos

- ❖ Analisar a importância estratégica de Macau para Portugal no contexto da sua política externa atual;
- ❖ Determinar a evolução da ação cultural externa portuguesa na RAEM;
- ❖ Avaliar o percurso e contributo das entidades portuguesas IPOR, EPM e Consulado-Geral na promoção da língua e cultura portuguesas no território.

Quanto às motivações que desembocaram na decisão de investigar o tema exposto, deve ser em primeiro lugar realçada a atribuição de uma Bolsa de “Estudos sobre Macau”, pela FM, que comportou a oportunidade de visitar a RAEM por um período de três semanas. Uma inestimável parte do processo de investigação foi assim conduzida no território, o que proporcionou o contacto com a realidade local e o acesso a fontes de informação (livros, jornais, pessoas...) que de outra forma seriam dificilmente alcançáveis. Por outro lado, a literatura em

RI⁵ que se detém com as questões da diplomacia da cultura e das relações culturais na região passa, em grande medida, pelo relacionamento luso-chinês de Estado a Estado, por vezes relegando Macau para segundo plano. Pese embora os desafios que coloca, é, portanto, motivador poder expressar mais um contributo, encetar mais um debate e apontar pistas para uma orientação externa portuguesa cada vez mais consistente e profícua. Além disso, acrescente-se ainda um interesse orgânico em escrever sobre as RI no enquadramento da minha formação académica em Línguas e Culturas Orientais. As matérias sobre a China tratam-se, necessariamente, de algo que me é querido e familiar e sobre as quais disponho de prévios conhecimentos.

Por fim, a dissertação encontra-se segmentada em três capítulos: o capítulo I é dedicado ao enquadramento de acordo com as teorias das RI, ao quadro concetual, a uma resenha acerca da dimensão cultural da política externa portuguesa, ao estado da arte e às opções metodológicas adotadas; o capítulo II procura justificar a importância estratégica da RAEM no contexto da política externa de Portugal, através do relacionamento histórico e contemporâneo luso-chinês, da herança portuguesa em Macau e da aposta chinesa na lusofonia; o capítulo III tece algumas considerações iniciais sobre a diplomacia cultural portuguesa praticada no território e consagra os principais dados acerca das missões desenvolvidas pelo IPOR, pela EPM e pelo Consulado-Geral.

⁵ Ver a distinção entre RI ou Relações Internacionais e relações internacionais, conforme proposto por Santos e Ferreira (2012, p. XIII).

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. *Teorias das Relações Internacionais (RI)*

As tradições teóricas em que se desenvolve a investigação em RI constituem propostas à significação do sistema internacional, podendo inscrever-se nos campos do realismo, do liberalismo, do pós-positivismo ou de várias outras perspetivas. Estas classificações e seleções correspondem a “analytical tools created to achieve overview and clarity; they are not objective truths that can be taken for granted” (Jackson & Sorensen, 2013, p. 33). Conforme mencionado, nesta dissertação a ligação de Portugal com a RAEM é tomada pelo ângulo da diplomacia cultural, assente no princípio de que os valores democráticos e internacionalistas portugueses definem grandemente a sua política externa e o tom desse relacionamento. Assim, assumindo uma teorização de carácter construtivista, olhemos para os próximos parágrafos e vejamos de que forma se sustenta, então, todo o enquadramento teórico.

1.1. *Construtivismo*

As teorias internacionalistas procuram, através de narrativas e paradigmas próprios, atribuir sentido à realidade internacional. Se durante várias décadas as correntes positivistas e racionalistas dominaram o campo das RI⁶, hoje são desafiadas pela “lei da complexidade crescente”⁷ das questões mundiais e pelo conseqüente alargamento da discussão a quadros teóricos, problemáticas e léxicos diversificados. Assistimos ao desenvolvimento de novos conceitos, métodos e escolas de pensamento dentro da disciplina, e ao “aprofundamento do debate sobre os seus fundamentos ontológicos e epistemológicos”⁸. Com o fim da Guerra Fria e a dissolução da URSS, os padrões pelos quais o equilíbrio do poder global se tinha regulado tornaram-se incertos. O ambiente internacional conheceu alterações profundas, por vezes difíceis de explicar à luz das orientações teóricas consideradas *mainstream*. Para muitos, “these difficulties stemmed from IR's materialist and individualist orientation, such that a more ideational and holistic view of international politics might do better” (Wendt, 2003, p. 4). Foi neste contexto que o construtivismo progrediu, tendo conquistado particular popularidade junto dos círculos académicos norte-americanos, então sujeitos à prevalência das perspetivas neorealistas e neoliberais (Jackson & Sorensen, 2013, p. 210). O termo era utilizado pela primeira vez⁹ no estudo das RI por Nicholas Onuf (2013, pp. 1-27), numa abordagem filosófica que

⁶ Santos e Ferreira (2012, p. XVII).

⁷ Moreira (2016, p. 70).

⁸ Santos e Ferreira (2012, p. 307).

⁹ Jackson e Sorensen (2013, p. 215); Karacasulu e Uzgören (2007, p. 29); Wendt (2003, p. 1).

propunha despir as RI das pretensões que lhe estavam associadas. Surgiam então concepções alternativas a temas muito centrais na discussão dentro da disciplina, incluindo o significado de anarquia e de distribuição de poder, a relação entre a identidade e os interesses dos Estados, a construção de poder e as perspectivas de mudança na política mundial (Hopf, 1998, p. 172). O princípio inspirado no realismo clássico e defendido pelo neorealismo de Waltz (2002) de que a anarquia tornava, forçosamente, a política internacional num mundo de conflito e autoajuda era rejeitado (Wendt, 2003, p. 6). Sobretudo a partir da modalidade de Alexander Wendt (2003), o construtivismo passou a ocupar um lugar de via média entre a argumentação materialista e idealista, simultaneamente reconhecendo a existência da natureza humana e a importância dos fatores materiais nas RI, mas também dos aspetos ideacionais: “the claim is not that ideas are more important than power and interest . . . is rather that power and interest have the effects they do in virtue of the ideas that make them up” (p. 135).

Os pressupostos construtivistas¹⁰ proporcionam, assim, uma oportunidade de reflexão sobre os aspetos sociais da vida internacional, assumindo que as nações, as sociedades e as pessoas se constroem continuamente nos dois sentidos. Para os construtivistas “people are always acting on the basis of norms and values” (Fearon & Wendt, 2002, p. 58). Um dos debates cruciais promovidos pelo construtivismo tem que ver com o processo de influência mútua entre os atores e as suas estruturas sociais, com o modo como a identidade e os interesses dos Estados são concebidos (Ferreira, 2014, p. 112). Estes não são exógenos às interações em que se envolvem, nem constantes e imutáveis. Os fatores ideacionais “dispõem de dimensões instrumentais e não instrumentais, expressam uma intencionalidade não só individual mas também coletiva, e o seu significado . . . deve ser inscrito num horizonte temporal sujeito à tensão normativa e à mudança” (Ferreira, 2014, p. 112). É justamente na importância que o construtivismo atribui à natureza cultural, ideacional e identitária das relações internacionais que a presente investigação encontra a sua sustentação teórica, perspectiva a partir da qual desenvolve a sua análise. Com efeito, Portugal constitui um exemplo das mudanças de paradigma que os Estados podem testemunhar e que o construtivismo prevê:

A identidade política evolui e muda ao longo do tempo de acordo com os contextos ambientais, nomeadamente do ambiente ideacional e político nacional e da estrutura normativa e de poder

¹⁰ De notar que, enquanto teoria das RI, o construtivismo não é unitário, reunindo diversas modalidades e níveis de análise. Esta investigação segue uma orientação inspirada sobretudo nas concepções de Wendt (2003), Adler (1997), Hopf (1998) e Mendes (2018).

que, em determinadas circunstâncias históricas, caracterizam a ordem interna e internacional (Mendes, 2018, p. 482).

Recorde-se que, durante o Estado Novo, Portugal vivia sob um regime autoritário e autocrata, assente nos princípios do “imperial-essencialismo”, “ocidentalismo” e “especialismo”, interesses e preferências que não só refletiam como legitimavam a sua cultura política e identidade (Mendes, 2018, pp. 475 e 477). A partir da década de 60, esta posição deixou de ter espaço dentro das normas internacionais. Mais tarde, a transição para a democracia marcou a busca pela normalização e europeização do país, tendo os interesses das suas políticas públicas sido “exemplarmente influenciados pelo contexto institucional e ideacional europeu” (Mendes, 2018, pp. 478-479). Portugal viu os seus interesses redefinidos, reflexo de um imaginário onde passou a reconhecer-se como um país democrático, promotor do multilateralismo, das políticas de boa vizinhança e das organizações internacionais, um agente “construtor de pontes entre diferentes regiões e culturas”¹¹. A língua e o mundo de expressão portuguesa tornaram-se prioridades da sua orientação externa, num conjunto de três eixos assumidos e consensuais entre todos os governos que lhe sucederam após 1976 (Pereira, 2018, pp. 269-270). Tal vertente da cooperação e do diálogo por via da cultura e da língua – onde se insere Macau –, é entendida nesta dissertação como sintomática dessas transformações.

O modelo construtivista sugere que a política externa dos Estados não se reduza a uma equação maquiavelista de poder e força, e é neste sentido que dele nos podemos socorrer. Para uma melhor compreensão do posicionamento internacional que atualmente caracteriza o país é então determinante a avaliação dos modos como a formulação da sua identidade ocorreu nesse conjunto de normas e valores partilhados dentro e fora das suas fronteiras. Quanto ao papel por si desempenhado na promoção da língua e cultura portuguesas no território de Macau, há que tomar em consideração a estrutura de significados e a conjuntura de que Portugal e a RAEM fazem parte. Como veremos, algumas entidades portuguesas parecem evocar um discurso ideacional de engajamento e valorização de Macau como, entre outros aspetos, “ativo indispensável na promoção da língua portuguesa”¹² ou como plataforma para os países de expressão portuguesa. Cabe à perspetiva sociocultural de que se reveste o construtivismo o enquadramento do trabalho desenvolvido pelos organismos culturais abrangidos neste estudo

¹¹ Silva (2017, p. 1).

¹² Declarações de Luís Faro Ramos, ex-Presidente do Camões, I.P., avançadas pela Lusa à RTP (2018a, para. 1).

com as narrativas que se estabelecem sobre a sua atuação. Por ora, atentemos ao que nos trazem os principais conceitos.

2. *Quadro conceitual*

No decorrer dos vários capítulos surgem articulados três conceitos de grande centralidade para a investigação, pelo que a sua delimitação dentro de quadros próprios se impõe necessária para a correta formulação da análise que se pretende conduzir. Sem perseguir maiores deambulações de conceitos, passemos a olhar para cada um deles.

2.1. *Política externa*

Durante muito tempo, o estudo das RI foi realizado num contexto de “state-centric realism”¹³ que acabou por caracterizar a política internacional segundo concepções de competição e insegurança, circunscrevendo a política externa a uma missão de busca pelos interesses nacionais, medidos pela necessidade de defesa das agressões dos agentes concorrentes. Esta *ideologia* foi um dos símbolos mais possantes do século XX¹⁴ (Webber & Smith, 2013, p. 17). Tradicionalmente, era entendida como uma atividade reservada aos Estados exercida “para além das suas fronteiras políticas”, destinando-se a “obter um determinado resultado em relação a outro Estado ou grupo de Estados” (Magalhães, 1996, pp. 22 e 23). Uma visão clássica que a interpreta como o instrumento através do qual estes se posicionam internacionalmente, “com base em avaliações racionais do poder projetado e apercebido pelos demais e da posição relativa que ocupa na hierarquia das potências” (Patrício, 2014, p. 408).

Mas a política externa não é indiferente às transformações do sistema mundial. Ao longo do século XX, acontecimentos fraturantes como o processo de descolonização da década de 60, o colapso da União Soviética, o desenvolvimento de forças transnacionais como as corporações multinacionais ou as novas formas de organização internacional trouxeram novas realidades e desafios ao “world of states” (Webber & Smith, 2013, pp. 16-18). A globalização vem contribuindo para o esbater dessas fronteiras entre o internacional e o doméstico, para a descentralização e regionalização responsável por outras formas de governo subnacionais e supranacionais, provocando mudanças nas concepções da política externa e “conduzindo ao aparecimento de novos modelos analíticos” (Patrício, 2014, p. 408). Neack (2008, p. 9) sugere

¹³ Webber e Smith (2013, p. 12).

¹⁴ Recordem-se trabalhos como o *Politics among nations: The struggle for power and peace*, de Morgenthau (1948).

que o estudo da política externa se estenda para lá daquilo que os Estados declaram ser os seus intentos, e como tentam atingi-los, e que inclua os motivos pelos quais estes surgem e porque determinados comportamentos acontecem. Bojang As (2018) declara que “foreign policy is a vision of a desired outcome or set of interests in interacting with another state/actor, the strategies and ideas used in achieving these goals, and the available resources at a state’s disposal, in guiding her interaction with other states” (p. 2). Mendes (2018) defende a política externa como “a política pública que expressa de forma mais completa a identidade política do Estado”, sendo a sua construção “o resultado de um complexo processo de interação entre a sociedade nacional e a sociedade internacional” (pp. 459 e 472).

Apesar do Estado Português constituir o elemento de análise central desta investigação – e do reconhecimento de que “a política externa é ainda maioritariamente exclusiva do domínio dos Estados”¹⁵ –, a delimitação deste conceito-chave é igualmente sensível à evolução que a acompanha e aos novos elementos que dela fazem parte. São considerados os contextos em que os Estados e outros atores coexistem e os intrincados sistemas de influência exercidos nas esferas doméstica e externa a que estes estão sujeitos. A política externa não se resume, aqui, à perspetiva dos interesses nacionais e da competição entre Estados. Revê-se nas palavras de Webber e Smith (2013) de que “much of foreign policy is about cooperation between states” (p. 21). Assim, procuro estabelecer uma abordagem que, indo ao encontro dos princípios construtivistas que direcionam a investigação, entenda os percursos culturais e valores a partir dos quais os atores participam nos processos de interação com o exterior como uma parte fundamental da política externa. É nesse âmbito que o relacionamento de Portugal com Macau é perspectivado, conforme vem sendo referido.

2.2. *Diplomacia cultural e diplomacia pública*

De origens na Antiguidade Clássica, a diplomacia desenvolveu-se a partir do século XVI, mas foi com o Congresso de Viena de 1814-1815 que viu a sua atividade regulamentada (Sousa & Mendes, 2014, p. 75). Numa aceção mais tradicional do termo define-se como “um instrumento da política externa para o estabelecimento e desenvolvimento dos contactos pacíficos entre os governos de diferentes Estados, pelo emprego de intermediários, mutuamente reconhecidos pelas respectivas partes” (Magalhães, 1996, p. 90). Pode ser apontada “como uma ‘arte ou técnica’ para conduzir as relações entre os Estados, ou seja, como *meio, processo* e

¹⁵ Patrício (2014, p. 409).

método para a aplicação ou prossecução de uma dada política externa” (Mendes, 2017, p. 154). O seu conjunto de práticas, instituições e pessoas materializam “as escolhas no domínio das Relações Internacionais, incluindo . . . o corpo de diplomatas, as delegações em países estrangeiros e em organizações intergovernamentais, e a rede de embaixadas, consulados e outros organismos de representação do Estado no exterior” (Moita, 2006, p. 7). Poderá existir uma tendência para se relacionar a diplomacia e o atos diplomáticos com atividades pacíficas. Note-se, no entanto, que a diplomacia não exclui o uso da força *per se*, podendo, pelo contrário, ser coerciva e de ameaça (Barston, 2014, p. 1).

Conforme apontado por Almeida (2003, pp. 61-72), a substância do seu exercício alterou-se significativamente na sequência dos *Fourteen Points* wilsonianos que vieram definir a ordem internacional depois da I Guerra Mundial, do avanço tecnológico, da globalização, do poder da informação, da democratização e transparência dos seus processos políticos, de uma maior participação pública. O conceito está hoje mais dilatado, multiplicando-se os modos de atuação e agentes, tornando-se uma “multi-track diplomacy” (Mendes, 2017, p. 162). É um instrumento mais “transnacional e menos interestadual, mais sujeito à transversalidade dos fenómenos, à velocidade dos meios técnicos, aos atores e dinâmicas da *governance* que se sobrepõem às velhas soberanias estaduais de inspiração vestefaliana” (Mendes, 2017, p. 162). Faz com isto sentido falar-se em diplomacias numa realidade que se estende para lá do aparelho burocrático dos Estados, que alcança técnicas diversificadas, ultrapassando as competências políticas ao encontro de várias outras: económica, geoestratégica, cultural, ou da gestão de crises, por exemplo. Fixemo-nos em duas delas: a diplomacia cultural e a diplomacia pública.

No domínio cultural, o conceito, utilizado em vários países desde o século XIX, popularizou-se junto da maioria dos Estados apenas nos finais do século XX (Ang, Isar & Mar, 2015, p. 366). Uma das noções que tem sido amplamente referenciada para a designar é a do autor e politólogo americano Milton Cummings (2003), que a descreve como uma “exchange of ideas, information, art, and other aspects of culture among nations and their peoples in order to foster mutual understanding” (p. 1). No *Dicionário das Relações Internacionais*, de Sousa e Mendes (2014), pode ler-se como “uma política pública da responsabilidade do Estado, que concebe programas de cooperação e de intercâmbio e recorre aos mais diversos atores sociais para executá-los” (p. 75). Para Kang (2013), a diplomacia cultural trata-se de um “multi-dimensional process of international cultural politics underpinned by varying national objectives and sociopolitical contexts . . . a long-term process involving a range of policies,

initiatives, and activities for the purpose of advancing national interests” (p. 1). Corresponde a uma vertente da diplomacia que se entrecruza com a cultura, os valores, a identidade e o orgulho nacionais (Mark, 2008, p. 246).

O termo de diplomacia pública foi inicialmente aplicado ao processo de informação internacional e relações culturais, em 1965, pelo Professor norte-americano Edmund Guillon. Não obstante a sua irradiação nos EUA, não obteve muito impacto no cenário internacional até aos anos que precederam a Guerra Fria (Cull, 2009, p. 17). O fundamento da diplomacia pública reside pois:

Na pretensão de construir e divulgar, publicamente, uma determinada imagem do país, de promover um conjunto de valores, de justificar uma determinada acção ou de induzir a comunidade internacional para a aceitação pacífica de uma dada intervenção, e de angariar um capital de simpatia susceptível de dar eficácia à política externa delineada (Almeida, 2003, p. 63).

O princípio da conquista de “corações e mentes”¹⁶ atribuível à diplomacia cultural cai, por isso, no campo de ação da diplomacia pública. A diplomacia cultural opera como um “linchpin of public diplomacy; for it is in cultural activities that a nation’s idea of itself is best represented” (U.S. Department of State, 2005, p. 1). Podemos entendê-las como indissociáveis e complementares na medida em que “public diplomacy consists of all a nation does to explain itself to the world, and cultural diplomacy . . . supplies much of its content” (Cummings citado em Schneider, 2006, p. 191). Quanto aos elementos diferenciadores entre elas, Berger (2003, p. 3) sublinha a unilateralidade *versus* bilateralidade das suas abordagens, a importância para a diplomacia pública em explicar as políticas dos Estados aos restantes e a importância para a diplomacia cultural do reconhecimento mútuo. Kang (2013, p. 3) segue a perspectiva de Richard Arndt (2006) sobre a distinção dos atores que as integram, considerando que, no caso da diplomacia cultural, os seus agentes primários são essencialmente governamentais.

Vale ressaltar que, ao longo dos anos, o campo semântico em torno dos conceitos de diplomacia e das suas práticas vem sofrendo mutações e que as definições delineadas em contexto académico não permanecem incontestadas. Observe-se o caso da diplomacia cultural, que alguns entendem como “a synonym for public diplomacy, others or international cultural

¹⁶ Nye (2004, p. 1).

relations, or a state’s foreign cultural mission, and others regard these as distinct practices” (Mark, 2008, p. 39). A contingência do termo pode desde logo relevar da natureza polissémica das próprias noções de cultura, acentuando as dificuldades da sua delimitação – importa esclarecer que, no âmbito deste estudo, entende-se por cultura “tudo o que permite ao indivíduo situar-se em relação ao mundo e também em relação ao seu património natal”¹⁷, incluindo a língua, educação, artes, tradições, valores, história, ou representações religiosas.

A definição destes dois conceitos não perde de vista as suas valências enquanto potenciais instrumentos de *soft power* e *nation branding* ao serviço dos Estados¹⁸, numa doutrina de promoção do entendimento, da cooperação cultural e do reforço do diálogo entre os atores. Esta dissertação debruça-se, neste sentido, sobre várias entidades em Macau que, não sendo da tutela exclusiva do Estado Português, lhes estão relacionadas e se destinam ao contínuo estreitamento de relações entre as partes. São exemplos o IPOR ou a EPM, de que falarei no III capítulo. Por ora, reflita-se sobre a cultura na política externa portuguesa e os seus instrumentos mais centrais na sua divulgação.

3. A dimensão cultural da política externa portuguesa

Antes de se observar o seu funcionamento na RAEM, auguram-se obrigatórias algumas considerações gerais sobre a conjuntura da dimensão cultural da política externa portuguesa moderna, as suas linhas de ação e principais mecanismos. Começo por visitar o período que imediatamente se sucedeu ao fim do Estado Novo e que transfigurou, como vimos, o país e a sua forma de estar no mundo.

Com efeito, as ações de cooperação com o estrangeiro vinham já elencadas nos primeiros programas de governo pós-25 de abril¹⁹. Nos finais da década de 70, era introduzido no Programa do V Governo Constitucional (1979) o objetivo de viabilização e desenvolvimento de “uma política de acção cultural externa, de modo a divulgar, em moldes rigorosos, a língua portuguesa, os valores culturais portugueses e o enriquecimento que resultou, para a humanidade, do seu entrosamento com outros povos e diferentes civilizações” (p. 11). Por altura do Programa do VIII Governo Constitucional estava a ser preparada “a ampliação dos serviços

¹⁷ Definição de cultura pelo Conselho da Europa (citado em Santos, 1991, p. 999).

¹⁸ Ang, Isar e Mar (2015, pp. 366-368).

¹⁹ Ver, por exemplo, os programas do I Governo Constitucional (1976) ou do III Governo Constitucional (1978).

da área cultural externa”²⁰, tida como um “elemento importante da acção externa do Estado”²¹. A vertente da cultura permaneceria de forma mais ou menos constante no horizonte das chefias portuguesas subsequentes, conforme se lê noutras referências às ações e/ou políticas culturais encontradas, a título de exemplo, nos programas do XIII Governo Constitucional (1995, p. 61), do XVII Governo Constitucional (2005, pp. 156 e 157), ou, mais recentemente, do XXII Governo Constitucional (2019, p. 42).

No período de 1976 a 1980, a missão de difusão da língua e cultura portuguesas no exterior coube ao Instituto de Cultura Portuguesa (ICAP), tutelado pelo Ministério da Educação e da Investigação Científica²². Os seus fins “fundamentavam-se num plano político-diplomático de preparação para a entrada na C.E.E. e de consertar as relações com as antigas colónias africanas e asiáticas” (Alves & Araújo, 2015, p. 57). Precedeu-lhe o Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP), nova designação adquirida com o Decreto-Lei n.º 50/80, de 22 de março, mantida no período de 1980 a 1992. Por esta altura, denotava-se uma orientação maior para o ensino de português, particularmente com a nova competência de ordenar uma rede educativa da língua ao nível do ensino básico e secundário no exterior, com o crescimento do mapa de leitorados que se estendia por vários continentes e com a abertura dos Centros de Língua e Cultura portugueses em diferentes cidades da Europa (Alves & Araújo, 2015, p. 57). A natureza destas funções, o cruzamento das diversas autoridades e ministérios e a crescente articulação “entre os assuntos de Negócios Estrangeiros, Educação e Cultura no plano internacional foram o mote para a fundação do Instituto Camões” (Alves & Araújo, 2015, p. 58), que se sucedeu a estas entidades.

Atualmente, a dimensão cultural da política externa portuguesa, encarnada pela Ação Cultural Externa (ACE), tem em funcionamento um novo modelo criado com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2016, que lhe designa as seguintes atribuições:

A ação cultural externa desenvolve-se através das medidas postas em prática, no quadro das políticas públicas, para promover, nos termos descritos, a internacionalização da cultura. Esta ação diz respeito tanto à área do património, como à da criação contemporânea e estende-se da literatura à música e ao cinema, das artes performativas às artes plásticas e visuais. Compreende

²⁰ VIII Governo Constitucional (1981, p. 13)

²¹ Pereira (1982, p. 111).

²² Decreto-Lei n.º 541/76, de 9 de julho.

quer atividades de criação como de mediação, estudo, conservação, difusão e fruição (2016, p. 4071).

A ACE é assumida diretamente por órgãos de dois ministérios portugueses – o MNE e o Ministério da Cultura –, sendo que, de acordo com esta resolução, no MNE “a ação cultural representa uma das atribuições fundamentais do Camões” e no MC “consubstancia uma atribuição transversal a várias identidades” (2016, p. 4071). As suas linhas orientadoras vêm consagradas num plano anual de governo – o *Programa Indicativo de Ação Cultural Externa* – que contempla, entre outros aspetos, os seus princípios, objetivos e quadro de atuação, numa perspetiva que pretende endossar o intercâmbio cultural como “um dos instrumentos ao dispor da diplomacia”, de evidente utilidade “para o desenvolvimento de boas relações entre os diferentes povos e países, promovendo e reforçando a diversidade cultural e o diálogo intercultural” (XXI Governo Constitucional, 2017, p. 3). Na efetivação dessas iniciativas existem, segundo a mesma resolução (2016, p. 4072), “outras entidades da Administração Pública e do setor empresarial do Estado” como embaixadas, consulados, redes externas da língua, ou as Escolas Portuguesas no estrangeiro.

O Camões, I.P. é herdeiro de múltiplos organismos que o antecederam desde os anos 20 do século passado²³ e que, em termos genéricos, mantiveram funções fundamentais na “definição, prática e desenvolvimento da política cultural externa de Portugal” (Camões, I.P., s.d.-a). A designação de Instituto Camões (IC) foi apenas adquirida em 1992, altura em que se encontrava sob a alçada do Ministério da Educação e Ciência. A transição para o MNE aconteceu em 1994, onde permanece até então²⁴. O formato que atualmente conhece resultou, em 2012, de uma fusão entre o IC e o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) (Camões, I.P., s.d.-a). De acordo com o Decreto-Lei n.º 21/2012, de 30 de janeiro “é um instituto público, integrado na administração indirecta do Estado, dotado de autonomia administrativa, financeira e património próprio” (p. 507). Com jurisdição sobre o território nacional, está sediado em Lisboa e “desenvolve ainda a sua acção no exterior, integrado nas missões diplomáticas e postos consulares” (p. 507). É, portanto, o organismo que tem a função de:

²³ Foram eles a Junta de Educação Nacional (JEN), fundada em 1929, o Instituto para a Alta Cultura, a partir de 1936, e o Instituto de Alta Cultura, de 1952 até 1976.

²⁴ Alteração significativa que passou a colocar, sem ambiguidade, as suas atribuições no domínio da política externa e das relações internacionais.

Propor e executar a política de cooperação portuguesa e coordenar as actividades de cooperação desenvolvidas por outras entidades públicas que participem na execução daquela política e ainda propor e executar a política de ensino e divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro, assegurar a presença de leitores de português nas universidades estrangeiras e gerir a rede de ensino de português no estrangeiro a nível básico e secundário (p. 507).

Os seus recursos estão distribuídos numa vasta rede global, presente em todos os continentes, que, em 2017, atingia um total de 90 países, 19 Centros Culturais Portugueses, 11 Estruturas de Coordenação de Ensino, 76 Centros de Língua Portuguesa, 46 Cátedras, 310 professores da rede oficial e 631 da rede particular de educação ao nível pré-escolar, básico e secundário, 49 leitores, 757 docentes ao abrigo de protocolos de cooperação, 402 instituições de cooperação e um total de 169.683 alunos (Camões, I.P., 2017, p. 144). Ao instituto pertence também uma rede de bibliotecas que integra “quer a biblioteca Camões, I.P. na sede em Lisboa, herdeira dos acervos bibliográficos dos organismos que o antecederam (IPAD e IC), quer as 16 bibliotecas disponíveis nos Centros Culturais Portugueses em diversos países” (Camões, I.P., s.d.-a). Nos serviços *online*, destacam-se a biblioteca e o arquivo digitais, o catálogo bibliográfico, o Centro Virtual Camões e, para o ensino de português a distância em regime de autoaprendizagem, a plataforma de *eLearning* e aplicação *App eLearning*.

O Camões, I.P. e a rede externa MNE/Camões constituem, com isto, os “pilares centrais para a difusão internacional do património cultural do país e reforço das relações culturais internacionais” (XXI Governo Constitucional, 2018, p. 6). As suas estruturas têm um papel fundamental na formulação da imagem global de Portugal, associada a um país modernizado e progressista, concentrado na herança cultural, mas também numa visão para o futuro (MNE, s.d., para. 5). Em Macau, a missão do Camões, I.P. é principalmente projetada através do IPOR, onde é associado maioritário. A sua atuação desenvolvida no território será, por esta razão, e juntamente com outros órgãos de menções anteriores, alvo de análise e reflexão no capítulo final.

4. *Estado da arte*

O último momento deste enquadramento teórico passa por uma observação da bibliografia de referência disponível sobre o tema. Previamente às questões que se impõem sobre Macau, proponho que nos fixemos na literatura que evoca os benefícios do diálogo

cultural entre países e nas razões pelas quais deve, por isso, ser motivo de investimento contínuo por parte dos Estados na prossecução das suas políticas. Neste âmbito, será também abordado o fator da língua portuguesa no contexto global e as suas perspetivas de futuro.

O vetor cultural da política externa vem assumindo um posicionamento mais privilegiado na agenda dos Estados e das organizações internacionais. Durante o século XX, vários acontecimentos davam já sinais nesse sentido com a criação da UNESCO, em 1945, “for the purpose of advancing, through the educational and scientific and cultural relations of the peoples of the world, the objectives of international peace and of the common welfare of mankind”²⁵, ou através de afirmações como a do político alemão Willy Brandt, que em 1966 atribuiu às relações culturais o estatuto de “third pillar of foreign policy”²⁶. Atualmente, operam por todo o mundo diversas instituições oficiais comprometidas com ações de diplomacia cultural: são exemplos a *Alliance Française* (França) o *British Council* (Reino-Unido) a Rede Brasil Cultural (Brasil), o Instituto Cervantes (Espanha) ou o Instituto Confúcio (RPC).

Em ambiente académico, não se esgota a literatura em defesa desse diálogo e da necessidade de se priorizarem medidas que o coloquem em prática de forma sustentável²⁷. Estudos conduzidos pelo *British Council* (2012 e 2013) concluíram que o envolvimento de jovens estrangeiros em atividades culturais com o país se traduzia num grau de confiança mais elevado e em perceções mais positivas das oportunidades por este oferecidas para o estabelecimento de relações comerciais e económicas. O relatório “Cultural Diplomacy and Trade: Making Connections”, da *North American Cultural Diplomacy Initiative* (2018, p. 8), vem na mesma ordem realçar as potencialidades da diplomacia cultural na criação de laços com outros povos, base fundacional a partir da qual se podem atingir metas políticas e económicas. Schneider (2009, p. 276) explora no artigo “The Unrealized Potential of Culture Diplomacy: ‘Best Practices’ and What Could Be, If Only...” as suas características práticas e estratégicas como uma via para aumentar o entendimento, destruir estereótipos e modificar perspetivas, o que, em última instância, pode representar uma mudança na forma como os governos interagem entre si.

²⁵ UNESCO (2004, p. 8).

²⁶ Conforme citado em Taylor (2013, p. 1).

²⁷ Aqui apenas citados alguns, mas outros ao dispor enquanto leituras complementares. Ver, por exemplo, “Connection between economics, culture and cultural diplomacy” (Valiyev, 2017) ou *Política exterior y diplomacia cultural: Hacia Colombia en posconflicto* (Ruiz, 2017).

Não é ao acaso que a diplomacia cultural surge amiúde articulada com as já referenciadas conceções de *soft power* e *nation branding*, bem conhecidas das RI. Neste ponto, é indispensável a referência ao trabalho de Joseph Nye acerca do “poder suave”²⁸ e das suas repercussões. No seu entender, esta habilidade para se obter o que se deseja através da atração, e em detrimento da coerção, surge da atratividade cultural dos países, dos seus ideais políticos e das suas políticas. Quando estas últimas são legitimadas aos olhos dos outros, esse *soft power* é adquirido (Nye, 2004, p. X). Um dos casos paradigmáticos que testemunha a sua afirmação na política internacional é o da massiva operação de charme chinesa através da rede do Instituto Confúcio: em apenas 16 anos passou a estar representado em todos os continentes com um total de 541²⁹ institutos em funcionamento.

No que concerne à língua portuguesa, diversas investigações têm sido realizadas em torno da sua capacidade de afirmação no ordenamento das relações externas. O *Novo Atlas da Língua Portuguesa* (Reto, Machado & Esperança, 2018) e o *Potencial Económico da Língua Portuguesa* (Reto, 2012) são particularmente relevantes, reunindo uma extensa compilação de indicadores muito elucidativos sobre a temática. A pertença a organizações e blocos de países como o Brasil, a articulação entre o Norte e o Sul, o Ocidente e o Oriente, a perspetiva de crescimento demográfico enquanto língua materna, mas também como língua franca, língua da ciência e na *internet*, a procura no ensino e como língua de negócios e a familiaridade com outros idiomas latinos de grande alcance internacional são aspetos muito claros do seu valor acrescentado. Tal proximidade pode operar como importante ativo económico, político e cultural no exterior, de “elevado potencial na facilitação da troca de ideias, serviços e bens” (Reto, 2012, p. 58). Pese embora as conquistas que tem pela frente nos diferentes domínios, pode considerar-se “uma das línguas mundiais de maior peso” (Reto, 2012, p. 44), havendo quem lhe atribua o estatuto de “língua global”, com um processo de expansão idêntico ao do inglês (Machado, 2017, p. 19).

Quanto à RAEM, o conceito do território enquanto plataforma para os PLPs, os avanços em torno do Fórum de Macau e o futuro da região têm sido amplamente explorados. A esse respeito não poderia deixar de mencionar o trabalho da investigadora Carmen Amado Mendes (2013a; 2013b; 2014a), Carlos Piteira (2007) e Arnaldo Gonçalves (2007; 2010; 2018) ou, ao nível universitário, as dissertações de Pereira (2012), Galinha (2017), Ramos (2017) e Branco

²⁸ Termo sobre o qual escreveu pela primeira vez em *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power* (Nye, 1990).

²⁹ Center for Language, Education and Cooperation 中外语言交流合作中心 (s.d.).

(2019). Através das singulares condições em que o relacionamento luso-chinês se desenrolou via Macau e perante a clara tomada de posição e ambições da RPC para a região, vêm sendo apontados o ensejos para Portugal e a necessidade de uma aposta mais expressiva e estratégica nos assuntos a Oriente. Uma parte da bibliografia disponível está também debruçada sobre a evolução do ensino da língua portuguesa na cidade, conforme abordam Silva e Hernandes (2014), André (2016), Escalreira (2017) ou Domingues e Viseu (2018). Particularmente acerca da diplomacia cultural portuguesa direcionada para Macau, há que salientar o trabalho de Silva (2011) e Amaro (2014). Neste contexto, o nosso país reúne vantagens únicas e estratégicas que devem ser canalizadas para uma progressiva projeção da sua imagem e *nation branding*. É por isso necessário que este eixo permaneça em desenvolvimento na agenda política portuguesa, de forma consistente, sistemática e contínua. Nos próximos capítulos veremos qual a importância dessa presença na RAEM e quais alguns dos principais canais para a sua divulgação.

5. *Opções metodológicas*

Tendo em conta os seus objetivos e âmbito de análise, as opções metodológicas adotadas nesta investigação assentaram num carácter qualitativo composto, na sua essência, pela técnica da entrevista. Esta respeitou uma configuração semiestruturada³⁰ que concertou perguntas abertas e fechadas, por forma a proporcionar aos entrevistados “a possibilidade de relatar as suas experiências e vivências sobre o tema proposto” (Vilelas, 2017, p. 307). A conceção do roteiro obedeceu a cuidados de elaboração que previram a construção de questões curtas, claras, concisas, imparciais e de modo a evitar múltiplos tópicos (Santo, 2015, p. 32). Foi aplicado o mesmo guião³¹ em todos os momentos de contacto, tendo como princípio o posterior cruzamento dos resultados obtidos e demarcação de tendências. As entrevistas, com uma duração estimada de 60 minutos cada, foram realizadas *in loco* em Lisboa e Macau e os seus depoimentos foram captados em formato áudio³² com o consentimento dos envolvidos. Considerando que “a conceção e seleção dos casos a incluir nas investigações qualitativas é fundamental”, procurou-se “introduzir heterogeneidade de características na escolha dos casos

³⁰ De acordo com Vilelas (2017), podemos apontar-lhe como principais vantagens “a possibilidade de acesso a uma grande riqueza informativa (contextualizada e através das palavras dos atores e das suas perspetivas); a possibilidade do/a investigador/a esclarecer alguns aspetos no decurso da entrevista, o que a entrevista mais estruturada ou questionário não permitem” (p. 310).

³¹ O roteiro e a transcrição integral das entrevistas constam em anexo.

³² Com exceção do testemunho do Dr. Francisco Leandro, que não autorizou a gravação. Nesta entrevista a informação foi registada por escrito.

de forma a prover a qualidade, a profundidade, a exaustividade na discussão e reflexão dos mais variados objetos” (Santo, 2015, p. 35). O universo dos entrevistados privilegiou, por isso, a diversidade dos seus percursos académicos e origens, a profundidade do seu conhecimento da realidade da RAEM e o grau de envolvimento com o tema debatido, numa perspetiva de assim lhe conferir maior representatividade. Num total de 21 entrevistados incluíram-se cidadãos portugueses, macaenses e chineses continentais.

Pese embora a cuidada composição do seu conjunto, devem ser reconhecidos os naturais constrangimentos que à realização de entrevistas se pode impor, como, por exemplo, a ausência de motivação dos entrevistados, a inadequada compreensão das perguntas, o fornecimento de respostas falsas, a inabilidade do entrevistado para responder adequadamente ou a influência do entrevistador exercida sobre o entrevistado (Vilelas, 2017, p. 310). É também neste sentido que aos resultados obtidos se deve reservar alguma cautela e lhe devem ser reconhecidas as devidas limitações. Não obstante, foi em consideração pela obtenção de validade deste estudo qualitativo que se procedeu à refletida seleção dos entrevistados e interpretação dos resultados, e à sua fecundação com as leituras realizadas. Com efeito, em articulação com a técnica das entrevistas procedeu-se à análise documental de fontes primárias e secundárias com os objetivos de mapear as iniciativas, entre outras informações necessárias ao desenvolvimento da investigação. Deste modo, foi identificado e examinado um assinalável conjunto de documentos oficiais, notícias, artigos, livros científicos, relatórios, legislações e conteúdos *online*.

A construção do modelo de análise seguiu um paradigma de operacionalização de conceitos-chave, ou concetualização, que, mais do que a convenção terminológica, procurou exprimir “o essencial dessa sua realidade, do ponto de vista do investigador” (Quivy & Campenhoudt, 2005, pp. 121 e 122). A partir do conceito central de política externa, foi-lhe atribuída a dimensão cultural que a investigação explora e os indicadores pelos quais ela se manifesta e é mensurável³³: (1) evolução do número de alunos de português nas entidades dedicadas ao ensino de língua; (2) envolvimento em atividades culturais³⁴ destinadas à promoção da cultura e língua portuguesas em Macau; (3) celebração de protocolos, acordos e/ou ações de cooperação com estabelecimentos de ensino e outros organismos para a difusão da cultura e língua portuguesas em Macau. A observação foi efetuada às três entidades sediadas na RAEM que se inscrevem nos planos da ACE do Governo Português³⁵ e que, apesar dos seus

³³ Quivy e Campenhoudt (2005, p. 122).

³⁴ Foram incluídas todas as ações relacionadas com festivais, exposições, publicações, edições e outras.

³⁵ XXI Governo Constitucional (2019, s.p).

estatutos e autonomia, permanecem como entidades no território em representação do Estado Português: o IPOR, a EPM e o Consulado-Geral de Portugal em Macau e Hong Kong. Outras instituições de iniciativa privada e civil, embora inicialmente consideradas, não foram analisadas por exigirem uma extensão e profundidade que os limites físicos desta dissertação não comportam e por não se enquadrarem no carácter oficial que então se procurou imprimir neste estudo. A sua natureza descritiva e exploratória não colocou na questão de partida uma relação de causa-efeito, pelo que posteriormente se decidiu pela omissão da hipótese, sob o risco da sua apresentação se tornar redundante – e, portanto, não necessária – ou sequer ser possível verificá-la³⁶.

Os maiores obstáculos sentidos durante a sua execução envolveram a parca literatura disponível sobre as entidades examinadas e as dificuldades decorrentes do estudo da diplomacia cultural e do seus processos, por vezes tão pouco tangíveis e complexos de medir. Numa última nota resta mencionar os resultados ao nível da pertinência e originalidade que esta investigação poderá trazer a outros estudos já realizados neste âmbito: proporcionar, sobretudo, mais um ensejo para reflexão acerca da agenda pública portuguesa no exterior, das oportunidades a potenciar e/ou alcançar e da orientação a tomar com vista a objetivos mais ambiciosos num sistema internacional onde a interdependência e o inter-relacionamento entre os seus atores são cada vez mais estreitos.

³⁶ Vilelas (2017, p. 134).

CAPÍTULO II – IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DE MACAU NO CONTEXTO DA PE PORTUGUESA

1. O relacionamento luso-chinês

1.1. Chegada e permanência portuguesa em Macau

A relação luso-chinesa obedece a uma conjuntura própria, reflexo de vários séculos de contactos, marcados por momentos de antagonismo e de oscilações entre a clivagem e o entendimento das partes. No epicentro deste relacionamento quase sempre residiu a questão de Macau. Para melhor compreendermos os meandros de tais dinâmicas é por isso necessário que aqui se destaquem alguns dos aspetos históricos mais marcantes do seu percurso. Sem mais demora, sou chamada a um regresso às origens, ao *back to basics*, a um revisitado do período quinhentista até ao normalizar das relações diplomáticas entre os dois países, na atualidade³⁷.

No século XV, em busca de uma rota comercial para a Ásia, os navegadores portugueses começaram por explorar de forma progressiva a costa oeste do continente africano. Os avanços de Bartolomeu Dias sobre o Cabo da Boa Esperança, em 1488, e a chegada de Vasco da Gama à Índia, em 1498, eram o dealbar de uma era de influência ocidental na Ásia (Braga, 2016, p. 13). Em 1510, Afonso de Albuquerque estabelecia uma base em Goa que, juntamente com Damão e Diu, permaneceria sob domínio português até 1961. Um ano mais tarde, em 1511, era conquistada Malaca, na Malásia. O seu posicionamento neste local seria o ponto de partida das expedições portuguesas para a China e para o Japão nas décadas seguintes. Em 1513, Jorge Álvares, um dos capitães de Afonso de Albuquerque, atracava na ilha chinesa de Tamão, tornando-se a primeira embarcação conhecida com europeus a bordo a alcançar a região (Braga, 2016, pp. 15-18). Nas décadas que anteciparam o seu estabelecimento, o relacionamento português com a China conheceu episódios vários, ensinando a ambos os lados um *modus vivendi* que tornou possível Macau (Ramos, 1990, p. 157). O “assentamento” de Leonel de Sousa, em 1554, um acordo com os chineses perante o pagamento de impostos, veio permitir o desenvolvimento do comércio e legalizar as suas atividades, alterando assim o *statu quo* dessa presença em território sínico (Ramos, 1990, pp. 163 e 165). Macau passava a tornar-se “a incubadora perfeita para as *start-up* luso-chinesas e luso-asiáticas”, transformando-se, cada vez mais, num porto internacional (Alves & Simões, 2016, pp. 16-17).

³⁷ Sobre a historiografia de Macau que não se contém neste espaço, sugiro a consulta de autores como António Vasconcelos de Saldanha, Jin Guoping ou Wu Zhiliang, cujos trabalhos neste âmbito constituem um rico e detalhado contributo para o acervo disponível.

A consolidação política e institucional portuguesa começava a adquirir novos contornos na viragem para o século XVII, com a criação das Misericórdias, do Senado da Câmara ou do Colégio de São Paulo. Era essencial a constituição de organismos governativos, de ensino e de assistência social e o fortalecimento dos canais diplomáticos com a China para reforçar a condição de Macau. Mais tarde, em 1623, era nomeado o primeiro governador e capitão-geral de Macau, D. Francisco de Mascarenhas, estatuto político que perduraria até ao processo de transição, em 1999 (Alves & Simões, 2016, pp. 18-19). Macau assistiu ao desenvolvimento de várias ameaças nas primeiras décadas do século XVII, provocadas pela presença inglesa e holandesa, pelo fecho do Japão aos portugueses em 1639 – um importante mercado de Macau – e pelo declínio da dinastia Ming. A mudança no clima político da China implicava uma abordagem diplomática diferente da parte de Macau. Em Goa, o Estado da Índia enviaria uma embaixada ao novo imperador, Kangxi, encabeçada por Manuel de Saldanha, tornando-se a “primeira embaixada de Estado a Estado, nas relações luso-chinesas, em 150 anos” (Alves & Simões, 2016, pp. 20-22).

Em meados do século XVIII, a estrutura governativa de Macau é alterada, aumentando os atritos entre o Senado de Macau e os governadores do Estado da Índia, apoiados por Lisboa. Ao longo dos anos, o Senado da Câmara tinha-se assumido com grande preponderância na gestão das relações externas regionais, estabelecendo uma diplomacia com as autoridades da província de Cantão, e, através do apoio dos jesuítas, junto da corte imperial chinesa. Esta via de negociação com as autoridades sínicas era assim considerada uma “insuportável traição aos interesses portugueses e uma submissão às arbitrariedades da burocracia provincial e central chinesa” (Alves & Simões, 2016, p. 23). Iniciar-se-ia uma “luta pela afirmação da legitimidade da soberania portuguesa em Macau” que terminaria com a Constituição de 1822: Macau passava então a ser considerado uma parte da nação portuguesa. Se o poder central reclamava maior autoridade, ao Senado cabia a articulação dos “interesses locais com o papel da diplomacia entre os Estados” (Alves & Simões, 2016, pp. 25 e 28).

O comércio do ópio na China não parou de crescer no século XIX, provocando um sério mal-estar em Pequim pelos efeitos morais e sociais negativos que dele advinham. Em Macau, tornou-se o motor da sua economia, e os mercadores britânicos, holandeses, suecos e americanos foram gradualmente tomando posse das suas atividades comerciais. As proibições, castigos ao seu consumo e destruição de mercadoria fez estalar dois momentos de conflitos

armados que ficaram conhecidos como a Guerra do Ópio³⁸, opondo a China às potências ocidentais. A vitória inglesa teve consequências desastrosas para a China, que foi forçada a abrir os seus portos ao comércio estrangeiro e a ceder Hong Kong à ocupação britânica, que assim se conservou até 1997. Tais acontecimentos deixaram Macau em sobressalto, acabando por influenciar grandemente o seu modo de vida e a sua condição económica (Braga, 2016, pp. 65-68). A ocupação inicial que havia sido o resultado de um acordo informal e conveniente para ambos os lados era oficialmente confirmada, em 1887, com o Tratado de Amizade e Comércio Sino-Português imposto ao Governo da China (Braga, 2016, p. 107).

Em 1933, Macau era oficialmente integrada nas colónias portuguesas. A sobrevivência económico-financeira do território começava, a pouco e pouco, a assentar nas atividades relacionadas com o jogo e o turismo (Alves & Simões, 2016, p. 31). Décadas mais tarde, no ano de 1962, assistiu-se ao grande salto desta indústria, ao ser cedido o exclusivo do jogo à Sociedade de Turismo e Diversões de Macau, liderada por Stanley Ho. Milhões de jogadores foram trazidos anualmente de Hong Kong para Macau, uma mudança radical desde o período de quase isolamento da cidade, 30 anos antes. Com a Revolução Cultural de 1966, os habitantes locais chineses e as autoridades de Macau entraram em confrontos e manifestações estenderam-se por vários dias. No desenrolar dos acontecimentos, o Governo de Portugal foi forçado a retirar a asserção da sua soberania sobre Macau, deixando em evidência a necessidade de se determinar o estatuto do território (Braga, 2016, pp. 103-104). A partir das mudanças políticas sentidas em Portugal, em 1974, e da normalização das relações diplomáticas com a RPC, em 1979, estavam criadas as condições para se dar início às negociações sobre o retrocesso de Macau.

De facto, a sedimentação gradual da presença portuguesa em Macau e as razões que lhe possibilitaram esse carácter de exceção suscitam, ainda hoje, a discussão académica. Tal processo não terá tido na sua génese uma causa isolada, mas antes a negociação, o alinhamento de interesses e a força das circunstâncias, obedecendo a propósitos económicos, políticos, securitários e até religiosos. Não obstante os cíclicos debates na corte chinesa sobre a questão de Macau e o futuro dos portugueses aí instalados, a necessidade de desenvolvimento do comércio, a estratégia de controlo da atividade estrangeira com outros estrangeiros ou o combate à pirataria japonesa terão sido alguns fatores a considerar (Wu, 2009, pp. 117-121). Por outro lado, a manutenção da condição de Macau era de grande importância estratégica para

³⁸ A I Guerra do Ópio entre 1839 e 1842 e a II Guerra do Ópio de 1856 a 1860.

as ordens religiosas com pretensões missionárias na região. A função mediadora, a influência e a rede de contactos jesuítas estabelecidos com eunucos, governadores das províncias e com a corte em Pequim em muito terão acrescentado a essa causa (Wu, 2009, p. 122). O abastecimento de um peculiar produto de origem animal, o âmbar-gris, terá também jogado a favor dos portugueses no período inicial (Alves & Simões, 2016, p. 16).

Decisiva foi ainda a conduta apaziguadora das autoridades de Macau em todas as fases desse processo que, de uma forma geral, souberam pragmaticamente manter relações com Cantão, com os habitantes chineses em Macau, respeitar a legislação e a cultura chinesas, não raramente obedecendo a um princípio de lealdade dupla. O ambiente político, padrões administrativos e as experiências sociais características de cidade comercial vieram, deste modo, atribuir a Macau o caráter e a tradição de harmonia na diferença que hoje lhe reconhecemos (Wu, 2009, p. 131).

1.2. Macau: o processo de transferência de soberania

Lisboa e Pequim mantiveram o relacionamento diplomático ausente durante três décadas, até 1979. A vitória de Mao Zedong e do Partido Comunista na China, em 1949, colocava Portugal numa posição delicada sobre o posicionamento a adotar perante os acontecimentos. Note-se que o modelo político fundacional da RPC era profundamente incompatível com os princípios do regime ditatorial português e que a orientação perante o novo Governo chinês teria, conseqüentemente, implicações sobre Macau, sobre a questão da independência das suas colónias e sobre as relações com a República da China, em Taiwan. O reconhecimento da RPC acabaria por não acontecer e os contactos formais ficariam assim suspensos entre os dois Estados (Ramos, 1997, p. 20). No decorrer deste período, Macau foi muitas vezes um intermediário informal entre ambos (Matias, 2019, p. 19). Seria somente na viragem para a democracia que as relações bilaterais tomariam outro rumo, com Portugal a renunciar às políticas do Estado Novo e a inaugurar um processo de reconstrução da sua imagem e dos seus valores nacionais.

Em 1976, a revisão constitucional portuguesa e a aplicação do Estatuto Orgânico de Macau³⁹ traziam alterações decisivas ao estatuto legal do território (Mendes, 2013a, p. 8). Por altura da assinatura do comunicado conjunto que normalizava as relações diplomáticas entre

³⁹ Foi uma lei constitucional que consagrou uma ampla devolução de competências ao território. Aprovado pela Lei nº 1/76 de 17 de fevereiro de 1976, veio substituir o Estatuto Político-Administrativo da Província de Macau de 1963, orientando transitoriamente a administração de Portugal sobre Macau (Ho, 2002, p. 2).

Portugal e a China, era também concretizada a Ata de Conversações, em 1979. Neste documento secreto vinham já estabelecidos os princípios básicos que definiam Macau como parte integrante do território chinês e que esclareciam que a transferência de soberania ocorreria em momento oportuno para os dois países (Mendes, 2004, pp. 359-360).

As negociações seriam formalmente abertas em 1986, período em que têm lugar várias reuniões plenárias para discutir os aspetos práticos da retrocessão. Definir a data da entrega de Macau gerou particular tensão e dificuldade (Mendes, 2004, p. 368). Os líderes chineses desejavam que a entrega se realizasse de forma célere. Em causa estava a prova da viabilidade das suas políticas e da força da sua liderança: se o acordo fosse entretanto alcançado, este passaria pelo Congresso Nacional do Povo, agendado para março de 1987, reforçando a fórmula de Deng Xiaoping de “um país, dois sistemas” (Chang, 1988, p. 267). Por seu turno, Portugal não tinha “grande desejo em comprometer-se com qualquer data quanto ao termo das negociações”⁴⁰, preferindo a ausência de acordo a um mau acordo (Chang, 1988, p. 276). Outras questões sensíveis incluíram “as datas para rubricar e assinar a Declaração Conjunta⁴¹; a data para entrada em funções do Grupo de Ligação Conjunto e a sua localização; . . . e a nacionalidade de cerca de oitenta mil cidadãos chineses, com nacionalidade portuguesa, em Macau” (Mendes, 2004, pp. 367-368). Como resultado das intensas negociações entre Portugal e a China, a 13 de abril de 1987 era finalmente ratificada, em Pequim, a Declaração Conjunta Luso-Chinesa. No 3.º Suplemento ao n.º 23 do Boletim Oficial de Macau, de 7 de junho de 1988, pode ler-se na íntegra a versão bilingue do documento, das quais destaco as seguintes políticas fundamentais:

A Região Administrativa Especial de Macau ficará diretamente subordinada ao Governo Popular Central da República Popular da China e gozará de um alto grau de autonomia . . . À Região Administrativa Especial de Macau serão atribuídos poderes executivo, legislativo e judicial independente.

Os actuais sistemas social e económico em Macau permanecerão inalterados, bem como a respectiva maneira de viver; as leis vigentes manter-se-ão basicamente inalteradas. A Região

⁴⁰ Lima (2018, p. 147).

⁴¹ Ratificada entre Portugal e a China, nela constam as condições da retrocessão de Macau para a China e os termos da administração do território durante o período de transição de 1999 a 2049. Durante 50 anos, os dois países manter-se-ão vinculados pelo cumprimento dos princípios aí firmados.

Administrativa Especial de Macau assegurará, em conformidade com a lei, todos os direitos e liberdades dos habitantes e outros indivíduos em Macau.

Além da língua chinesa, poder-se-á usar também a língua portuguesa nos organismos do Governo, no órgão legislativo e nos Tribunais da Região Administrativa Especial de Macau (pp. 2241-2242).

A Lei Básica de Macau de 1993 veio consagrar, por fim, o estatuto de Macau como Região Administrativa Especial. Em vigor desde a transferência de soberania do território, é o diploma que reúne as orientações normativas gerais pelas quais Macau se rege, onde se incluem “as políticas consideradas fundamentais e mencionadas na Declaração Conjunta” (Preto, 1997, p. 1). A transferência de Macau acontecia a 20 de dezembro de 1999, numa cerimónia que reuniu no território personalidades macaenses, chinesas e portuguesas. A primeira base duradoura dos portugueses na China era também a última sob administração estrangeira a ser devolvida, num processo que assinalou um marco na sua história (Rangel, 2012, p. 87).

A retrocessão do território constituiu uma questão delicada, decorrente de um difícil período de descolonizações, de reajustamentos e reformas, de transformações geoculturais, geopolíticas e geoeconómicas. Se, por um lado, a China procurava um desenvolvimento em conformidade com a sua política de unificação nacional, de “uma única China” (*yige zhongguo* 一个中国), Portugal não queria um acordo inferior ao de Hong Kong, nem deixar de assegurar a autonomia de Macau após 1999 – que “tinha manifestas insuficiências a nível de infraestruturas e serviços e uma acentuada dependência de Hong Kong” (Mendes, 2014b, p. 8). Apesar dos percalços, a “postura menos conflituosa nas negociações com a China comparativamente à do Reino Unido”, valeu-lhe a obtenção de algumas concessões durante o processo (Mendes, 2014b, p. 16). Como veremos, a China soube posteriormente reconhecer a singularidade de Macau pela sua vocação histórica e como privilegiado entreposto de diferentes culturas e povos, adaptando-a aos seus propósitos estratégicos. A capacidade de resposta das entidades locais ao desafio lançado pela RPC ficou a dever-se às “condições criadas no período de transição, à forma suave e consensual como se processou a transferência de poderes e aos passos dados no início da nova fase do longo percurso daquele minúsculo território” (Rangel, 2017, p. 414). O entendimento e o cumprimento mútuo dos compromissos assumidos durante o processo viriam, de certo modo, ditar o tom das relações entre Portugal e a China nas décadas seguintes e facilitar “a continuação de um relacionamento amigável no período pós-transição” (Mendes, 2014b, p. 17).

1.3. Relações bilaterais na sua “melhor fase”

O relacionamento bilateral luso-chinês sofreu grandes desenvolvimentos nos últimos anos. Depois de um afastamento e gradual retirada da Ásia no período que se seguiu à transferência de soberania de Macau, o estabelecimento da Parceria Estratégica Global entre Portugal e a China, em 2005, assinalou o momento de viragem na relação entre os dois países (Mongiardim, 2018, pp. 8-9). Esta situação de aparente privilégio sobre outros interlocutores de dimensões semelhantes pode em parte explicar-se pelo interesse chinês em sublinhar o sucesso da retrocessão do território e das relações amistosas com Portugal, aspetos com efeitos de demonstração importantes para Taiwan. Por outro lado, o universo linguístico lusófono a que pertence Portugal é também significativo para a China no enquadramento da sua política externa. A longa experiência chinesa com o nosso país e a memória positiva desses contactos poderá constituir uma outra explicação para tal realidade (Pereira, 2006, p. 67).

Portugal, não obstante a sua pequena dimensão, revela “uma capacidade de interlocução superior à que o seu peso relativo a nível internacional deixaria antever” (Mendes, 2014b, p. 9). A assinatura desta parceria abriu assim caminho para o “incremento do comércio bilateral, da cooperação em distintos domínios e da presença chinesa em vários sectores da economia portuguesa” (Mongiardim, 2018, p. 9). Este último ponto tornou-se particularmente notório com a crise financeira global de 2008, que conjugou a necessidade portuguesa de ajuda e investimento com a entrada da RPC no mercado global, inserida numa estratégia de *going out* (*zou chuqu zhanlue* 走出去战略). Daqui resultou uma significativa aposta chinesa ao nível, por exemplo, da energia e da banca através da aquisição de participações em empresas como a EDP, a REN ou através da abertura de uma sucursal do Bank of China em Lisboa (AICEP, 2017a, pp. 21-22). De acordo com um relatório divulgado pelo Governo de Macau, em 2018 o investimento chinês em Portugal ultrapassou os nove mil milhões de euros, o quinto maior dos países europeus (Lusa, 2019, para. 1 e 2). Na balança comercial entre os dois países, entre janeiro e fevereiro de 2018 a China era já o sexto principal país fornecedor de Portugal, encontrando-se na 12ª posição como o seu principal cliente (dados do INE citados em AICEP, 2018, p. 2).

Em 2013, Xi Jinping anunciou pela primeira vez a mega-iniciativa *Uma Faixa, Uma Rota*⁴² (*yidai yilu* 一帶一路), propondo desenvolver a “maior plataforma de cooperação económica do mundo, integrando, simultaneamente, a coordenação de políticas de cooperação

⁴² A iniciativa conhece outras designações como *Nova Rota da Seda* ou *Belt and Road Initiative*.

e uma teia profícua de colaborações comerciais, financeiras e culturais” (Cardoso, 2018, p. 8). O projeto incorpora uma vertente marítima e uma vertente terrestre, dentro das quais se estenderão vários corredores económicos que pretendem ligar um impressionante número de continentes e países à China. Portugal, colocado sob a sua órbita através do Porto de Sines, formalizou a sua participação na iniciativa em 2016. Recorde-se que este porto “abre duas ‘avenidas’ para a Faixa e Rota . . . uma para o Atlântico, com múltiplas ligações marítimas para países de língua portuguesa . . . mas também para o ‘interior’ ibérico, por ferro-via” (Chan, et al., 2018). O país poderá assim operar como *hub* de ligação com a restante Europa, África e América.

Mas a aproximação entre Portugal e a China não se contém apenas no plano económico-comercial, tendo-se intensificado também a presença diplomática e política. Para além da embaixada em Pequim, estão em funcionamento três consulados-gerais, a saber, o de Shanghai, o de Macau e Hong Kong e o de Cantão. No que concerne ao número e estatuto das visitas realizadas entre si, no período de 1979 a 2004 somente três chefes de Estado portugueses e chineses tinham prestado visitas à RPC e a Portugal, respetivamente (Galinha, 2017, p. 141). Recentemente, a realidade luso-chinesa tem vindo a assumir outros contornos. Em 2014, o Presidente da República Português, Aníbal Cavaco Silva, visitou a China, de onde resultaram mais de 29 acordos e memorandos bilaterais. Era a primeira visita de um chefe de Estado português em sete anos. No mesmo ano, o Presidente Xi Jinping reuniu-se nos Açores com o então Vice-Primeiro-Ministro, Paulo Portas, durante uma escala técnica (Mendes, 2014b, pp. 9-10). Em 2016, o Primeiro-Ministro do Conselho de Estado da China, Li Keqiang, encontrou-se também nos Açores com o Representante Especial do Primeiro-Ministro António Costa e com o Ministro dos Negócios Estrangeiros português, Augusto Santos Silva. No mesmo ano, António Costa realizou uma visita oficial à China, que incluiu Macau (Quan, 2017, p. 83). No final de 2018, Xi Jinping deslocou-se a Portugal e, em maio de 2019, deu-se um novo encontro na China com Marcelo Rebelo de Sousa (nesse ano, a visita do Presidente da República português comportou ainda uma passagem pela RAEM). Em ambas ocasiões foram assinados documentos com respeito a uma grande variedade de matérias, que inspiram a continuação da cooperação e os contactos regulares (Brito & Villalobos, 2018; Figueiredo, 2019, p. 11). Por altura da visita de Xi Jinping foi ainda emitida a Declaração Conjunta entre a República Portuguesa e a República Popular da China sobre o Reforço da Parceria Estratégica Global, que procura “elevar o nível de desenvolvimento das relações entre os dois Países e conduzir a

Parceria Estratégica Global Portugal-China a novos patamares” (Presidência da República Portuguesa, 2018, p. 1).

O reforço da cooperação cultural entre os dois países tem também ocupado a agenda política dos seus dirigentes. Integrado no *Programa Indicativo de Ação Cultural Externa* para 2019 do Governo português, decorreu o *Festival de Cultura Portuguesa na China* e o *Festival de Cultura Chinesa em Portugal*. Estas iniciativas assinalaram a dupla efeméride do 20º aniversário da RAEM e o 40º aniversário das relações diplomáticas luso-chinesas e constituíram uma das prioridades do programa (Caetano, 2018, para. 1). Anunciada em 2014, a possibilidade de abertura de um Centro Cultural Português em Pequim era referida novamente em 2018 pelo Ministro da Cultura Castro Mendes (Caetano, 2018, para. 9). Nos meios de comunicação, a colaboração tem-se dado, por exemplo, entre canais televisivos portugueses e chineses. Um acordo entre a RTP e o Grupo Media da China foi realizado, em 2018, para a produção conjunta de documentários (XXI Governo Constitucional, 2018b, p. 3).

Outros protocolos têm sido concretizados, visando a investigação científica, a aprendizagem de línguas e/ou a mobilidade de estudantes e docentes. No ensino da língua e cultura chinesa, Portugal soma mais um Instituto Confúcio às suas universidades. Atualmente, está presente em cinco universidades, sendo a inauguração mais recente na Universidade do Porto – recorde-se que antes de 2005 este instituto não existia em Portugal. Num acordo assinado em visita do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa à China encontra-se um protocolo com o Instituto Confúcio para a cooperação no ensino de mandarim em escolas secundárias portuguesas (Figueiredo, 2019, p. 11). No sentido inverso, o crescimento da procura pelo português na China aponta para números muito satisfatórios. Na transição para o século XXI existiam apenas três instituições da China continental a oferecer cursos em português. No final de 2019 previam-se que 48 universidades estivessem a ensinar a língua de Camões, conforme referido por Marcelo Rebelo de Sousa em visita ao país (Figueiredo, 2019, p. 11). Em 2020, Luís Faro Ramos declarava serem já 50 os estabelecimentos de ensino superior (Ferreira, 4 de maio, 2020).

Nos exemplos prestados ao longo destes parágrafos pudemos aferir que o relacionamento bilateral luso-chinês tem vindo a assumir novas dinâmicas e um novo fôlego. O alinhamento de interesses é um forte catalisador nesse sentido, a que se junta a “não interferência dos sucessivos Governos portugueses nas questões internas da RPC e à reafirmação constante do princípio de ‘uma só China’ ” (Galinha, 2017, p. 145). Em termos

securitários, não constam fricções entre a RPC e Portugal. No domínio militar, aliás, “as relações têm registado um desenvolvimento paulatino, com contactos regulares, potenciado por um engajamento internacional da China cada vez mais notório” (Galinha, 2017, p. 152). Esta afinidade é refletida no mútuo apoio junto de algumas instâncias internacionais, de que é exemplo o apoio chinês à candidatura de António Guterres para Secretário-Geral da ONU. Pelas palavras de Augusto Santos Silva divulgadas no jornal *Público*, a China fundamentou a sua posição no reconhecimento de Portugal como “um país com uma voz ativa e uma posição equilibrada”, um país que conhece há mais de 500 anos, que honrou os compromissos decorrentes da questão de Macau e que é de confiança (Reis, 2017, para. 22). Não é de estranhar, por isso, que o atual período do relacionamento luso-chinês se encontre “na melhor fase histórica”, assim classificado por vários dirigentes políticos portugueses e chineses como o Embaixador da China em Portugal, Cai Run, em entrevista ao *Hoje Macau* (2019, para. 3).

2. *Especificidade de Macau: a herança portuguesa*

Macau é um território com características muito próprias, um pequeno porto às portas da China que ali persistiu “assolado por muitas tempestades naturais e políticas, mas que soube alimentar sempre uma ambição legítima muito maior do que a sua limitadíssima geografia” (Rangel, 2017, p. 414). Aos portugueses coube uma presença particularmente duradoura, hoje ainda visível nas fachadas da cidade, nos seus valores, nas pessoas, “ ‘pedras vivas’ da história e a sua memória” (Rangel, 2012, p. 97). Desse legado importa identificar os aspetos mais relevantes e evidentes que lhe resistem nas diferentes vertentes.

Durante o período de negociações, Portugal quis assegurar a autonomia de Macau após 1999. Em declarações ao jornal *Expresso*, Cavaco Silva (citado em Lima, 2018) recorda que a delegação portuguesa “levava definido um conjunto de objectivos que garantissem uma transição digna e assegurassem a defesa dos interesses de Portugal e da população do território” (p. 117). À data, e volvidos mais de quatro séculos de contactos, era uma responsabilidade histórica que se impunha. A consciência da necessidade de se “jogar um papel determinante na moldagem político-jurídica da nova Região Administrativa Especial de Macau” cabia nesse conjunto (Lima, 2018, p. 116). O resultado das conversações ficou, como vimos, firmado na Declaração Conjunta e na Lei Básica de Macau, que dotaram a região de poderes executivo, judicial e legislativo próprios. O programa de realizações executado nesse período abarcou igualmente ações na educação, serviços sociais, instituições, finanças, formação, relações

externas, saúde, enfim, no desenvolvimento de medidas e infraestruturas que preparassem o território para a mudança que se avizinhava (Rangel, 2016, pp. 15-16). Os seus direitos, liberdades e garantias, anteriormente assegurados pela Constituição da República Portuguesa, permaneceriam, para muitos, a melhor expressão viva da herança portuguesa na região (Rangel, 2016, p. 23).

O português ficou consagrado também como língua oficial do território no Artigo 9.º da Lei Básica de 1993, onde se lê que “além da língua chinesa, pode usar-se também a língua portuguesa nos órgãos executivo, legislativo e judiciais da Região Administrativa Especial de Macau, sendo também o português língua oficial” (Governo da RAEM, 1999). Está ainda presente nas placas toponímicas da cidade, nas cerimónias religiosas da Igreja Católica e em vários órgãos de comunicação – onde soma três diários e dois semanários (um deles luso-chinês), várias revistas, um canal de televisão e três estações de rádio (Rangel, 2016, pp. 52-54 e 62). Institutos, escolas, universidades e associações, de natureza pública e privada, portuguesas e macaenses, reforçam, atualmente, a sua difusão e ensino, como IPOR ou EPM. A atividade editorial em língua portuguesa permanece também muito significativa, que vê obras publicadas através dos serviços públicos, organismos da sociedade civil, instituições académicas e privados (Rangel, 2016, p. 51).

Há ainda um importante legado arquitetónico e histórico⁴³, onde comungam a influência portuguesa, chinesa e a de outros povos que por aí se cruzaram. O centro histórico, considerado património da humanidade pela UNESCO desde 2005, é particularmente rico em praças e largos de calçada portuguesa, estátuas, fortes, igrejas, antigos bairros residenciais e edifícios administrativos, onde se destacam locais como o edifício do Leal Senado, a Sé Catedral, as Ruínas de S. Paulo ou a Fortaleza do Monte (Rangel, 2016, pp. 40-43).

Os traços portugueses residem, naturalmente, em diversos aspetos da vida cultural de Macau. Apesar de terem perdido o seu carácter oficial após a transição, a celebração dos feriados históricos e de algumas festividades religiosas são datas que permanecem de grande significado para a comunidade macaense⁴⁴. O 10 de junho, Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, junta anualmente diversas instituições de matriz portuguesa perante o busto do

⁴³ Sobre os monumentos e outros espaços de interesse histórico e turístico em Macau sugiro o guia já citado de Alves e Simões (2016), que reúne com sucesso informações de um significativo número de locais sob a forma de roteiro.

⁴⁴ Para mais informações sobre as festividades de Macau ver 澳門 Macau: Festas e Festividades/Festivals and Festivities (IIM, 2015).

poeta, na Gruta de Camões. Simbolicamente, Camões continua a representar para muitos macaenses as suas origens, o seu passado e a sua segunda casa (Rangel, 2012, pp. 52, 53, 56 e 57). O 24 de junho, Dia da Cidade, foi oficialmente instituído pelo Leal Senado em 1622 e assim se manteve até 1999. Em 2007, impulsionada por alguns grupos associativos, a tradição do arraial em sua honra foi recuperada. (Lopes & Pinheiro, 2016, pp. 71 e 74). A história de Macau e da Igreja Católica no Extremo-Oriente são, portanto, indissociáveis, cujas relações remontam ao século XVI. Até aos dias de hoje podemos encontrar, para além das festas, um relevante conjunto de organismos educativos e de ação social no território, como a Santa Casa da Misericórdia. Aos aspetos já mencionados acrescenta-se a gastronomia macaense⁴⁵, cujas origens remontam ao estabelecimento dos primeiros portugueses em Macau, mas que contemplam uma multiplicidade de referências culturais (Rangel, 2012, p. 41). Deve ainda ser incluído o dialeto macaense patuá, um crioulo de base portuguesa, infelizmente ameaçado pelo perigo de extinção (Rangel, 2012, pp. 46 e 47).

Resta, por fim, referir a sua gente: as comunidades macaense, chinesa, portuguesa e as distintas diásporas residentes em Macau. Da parte portuguesa importa sublinhar a existência do Consulado-Geral, da delegação da AICEP, do Banco Nacional Ultramarino (BNU), das empresas portuguesas aí estabelecidas, da delegação da FO, do IPOR, da EPM, muitas operando com o importante apoio das entidades locais. Outras mantêm a sua ligação a Portugal e algumas até uma matriz portuguesa: a Casa de Portugal, o IIM, a Associação dos Trabalhadores da Função Pública, a Associação Promotora da Instrução dos Macaenses (APIM) e tantos outros (Rangel, 2016, pp. 59-63). Em jeito de conclusão, faço minhas as palavras do reputado académico e político macaense, Jorge Rangel (2016), aqui frequentemente citado e parafraseado, de que “é justo realçar, não obstante algumas insuficiências . . . a forma reconhecidamente positiva como o legado de Portugal foi amplamente respeitado e, em certas áreas, até valorizado” (p. 11).

3. *A aposta na lusofonia*

Após o *handover* de 1999, as valências e especificidade de Macau foram reconhecidas pela China, que rapidamente colocou a região na pegada da sua orientação externa. Em 2003,

⁴⁵ Sobre a gastronomia e outros aspetos socioculturais macaenses consultar a lista de trabalhos da investigadora Ana Maria Amaro.

foi neste sentido criado entre a RPC e sete países de língua portuguesa⁴⁶ – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e Timor-Leste – o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. O seu Secretariado Permanente seria transferido para a RAEM no ano seguinte, aspeto que lhe valeu o nome Fórum Macau e que veio tornar mais evidente os projetos assim atribuídos por Pequim ao território.

Instrumento “multilateral de cooperação intergovernamental”, tem como objetivo “a consolidação do intercâmbio económico e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, utilizando Macau como plataforma de ligação entre os Países Participantes” (Fórum Macau, s.d.-a, para. 2). Sem perder de vista a sua vocação primária, os domínios dessa cooperação são hoje mais alargados, estendendo-se a novas vertentes. No âmbito da 3ª Conferência Ministerial do Fórum Macau, em 2010, o então Primeiro-Ministro chinês, Wen Jiabao, exaltou no seu discurso a importância da língua portuguesa no relacionamento com os países lusófonos, aspeto que conferiu um impulso e incentivo renovados à missão de Macau no crescente exercício da cooperação cultural (Rangel, 2016, p. 29). O Fórum Macau tem assim procurado organizar ou apoiar iniciativas como a *Semana Cultural da China e dos Países de Língua Portuguesa*, em articulação com o *Festival da Lusofonia*, ou o *Desfile por Macau, Cidade Latina* (Raimundo, 2016, p. V). Ao nível da educação e recursos humanos foi criado o Centro de Formação do Fórum de Macau, em 2010, que coopera com o Governo de Macau, com as autoridades chinesas e com várias associações e instituições de ensino superior locais no intercâmbio e criação de quadros qualificados dos países de língua portuguesa (Governo da RAEM, 2020, s.p.).

Sob a direta orientação do Governo central, têm sido tomados esforços por parte das entidades oficiais locais para a transformação da RAEM num centro de serviços e formação de “talentos bilíngues em chinês e português”⁴⁷. Estudos como o de Maria Escaleira (2017) confirmam o *crescendo* dos últimos anos na apetência pela língua portuguesa e analisam as suas motivações, atribuíveis “à mudança de paradigma na forma de entender o valor da língua portuguesa . . . que, na China Continental e em Macau . . . tem um peso económico cada vez maior” (p. 49). De acordo com Sun (2018, pp. 16-17), vários estudos universitários sobre a aprendizagem de português por alunos chineses sugerem que o que parece mais motivar a sua

⁴⁶ Em 2017 foi acolhido um oitavo membro, São Tomé e Príncipe (MACAU, s.d., para. 1).

⁴⁷ Conforme vem sendo amplamente reiterado na comunicação social e se pode verificar em documentos do Governo da RAEM como o *Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM* (2016) e o programa *Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2019* (2019).

escolha são, entre outras, as razões profissionais. Tendo em conta o atual posicionamento e interesse chinês na África lusófona e no Brasil, este aspeto pode ser indiciador de uma língua cada vez mais percecionada como ferramenta de trabalho e negócios. O mesmo confirmam entrevistados como o Sr. Embaixador Paulo Cunha Alves (entrevista, 30 de maio, 2019), que declara falar-se hoje mais português em Macau do que há 20 anos – o que constitui, portanto, a premissa essencial a considerar. Como veremos no terceiro capítulo, também os números dos estabelecimentos de ensino como a EPM e o IPOR sugerem uma evolução na mesma direção.

CAPÍTULO III – A DIPLOMACIA CULTURAL PORTUGUESA EM MACAU

1. *Considerações Iniciais*

Parece-me pertinente destacar, numa nota introdutória, alguns aspetos da trajetória da diplomacia cultural portuguesa na cidade que precederam o período em estudo. Faço notar que estas considerações iniciais não pretendem encetar um paralelismo ou análise de fundo aos diferentes momentos da sua atuação, nem exaustivamente apontar todas as entidades ao seu serviço. Pretendem, por sua vez, assinalar a partir de que bases e em que conjuntura esse trabalho se desenrolou, para uma maior compreensão da sua performance na última década.

No segundo capítulo tivemos oportunidade de conhecer mais de perto distintos traços do legado português em Macau, de inegável valor para a sua condição especial. Motivo de reflexão foram também as negociações que desembocaram no seu *handover* e o sucesso de todo esse percurso. A salvaguarda do seu património cultural e histórico e a defesa da língua portuguesa constituíram temas pelos quais Portugal se bateu, representando para o país “uma questão de honra”⁴⁸. Com isto, o português seria mantido como uma das línguas oficiais e “a região definiria, por si própria, as políticas de cultura, educação, ciência e tecnologia e protegeria o património cultural de Macau, podendo também ser mantidas as relações económicas e culturais e celebrados acordos com países, regiões e organizações interessadas” (Rangel, 2017, p. 412). Quando então se finalizou o enquadramento político da transferência, “os desafios eram enormes em todos os domínios da actividade governativa e no seio da sociedade civil” (Rangel, 2016, p. 14). No decorrer deste período, procurou-se, por isso, o desenvolvimento de ferramentas e recursos que viabilizassem essa consolidação.

Neste âmbito, pelo Decreto-Lei n.º 27-F/79/M, de 22 de setembro, foi criada a Direcção dos Serviços de Educação e Cultura que assumia, entre as suas atribuições, a de prestação de “apoio técnico e logístico a quaisquer entidades, nomeadamente as que visem a promoção, difusão e propaganda da língua portuguesa, da cultura e da prática desportiva e recreativa” (p. 71). Sob a sua dependência contavam-se, à época, diversos organismos oficiais de educação, bibliotecas e o Arquivo Histórico de Macau (p. 73).

⁴⁸ Lima (2018, p. 119).

Já nos anos 80, era celebrado um protocolo de cooperação entre o ICALP, antecessor do antigo IC, e o Instituto Cultural de Macau⁴⁹, que emergia num conjunto de iniciativas que tinha por objetivo:

Garantir a manutenção do *diálogo cultural e civilizacional* para além da data da transferência do território, prevendo-se a criação de um centro de estudos dedicado ao ensino especializado da língua e da cultura portuguesas, a criação de leitorados de Português no Oriente, a promoção de actividades de investigação científica (sobretudo no campo documental) e divulgação cultural (Rollo, Queiroz, Brandão & Salgueiro, 2012, pp. 363 e 364).

Parte destas valências seria mais tarde atribuída ao IPOR, cuja fundação resultou de uma ação concertada entre diferentes entidades em 1989 e que tem, desde 1999, o Camões, I.P. na posição de associado maioritário (IPOR, 2014a, pp. 1-3). Veremos que este instituto permanece um incontornável centro difusor da cultura e da língua na agenda da diplomacia portuguesa no Extremo Oriente.

Ao nível do ensino público, nasceram durante a administração portuguesa estabelecimentos de formação superior de que são exemplo a Universidade de Macau⁵⁰ (UM), em 1981, a Escola Superior das Forças de Segurança, em 1988, o Instituto Politécnico de Macau (IPM), em 1991, ou o Instituto de Formação Turística (IFT), em 1995. Embora hoje sob a tutela das autoridades locais, neles podemos encontrar “uma oferta diversificada de cursos formais de língua portuguesa”⁵¹. A UM e o IPM continuam membros muito ativos da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP), além de desenvolverem, entre outras atividades, úteis parcerias e intercâmbios com órgãos de ensino superior de Portugal e de terem em funcionamento departamentos e centros relacionados com a língua portuguesa (Rangel, 2017, p. 416). No ensino público não superior, merece menção a criação de instituições como a Escola Secundária Luso-Chinesa de Luís Gonzaga Gomes, em 1985, ou a Escola Primária Luso-

⁴⁹ Atualmente somente sob a designação de Instituto Cultural, foi fundado “com a natureza de instituto público, em 4 de Setembro de 1982 pelo Decreto-Lei n.º 43/82/M, com o objectivo de apoiar a formulação e a execução da política de cultura e de investigação científica do Território . . . e promover a difusão e valorização da língua e cultura portuguesas nesta área geográfica” (Instituto Cultural, s.d., para. 1). Entre outras, a manutenção do Arquivo Histórico de Macau e das bibliotecas públicas é hoje da sua competência.

⁵⁰ Iniciou a sua atividade como Universidade da Ásia Oriental, mas seria posteriormente adquirida pela administração portuguesa e convertida na UM (Silva, 2011, p. 134).

⁵¹ Escaleira (2017, p. 60).

Chinesa da Flora, em 1995, cujos seus planos educativos abrangem, para além de uma secção em chinês, uma secção ministrada em língua portuguesa com o currículo de ensino português⁵².

Outros dois momentos significativos deram-se com a inauguração da EPM e da sua Fundação, em 1998, e, no ano seguinte, do Consulado-Geral de Portugal. A EPM, que mantém uma matriz pedagógica e cultural portuguesa desde o ensino primário até ao secundário, está inserida “no sistema educativo de Macau como instituição educativa particular sem fins lucrativos”⁵³. O Consulado-Geral surgiu na consequência do nascimento da RAEM e do seu regresso à China, tendo então sido “prometido à população de Macau que seria o maior da rede consular portuguesa”⁵⁴. Ambos serão revisitados a jusante.

No que aos meios de comunicação diz respeito, recorro diferentes iniciativas públicas portuguesas cujas atividades se podem também enquadrar nesta matéria. Com efeito, a delegação da Lusa em Macau abriu as suas portas em 1988⁵⁵ e aí se mantém em funções. Segundo Nicolau Santos (s.d., para. 6), Presidente do Conselho de Administração, é “a única agência estrangeira a operar na região e . . . a mais importante da nossa rede internacional”. Neste sentido, podemos ainda referir a revista *MACAU* ou a Empresa Pública de Teledifusão de Macau (TDM). A *MACAU*, escrita em língua portuguesa, começou a sua atividade em 1987 e é uma publicação do Gabinete de Comunicação Social do Governo da RAEM (*MACAU*, s.d., para. 1). De entre as categorias de que se ocupa, encontra-se igualmente vocacionada para as questões da cultura e da lusofonia⁵⁶. Já a TDM, de 1982, é, de acordo com o Decreto-Lei n.º 9/87/M, de 23 de fevereiro, responsável por “emissões de radiodifusão sonora e televisiva”, procurando “promover a divulgação da língua, música e cultura portuguesas . . . através de programas didáticos, culturais e recreativos” (pp. 395 e 398). A TDM tem recebido apoio técnico da RTP desde a década de 80 e as duas gozam desde então de uma “boa relação de cooperação” (Jornal Tribuna de Macau, 2018, para. 4).

Muitos aspetos da diplomacia cultural portuguesa ficam por referir nesta resenha necessariamente limitada. Não obstante os esforços das autoridades portuguesas na criação de meios que pudessem assegurar a preservação desse legado, o alargado programa de reformas e realizações que se encetara correspondeu a uma resposta ao desinvestimento de várias décadas

⁵² Escalera (2017, p. 58).

⁵³ Rangel (2017, p. 415).

⁵⁴ Rangel (2016, p. 62).

⁵⁵ Correia (1988, p. 25).

⁵⁶ Domingues (2017).

no território⁵⁷. Sobretudo no que concerne ao ensino da língua, são apontadas várias carências decorrentes da organização deficiente do setor, do parco investimento ou da falta de tradição de políticas linguísticas (Silva, 2011, p. 121; Silva & Hernandez, 2014, p. 69). Depois de 1999, o seu destino em Macau parecia “intransitivo”⁵⁸ e a possibilidade de aposta nesta área tratava-se, para alguns, de *wishfull thinking*⁵⁹. Tal circunstância é corroborada por vários entrevistados, como testemunha o Dr. Sales Marques:

Logo após a transição, havia aquela ideia de que o português era uma língua pouco importante para Macau . . . A questão que se colocava, até em termos muito públicos, era a de que Macau deveria abraçar a língua inglesa (entrevista, 3 de junho, 2019).

No início do século XXI, esta tendência começaria, porém, a dar sinais de mudança. É com estas considerações no horizonte que me proponho por fim discorrer acerca de três entidades oficiais de referência: o IPOR, a EPM e o Consulado-Geral. Numa análise que incidirá sobre a sua história, missão, estrutura e intervenção na RAEM, serão assinalados os pontos-chave das suas ações a partir dos indicadores propostos no início desta dissertação – evolução do número de alunos, envolvimento em atividades culturais e realização de protocolos, acordos e/ou ações de cooperação – e das entrevistas reunidas.

2. Entidades Oficiais

2.1. O Instituto Português do Oriente

O IPOR surgiu em 1989 na sequência das políticas de transição do território, pelo Decreto-Lei n.º 57/89/M, de 11 de setembro. Classifica-se como “uma pessoa colectiva de direito privado, com natureza associativa, autonomia financeira e património próprio” (Boletim Oficial da RAEM, 2009, p. 6905). Na sua génese estiveram envolvidas a FO, com 51% da participação, o Território de Macau, com 29%, o Estado Português representado pelo ICALP, com 15%, e vários associados ordinários, com 5% (IPOR, 2014a, p. 3). Inicialmente, as suas funções fundamentais passavam, conforme estipulado no mesmo decreto, por:

⁵⁷ Fernandes (1997, p. 46).

⁵⁸ Silva (2012, p. 9).

⁵⁹ Expressão retirada da entrevista com a Dra. Vera Borges (5 de junho, 2019).

Preservar e valorizar a presença cultural portuguesa na zona do Índico e do Pacífico e promover o conhecimento das culturas orientais em Portugal; desenvolver o diálogo e a solidariedade com as comunidades de raiz cultural portuguesa, tendo como objectivo último aprofundar as relações históricas de Portugal com os países do Oriente, nomeadamente a República Popular da China (p. 5020).

Com sede localizada no território e podendo fazer-se representar noutros países da região historicamente ligados aos portugueses, o IPOR teria em Macau um “pólo dinamizador da presença cultural portuguesa no Oriente e local privilegiado do relacionamento Ocidente/Oriente” (p. 5020).

Em 1999, como consequência das alterações político-jurídicas de Macau, ocorre uma reestruturação do corpo associativo do instituto. O Estado Português, já representado pelo então IC, assume 51% da participação, a FO 44% e os associados ordinários 5%. Excetuando algumas alterações na estrutura dos associados ordinários, esta é a composição associativa que permanece em vigor (IPOR, 2014a, p. 3). A 20 de dezembro do mesmo ano, a sua sede era transferida para a Casa da Lusofonia, em Lisboa, mas a mesma retornaria a Macau em 2009, onde aí se conserva (IPOR, 2014a, p. 1). Ao longo da sua existência, os estatutos do IPOR foram sofrendo transformações, fruto da sua natural evolução institucional e no sentido de coadunar a sua estrutura e competências com o contexto histórico envolvente (IPOR, 2014a, p. 1). Assim, a partir de 2009 a missão da língua e do seu ensino-aprendizagem passa a adquirir uma nova dimensão⁶⁰. A atividade cultural, “vertente complementar da acção de difusão da língua portuguesa no IPOR”, teria então na articulação com o ensino uma presença “necessária e desejável” (IPOR, s.d.-a, para. 7).

Quanto à sua estrutura organizacional⁶¹, o instituto é encabeçado pela Direção – atualmente presidida pelo Dr. Joaquim Coelho Ramos –, a quem compete “o planeamento e a gestão de toda a atividade do IPOR, mediante as diretivas submetidas e aprovadas em Assembleia-Geral pelos associados” (IPOR, 2013a, p. 14). Três outras estruturas são particularmente relevantes: o Centro de Língua Portuguesa (CLP), a Biblioteca Camilo Pessanha (BCP) e o Café Oriente (IPOR, 2014a, p. 5). O CLP, instituído em 1990, tem a seu cargo a gestão de todas as tarefas que se relacionam com o ensino da língua portuguesa,

⁶⁰ IPOR (s.d.-a, para. 2-4).

⁶¹ Organograma disponível em <http://ipor.mo/principal/quem-somos/organograma-e-funcoes/> (último acesso a 05.12.2020).

incluindo no âmbito das atividades formativas e da realização de exames de certificação (IPOR, s.d.-b, para. 3 e 4). A sua ação é por isso vital à missão do instituto. Os cursos de português que disponibiliza estão orientados para variados níveis de língua, idades, propósitos e necessidades, apresentando uma oferta formativa que elenca cursos diversificados⁶². A BCP, inaugurada em 1998, tornou-se o recipiente de um significativo espólio cultural e de um núcleo bibliográfico da Biblioteca Central de Macau. Em 2014, era detentora de cerca de 21.000 títulos (IPOR, 2014a, p. 5). A par do serviço público de leitura, presta o serviço de “produção e desenvolvimento de conteúdos destinados à página na internet e a realização de exposições . . . bem como de iniciativas que visem a promoção do diálogo intercultural entre os espaços de língua portuguesa” (IPOR, 2013a, p. 15). O Café Oriente proporciona o encontro de formandos e a realização de eventos abertos à comunidade nas suas instalações (IPOR, 2014a, p. 5).

O IPOR dispõe ainda de um conjunto de recursos *online* que importa salientar. Através da sua página oficial os utilizadores podem aceder à ARELP – Árvore de Recursos de Língua Portuguesa – para consulta de materiais didáticos, ferramentas pedagógicas para a atividade docente, conteúdos no campo da investigação científica, das artes ou da cultura, apenas para citar alguns exemplos. A iniciativa, que pretende continuar a alargar-se, nasceu em 2013 com o intuito de construção de um espaço que proporcionasse a reunião e o acesso a dados informativos em diversos domínios (IPOR, s.d.-c, para. 5). O seu *website* divulga também notícias sobre eventos, edições de livros e outras ações que têm o apoio deste organismo. Utiliza a plataforma de ensino *Moodle* para “apoio, técnico e pedagógico, a docentes e estudantes do IPOR e impulsionar metodologias de ensino aprendizagem diferenciadas”⁶³ e a rede social *Facebook*, considerada uma “ferramenta de grande alcance para os objetivos da instituição”⁶⁴. A estratégia de comunicação digital corresponde, portanto, a um dos projetos do IPOR para reforço da sua presença e marca⁶⁵.

Por fim, é devida uma referência à Livraria Portuguesa. Propriedade do IPOR concessionada a privados, abriu portas em 1985⁶⁶ com as atribuições de “promover, divulgar e comercializar as iniciativas editoriais redigidas em língua portuguesa, . . . nas línguas chinesa

⁶² IPOR (2014a, p. 8).

⁶³ IPOR (s.d.-d). Acesso à plataforma a partir do endereço www.ipor.org.mo/moodle/ (última visita a 05.12.2020).

⁶⁴ IPOR (2014a, p. 6). Acesso à rede a partir do endereço www.facebook.com/IPOR.Macau (última visita a 05.12.2020).

⁶⁵ A inauguração, por exemplo, de um laboratório de línguas digital em 2019 atesta a dimensão tecnológica que o instituto tem procurado assumir.

⁶⁶ Mesquita (2015, para. 10).

e inglesa” (IPOR, s.d.-a, para. 8). Alberga igualmente uma galeria que acolhe eventos de instituições heterogéneas, em regra geral ligados à comunidade portuguesa. Localizada no centro da cidade, “é uma das grandes montras da cultura portuguesa no território” (Barbosa, 2020a, para. 1 e 2).

2.2. A ação do Instituto Português do Oriente na RAEM

Conforme observado, a ação do IPOR na RAEM reside em diferentes aspetos da cultura e da língua. Entre 2009 e 2019, sucederam-se 10 anos de intervenções e acontecimentos sobre os quais é imperativo refletir para que algumas pistas possam ser lançadas no sentido de melhor a entendermos.

No que se refere à evolução do seu número de alunos, tem-se registado, de acordo com os dados revelados pelo instituto, uma tendência de crescimento. Em 2009, contavam-se cerca de 3000 formandos e, em 2017, apesar dos ligeiros avanços e recuos de 2012 a 2016, 5015⁶⁷. Em 2019, foram recebidos nas instalações do IPOR de Macau aproximadamente 5000 alunos matriculados nos cursos gerais ou específicos (Barbosa, 2020b, p. 56). A evolução positiva da curva torna-se mais evidente se considerarmos os dados da década de 90 e do início do século XX: o ano com maior número de alunos, por volta de 1997, não atingiu os 2000. A título de curiosidade, e embora não abrangendo inteiramente o intervalo cronológico delineado, destaco ainda o aumento, entre 2012/2013 e 2018, do número total de formandos dos cursos para fins específicos de 1210 para 2002, do número de cursos para fins específicos de 20 para 47 ou do número total de exames de certificação realizados no IPOR de 31 para 220⁶⁸. O curso orientado para crianças e jovens, que teve o seu início em 2011, registou 50 alunos em 2013⁶⁹ e, de acordo o Diretor do IPOR⁷⁰, mais de 120 em 2019, havendo já lista de espera para ingresso nessas oficinas. Em 2013, foram criados cursos intensivos de curta duração que vão “ao encontro de um novo segmento de procura” (IPOR, 2014a, p. 9). O seu progresso entre 2013 e 2018 verificou um incremento de 81 para 119 alunos⁷¹.

⁶⁷ Ver gráficos 1 e 2 em anexo.

⁶⁸ Ver gráficos 3, 4 e 5 em anexo. Muito sucintamente, os cursos para fins específicos estão direcionados para contextos mais particulares de utilização do português. Estes incluem, por exemplo, a formação da língua portuguesa aos alunos do IFT (IPOR, 2014a, p. 9).

⁶⁹ Ver gráfico 6 em anexo.

⁷⁰ Em declarações avançadas pela Lusa ao jornal *Hoje Macau* (Ramos, 2019, p. 3).

⁷¹ Ver gráfico 7 em anexo.

O IPOR enquadra também no seu currículo uma vasta lista de atividades culturais concretizadas em Macau. Em baixo segue o resultado de um levantamento que procurou congregar algumas das suas iniciativas e participações de maior expressão nesse período:

- ❖ *Dia de Portugal, Camões e das Comunidades Portuguesas* → Participação do IPOR na organização anual de um amplo programa de atividades que integra o apoio do Consulado-Geral e de outras instituições de matriz portuguesa em/de Macau. As comemorações do 10 de junho dirigem-se às comunidades portuguesa e macaense, procurando reforçar os laços históricos e culturais entre Portugal e a RAEM (IPOR, 2013b, p. 1);
- ❖ *Festival da Lusofonia* → Participação nas edições de 2010 e 2011 com uma exposição promocional sobre o instituto, em parceria com o Secretariado Permanente do Fórum Macau (IPOR, 2010, p. 16; IPOR, 2011, p. 21). Este festival tem como objetivo principal celebrar as comunidades lusófonas residentes na RAEM, sendo já “uma das grandes festividades anuais do calendário cultural de Macau” (Instituto Cultural, 2017, para. 2);
- ❖ *Dia Aberto do IPOR/Língua Portuguesa em Festa* → Criação do *Dia Aberto do IPOR* em 2011. A partir de 2013 adquiriu novos contornos, passando a designar-se *Língua Portuguesa em Festa* (IPOR, 2014a, p. 13). A edição de 2014 esteve integrada nas comemorações do 25º aniversário do IPOR, tendo reunido um conjunto diversificado de atividades lúdicas e formativas com vista à captação de novos formandos e ao reforço do diálogo com a comunidade (IPOR, 2014b, para. 2 e 8);
- ❖ *En-Cantos* → Participação na organização da quinzena de animação cultural ocorrida em 2012, juntamente com o Consulado-Geral e com a Casa de Portugal em Macau, numa “colaboração que mereceu o forte reconhecimento dessa missão diplomática portuguesa” (IPOR, 2012, p. 5);
- ❖ *Festival Literário de Macau - Rota das Letras* → Estabelecimento de uma parceria entre o IPOR e o festival desde 2012⁷², ano da sua criação. Este evento anual tem uma componente internacional, acolhendo convidados de diversas nacionalidades e

⁷² IPOR (2014a, p. 11).

geografias. É considerado “o primeiro grande encontro de literatos da China e dos Países de Expressão Portuguesa alguma vez organizado” (The Script Road, s.d.);

- ❖ *Doclisboa* → Realização da iniciativa pelo IPOR em parceria com o *Doclisboa*, a Apordoc - Associação pelo Documentário e com o apoio de outras entidades. A primeira extensão do festival de cinema a Macau ocorreu em 2013, tendo vindo a concretizar-se anualmente desde então⁷³. Tem como objetivos “proporcionar ao público, aos criadores e produtores da RAEM o contacto com a contemporaneidade artística portuguesa nesta área” e criar “um evento de futuro de referência na área do cinema documental, potenciando o triângulo Macau/Portugal/outros Países de Língua Portuguesa” (IPOR, 2013c, para. 2 e 5);

- ❖ *Teatrau - Mostra de Teatro dos Países de Língua Portuguesa* → Coordenação da mostra de teatro integrada na *Semana Cultural da China e dos Países de Língua Portuguesa*, criada e organizada desde 2008⁷⁴ pelo Secretariado Permanente do Fórum Macau. O programa, que teve a sua estreia em 2014, contempla vários espetáculos e a realização de sessões e oficinas (IPOR, 2014c, para. 1 e 8). O evento acontece todos os anos com a cooperação do IPOR e concentra companhias de teatro dos vários PLPs (IPOR, 2019a).

Feiras, colóquios, seminários, atribuições de prémios e/ou bolsas, exposições, concursos, sessões de cinema, espetáculos perfazem alguns dos exemplos inscritos na sua linha de atuação. De Portugal têm sido trazidos ao território profissionais cujas áreas se espriam da música ao humor, à escrita, à pintura, à fotografia e a várias outras. No ano de 2019, em 98 iniciativas realizadas passaram pela RAEM 143 agentes culturais portugueses (Monjardino & Ramos, 2020, para. 7). No domínio editorial e das publicações, a intervenção do IPOR compreende projetos de tradução, de apoio ao lançamento de livros ou no desenvolvimento de guias técnicos de língua. Na impossibilidade de me deter por mais tempo nesta matéria, remeto o leitor para a página oficial do instituto, em www.ipor.org.mo, onde encontrará disponíveis relatórios, notícias e mais informações acerca do seu trabalho em Macau.

⁷³ Todas as edições em <http://ipor.mo/?s=doclisboa&lang=pt-pt> (último acesso a 05.12.2020).

⁷⁴ Fórum Macau (2016, para. 4).

No âmbito da realização de protocolos, acordos e/ou ações de cooperação com outras entidades, destaquem-se os seguintes:

- ❖ *Ser e Saber da Língua Portuguesa* → Colaboração na realização de um curso de verão de português destinado a alunos universitários de Macau e de outras regiões. O primeiro módulo do curso acontece na RAEM, onde os alunos frequentam o IPOR, e o segundo, que tem a duração aproximada de um mês, é desenvolvido em Portugal. O programa, lançado pelo Gabinete de Apoio ao Ensino Superior de Macau (GAES), está em funcionamento desde 2012, abrindo vagas todos os anos. Para além do IPOR, participam nesta atividade a Universidade de Lisboa e a Universidade do Porto (Ponto Final, 2017);
- ❖ *Protocolo de Cooperação entre o IPOR e os SAFFP - Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública da RAEM* → Assinatura, em 2013, de um protocolo para “a promoção e o reforço das competências em Língua Portuguesa dos quadros dos diversos serviços da administração e da função pública” (IPOR, 2013d, para. 1);
- ❖ *Estágios Profissionais* → Acolhimento de três alunos da Licenciatura em Língua Portuguesa da UM para realização de estágios profissionais no IPOR. A ação foi concretizada em 2013 como forma de “consolidar a cooperação com instituições de ensino superior da RAEM” e “proporcionar a jovens com elevado interesse e apetência pela Língua Portuguesa experiências inovadoras ao nível do seu ensino” (IPOR, 2013e, para. 5);
- ❖ *Encontro de Pontos de Rede de Ensino de PLE na Ásia* → Organização e acolhimento do encontro anual que reúne representantes da rede de Ensino de Português no Estrangeiro oriundos de diversos pontos da Ásia, de instituições de Macau e docentes do IPOR. Entre outros aspetos, a iniciativa pretende reforçar o “papel de Macau como plataforma para o ensino do Português na região Ásia-Pacífico e âncora para redes de colaboração envolvendo diferentes atores regionais” (IPOR, 2015, para. 4). A primeira edição aconteceu em 2015 e tem contado com o apoio de várias entidades de Macau⁷⁵;

⁷⁵ Todas as edições em <http://ipor.mo/?s=pontos+de+rede&lang=pt-pt> (último acesso a 15.12.2020).

- ❖ *Balcão de Apoio ao Estudante Internacional* → Criação, em 2017, de um instrumento informativo de suporte aos alunos da RAEM e da RPC que, ao abrigo *Estatuto de Estudante Internacional*, pretendam estudar em universidades portuguesas. Parceria do IPOR com o GAES, universidades portuguesas e o Consulado-Geral (IPOR, 2017, para. 1 e 2);
- ❖ *Colaboração entre o IPOR e a Universidade Aberta* → Estabelecimento de uma colaboração em 2018 que permite o acesso dos cidadãos de Macau à formação de ensino superior desta universidade. O IPOR passou a funcionar “como centro de realização de exames da Universidade Aberta (UAB), acolhendo assim as provas de avaliação de alunos daquela instituição de ensino superior no território” (Jornal Tribuna de Macau, 2018, para. 2 e 4);
- ❖ *Macau e a Língua Portuguesa: Novas Pontes a Oriente* → Organização conjunta de um congresso entre o IPOR e o IPM. Este encontro científico, de 2019, destinou-se à divulgação do “resultado de trabalhos de investigação que se têm vindo a desenvolver em várias áreas ligadas à língua portuguesa” e do “papel de forte relevo que Macau desempenha nas dinâmicas pedagógicas e científicas em campos que vão da língua à cultura, ou das literaturas às atividades da tradução e interpretação relacionadas com este idioma” (IPOR, 2019b, para. 2). Os eventos contaram com a participação de palestrantes internacionais e portugueses;
- ❖ *Protocolo de Cooperação entre o IPOR, a Direcção dos Serviços do Ensino Superior da RAEM e a Universidade do Porto* → Assinatura, em 2019, de um protocolo que visa facilitar, a partir de 2020/2021, o acesso ao estudo na Universidade do Porto. Para os alunos de Macau que pretendam frequentar a universidade será criado, em regime anual, um contingente especial de aproximadamente 100 vagas. Irá impor-se a frequência num curso preparatório de português, com o primeiro semestre a decorrer no IPOR (Macedo, 2019, para. 2; Fórum Macau, 2019).

De notar que, sobretudo a partir da revisão estatutária de 2009, tem ainda prestado assessoria a outras instituições de ensino e órgãos locais, consubstanciando, atualmente, já cerca de 30 parceiros na formação em língua portuguesa (IPOR, 2011, pp. 6 e 7; Monjardino &

Ramos, 2020, para. 4). Particularmente na área dos cursos para fins específicos, estabelece relações de cooperação com os SAFP, o IFT, a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude (DSEJ), o GAES, o Centro de Formação Jurídica e Judiciária, o BNU, o Comissariado da Auditoria da RAEM, as Forças de Segurança de Macau, entre outros (IPOR, s.d.-e).

Num balanço geral, os dados disponíveis parecem traduzir-se num desempenho positivo do IPOR no território. Em 2013, o reconhecimento público da sua vocação e trabalho valeu-lhe o recebimento da Medalha de Mérito Cultural pelo Chefe do Executivo, aspeto que se somou ao estatuto de Utilidade Pública Administrativa já atribuído em 1991 pelo Governo de Macau (IPOR, 2014a, p.22). As declarações dos entrevistados apontam no mesmo sentido, onde o instituto surge referido, na maioria dos casos, como um dos organismos de destaque nessa missão da promoção da língua e cultura portuguesas. Miguel de Senna Fernandes (entrevista, 12 de junho, 2019) considera-o “um promotor com muita garra na defesa da língua portuguesa” e com “um trabalho meritório que tem chamado a atenção de muitos chineses”. Gonçalo César de Sá (entrevista, 31 de maio, 2019) coloca-o na primeira posição de entre as instituições portuguesas. Os testemunhos dos docentes Vera Borges (entrevista, 5 de junho, 2019) e Pedro Santos (entrevista, 3 de junho, 2019), assim como os de vários outros, articulam-se também nessa direção. Volvidos 30 anos, escrevem Carlos Monjardino, Presidente da FO, e Luís Faro Ramos (2020) que as metas do IPOR para o futuro passam pela sua contínua integração nos projetos regionais da RAEM, pelo reforço do seu papel numa área geográfica que não se circunscreve apenas a Macau e à construção de uma estratégia capaz de responder aos novos desafios e necessidades.

2.3. A Escola Portuguesa de Macau

A EPM constitui-se como herdeira de três anteriores instituições de ensino em português: a Escola Primária Oficial, o Liceu de Macau e a Escola Comercial Pedro Nolasco (Escaleira, 2017, p. 58). Face à aproximação do processo de retrocessão, foi estabelecida em 1998 pelo Decreto-Lei n.º 89-B/98, de 9 de abril, “como medida de salvaguarda da língua e cultura portuguesa naquele território após 20 de Dezembro de 1999” (p. 427). O seu surgimento implicou a criação conjunta da Fundação Escola Portuguesa de Macau, entidade titular e responsável pela sua gestão, de “direito privado e utilidade pública” (p. 427). Na sua origem estiveram envolvidos o Estado Português, a APIM e a FO. Ao Governo Português caberia “a função de garante fundamental do futuro da instituição e do seu projecto educativo e cultural”, assumida no mesmo diploma “através da participação maioritária do Ministério da Educação

no Conselho de Administração da Fundação” (p. 427). Com sede em Macau, o seu fundo financeiro inicial era principalmente assegurado pelo Estado Português em 51% e pela FO em 49%, sendo uma contribuição da APIM a cedência do espaço a utilizar (pp. 429 e 430). A alteração dos estatutos de 2016 oficializou a saída da FO do quadro da administração da Fundação, que mantém a presença dos seus restantes dois fundadores (Boletim Oficial da RAEM, 2016, p. 3206). Em matéria de financiamento, a escola conta, para além do património da Fundação EPM e propinas, com os apoios da DSEJ e da FM (Machado, 2018, para. 11).

Conforme mencionado, encontra-se inserida no sistema educativo de Macau, ministrando um currículo que “segue os planos de estudo da oferta nacional para os ensinamentos básico e secundário” (Inspeção-Geral da Educação e Ciência, 2012, p. 1). Tal singularidade permite, de acordo com a EPM (documento de apresentação da escola, 2019)⁷⁶, as “transferências diretas de alunos dentro do sistema educativo português, o acesso às instituições de ensino superior portuguesas e estrangeiras, . . . o acesso ao ensino superior em Macau e uma normal inserção no mundo do trabalho e na sociedade local”. Entre os seus vetores de intervenção encontra-se o “reforço do ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa para alunos de línguas maternas chinesa, inglesa ou outras, afirmando-se como parceiro privilegiado de instituições locais para o ensino e difusão da Língua e Cultura Portuguesa” (documento de apresentação da escola, 2019).

Sendo um estabelecimento de ensino não superior, leciona, portanto, os níveis de 1º, 2º e 3º ciclos e secundário com as devidas adaptações à realidade de Macau. O plano de estudos é concretizado em português e a aprendizagem das duas línguas estrangeiras complementares pode fazer-se a partir de duas vias: uma direcionada para o chinês e para o inglês e outra apenas para o inglês (EPM, s.d.-a). Para os alunos escolarizados noutras línguas veiculares é proporcionada a frequência, desde 2009/2010, de um ano preparatório para aquisição de competências em língua portuguesa antes de encetarem os seus estudos no currículo regular (Domingues, 2019, p. 174). Entre outras valias, incluem-se, igualmente, as aulas de português como língua não materna para os estudantes da EPM, os cursos de PLE⁷⁷ para jovens do ensino secundário de outras instituições da RAEM e o curso de verão, também destinado a alunos externos que pretendam estabelecer os primeiros contactos com a língua (EPM, s.d.-a; Domingues, 2019, 176).

⁷⁶ Informação não publicada, gentilmente cedida pelo Dr. Manuel Machado.

⁷⁷ Financiados pela DSEJ e em funcionamento desde 2007 (Domingues, 2019, p. 136).

A organização da EPM reparte-se por diferentes órgãos⁷⁸. A Direção é constituída desde 2013 pelos portugueses Dr. Manuel Machado e Dr^a. Zélia Baptista, elementos “responsáveis por todos os aspetos da vida da instituição, dos pedagógicos aos administrativos”⁷⁹. O Núcleo de Apoio está designado para o “estabelecimento de pontes entre a população discente e docente e a direção da escola. Entre outras funções, cabe-lhe assegurar o apoio aos diretores de turma, ajudar na implementação do plano anual de atividades e responder às solicitações da direção” (EPM, s.d.-b).

Dos recursos e instalações da EPM fazem parte uma biblioteca e uma sala de leitura “apetrechadas com as mais recentes publicações”, laboratórios científicos, um ginásio para a prática de atividades físicas, um auditório, salas de aula equipadas com quadros interativos e ferramentas audiovisuais e informáticas, salas de música, gabinetes e outros (EPM, s.d.-a; EPM, 2015, p. 10). No campo digital, a rede social *Facebook* e o canal de *YouTube* servem os propósitos de divulgação de atividades, comunicação de notícias e similares⁸⁰. Dispõe ainda de um espaço *Moodle* reservado ao ensino e aprendizagem (Inspeção-Geral da Educação e Ciência, 2012, p.14). O *website* da escola e da biblioteca virtual também em funcionamento estão, no entanto, em processo de atualização e com informações em falta⁸¹.

2.4. A ação da Escola Portuguesa de Macau na RAEM

A análise da ação da EPM em Macau assenta em princípios homólogos aos da análise desenvolvida sobre o IPOR, utilizando os mesmos indicadores, cronologia e fontes entrevistadas.

Sobre o número total de estudantes inscritos na escola, no final do ano letivo de 2008/2009 existiam 482 alunos e, no início de 2018/2019, o seu total era de 609⁸². Apesar do pequeno decréscimo nos anos de 2009/2010, 2010/2011 e 2015/2016, confirma-se, na última década, uma subida gradual das matrículas efetuadas. Contudo, observando os anos precedentes – e ao contrário do sucedido no IPOR –, o histórico de alunos da EPM registou uma acentuada redução desde 1998/1999, ano em que frequentavam o estabelecimento 1132 alunos. Tendo

⁷⁸ Mais informações em EPM (2015, pp. 10-16).

⁷⁹ Machado (2015, p. 2).

⁸⁰ Acesso a partir dos endereços <https://www.facebook.com/epmacau98> e <https://www.youtube.com/user/epmacau> (última visita a 05.12.2020).

⁸¹ Acesso a partir dos endereços www.epmacau.edu.mo e www.epmbiblioteca.weebly.com (última visita a 05.12.2020).

⁸² Ver gráfico 8 em anexo. Dados do final desse ano letivo não disponíveis.

vindo a diminuir todos os anos, o ponto de inversão desta tendência dar-se-ia somente a partir de 2011/2012. Particularmente no que respeita ao curso de PLE, entre os anos letivos de 2008/2009 e 2017/2018⁸³ denotou-se um incremento de 75 para 171 alunos. Os anos que registaram mais inscrições situaram-se, porém, entre 2013 e 2016, com um máximo atingido de 247 alunos em 2015/2016. É interessante considerar também o fator nacionalidade. Os estudantes portugueses constituem, tradicionalmente, uma manifesta maioria (EPM, 2015, p. 8). No ano letivo de 2018/2019, frequentaram a escola 461 alunos de origem portuguesa, seguindo-se os de origem chinesa com 88⁸⁴. Entre os 60 alunos das restantes nacionalidades sobressaem os de origem brasileira e angolana, com 12 e 9 alunos respetivamente⁸⁵. Um perfil que, aliás, já em 2014/2015 se verificava, segundo dados da mesma instituição (EPM, 2015, p. 8).

O conjunto de atividades que integra o seu raio de intervenção surge frequentemente articulado com ações de outras instituições portuguesas ou de matriz portuguesa, conforme se vê pelas iniciativas que me cumpre salientar:

- ❖ *Dia de Portugal, Camões e das Comunidades Portuguesas* → Celebração anual do 10 de junho por parte da EPM. Os alunos prestam homenagem ao poeta e ao país através da declamação de poemas, espetáculos de dança e de outras formas de expressão da cultura portuguesa na cerimónia (Rangel, 2012, p. 57; Inspeção-Geral da Educação e Ciência, 2012, p. 5);
- ❖ *Festival da Lusofonia* → Participação anual dos alunos da EPM no evento. Os grupos intervenientes realizam performances de dança e/ou música portuguesa⁸⁶;
- ❖ *Festival Literário de Macau - Rota das Letras* → Apoio ao festival e acolhimento de sessões nas instalações da escola. Ao abrigo desta iniciativa têm passado pela EPM vários nomes da cultura portuguesa como o humorista Ricardo Araújo Pereira e o

⁸³ Ver gráfico 9 em anexo. Dados do final do ano letivo de 2017/2018 e do ano de 2018/2019 não disponíveis.

⁸⁴ Ver gráfico 9 em anexo.

⁸⁵ Ver gráfico 10 em anexo.

⁸⁶ Para mais informações ver, por exemplo, as edições correspondentes a 2013 e 2019: <https://www.mocalendar.com/events/the-16th-lusofonia-festival/> e <http://edocs.icm.gov.mo/events/20191009P.pdf?t=1570689415181> (último acesso a 15.12.2020).

escritor Rui Zink, em 2013⁸⁷, ou os escritores Raquel Ochoa e João Morgado, em 2017⁸⁸;

- ❖ *Feira do Livro da EPM* → Realização de duas feiras do livro anuais pela EPM, em parceria com diversas livrarias da RAEM (Machado, 2016, para. 3). O IPOR tem estado representado em algumas edições como as de 2010 e 2011 (IPOR, 2010, p. 18; IPOR, 2011, p. 21);
- ❖ *25 de Abril* → Organização e participação nas comemorações da efeméride pela escola e pelos seus estudantes. As atividades anuais⁸⁹ incluem cânticos de abril, concertos, exposições e/ou a tertúlias com personalidades relacionadas com o tema. Na sessão de 2018 estiveram presentes os portugueses João Soares e Manuel Geraldes (Almeida, 2018, para. 1 e 2).
- ❖ *Dia da Escola Aberta* → Abertura das portas da EPM à comunidade local com o objetivo de promover e divulgar o seu projeto educativo. A iniciativa ocorre todos os anos desde 2010, consistindo no “evento mais importante do calendário das atividades da escola” (Tempus & Modus, 2014, p. 14). Fomentando o seu sentimento de pertença e identidade, constitui também “uma oportunidade única na divulgação da língua e da cultura portuguesa” (Inspeção-Geral da Educação e Ciência, 2012, p. 13).

A EPM concerta atividades de cultura e língua portuguesa não só de e para a comunidade escolar, mas também fora dela (Inspeção-Geral da Educação e Ciência, 2012; EPM, 2014; EPM, 2016). Nas suas principais áreas de atuação inscrevem-se iniciativas no âmbito da comemoração de datas e feriados relevantes, encontros com personalidades variadas, exposições, concursos e competições interescolares e outras (documento de apresentação da Escola, 2019). Na produção de livros e publicações tem concretizado uma forte aposta em trabalhos de alunos e professores “para a promoção da leitura e da escrita, para a divulgação do trabalho da escola no exterior e para o suprimento de necessidades pedagógicas do ensino local”

⁸⁷ Lusa (2013, para. 1).

⁸⁸ Gonçalves (2017, para. 1).

⁸⁹ Sobre as atividades desenvolvidas em torno do 25 de abril consultar, por exemplo, as seguintes notícias: <https://jtm.com.mo/local/alunos-da-epm-celebraram-25-de-abril-musica/>, <https://sicnoticias.pt/pais/2010-04-25-25-de-abril-no-outro-lado-do-mundo3> ou <https://pontofinalmacau.wordpress.com/2018/04/25/o-25-de-abril-faz-me-lembrar-que-ja-podemos-ser-livres/> (último acesso a 17.12.2020).

(EPM, s.d.-c). Neste campo, é especialmente relevante o jornal escolar *Tempus & Modus*⁹⁰, com três edições por ano, que sintetiza todas as ações realizadas durante o período letivo.

Por último, examinemos diferentes protocolos, acordos e/ou ações de cooperação em que a EPM surge envolvida:

- ❖ *Protocolo de Cooperação entre a EPM e a Escola Profissional Amar Terra Verde* → Assinatura de um protocolo em 2010 com a instituição de ensino profissional de Vila Verde, “visando o intercâmbio de alunos e professores, partilha de experiências e projectos de novos currículos académicos” (Correio do Minho, 2010, para. 6);
- ❖ *Protocolo de Cooperação entre a EPM e o Observatório da Língua Portuguesa* → Assinatura, em 2012, de um protocolo “para a difusão da língua e cultura portuguesas”, em que escola passa a integrar a rede de parcerias do Observatório da Língua Portuguesa (Ponto Final, 2012, para. 1 e 3);
- ❖ *Protocolo de Cooperação entre a EPM e o Ensino Magazine* → Assinatura de um protocolo em 2014 para a gratuita distribuição do jornal português *Ensino Magazine* na escola e publicação de notícias relacionadas com a EPM no mesmo jornal, numa secção dedicada à lusofonia (Carrega, 2014, para. 2);
- ❖ *Protocolo de Cooperação entre a EPM e a Associação de Imprensa de Portugal* → Assinatura de um protocolo para o recebimento semanal, na EPM, de 30 quilos de revistas e jornais oferecidos por editoras portuguesas. O acordo, de 2015, incluiu também uma edição da coletânea de textos da autoria de Eça de Queiroz (MACAU, 2015, p. 7);
- ❖ *Protocolo de Cooperação entre a Fundação EPM e o IPM* → Assinatura, em 2017, de um protocolo com vista ao reforço da “capacidade de formação e . . . recrutamento de professores de Língua Portuguesa para o ensino do idioma nos níveis básico e secundário em Macau e na República Popular da China” (Ponto Final, 2017, para. 1).

⁹⁰ Todos os números podem ser lidos na íntegra em https://www.epmacau.edu.mo/_html/01.escola-epm/1.9.producoes_epm/producoes_epm.htm (último acesso a 17.12.2020).

Na cooperação com entidades portuguesas e macaenses, sobretudo na área do ensino, são de menção obrigatória também ações anteriores a 2009, como as da EPM com a DSEJ na realização dos já referidos cursos de verão e de PLE ou a da EPM com a Universidade de Coimbra através do Plano de Aperfeiçoamento Linguístico – a segunda tem recebido todos os anos, desde 1999, alunos da escola para estudo do português (Machado, 2013, para. 2).

A EPM tem pugnado pelo bom relacionamento institucional, estabelecendo ligações com organismos como o Consulado-Geral de Portugal em Macau e Hong Kong, a Associação dos Macaenses, a Casa de Portugal em Macau, instituições de ensino superior e de cariz cultural, entre outras (Machado, 2015, p. 2). Ao longo do seu percurso, tem sido local de passagem de proeminentes figuras públicas e recipiente de prémios e distinções⁹¹ de variada ordem que lhe reconhecem o mérito do seu trabalho e resultados obtidos. Em 2019 ficou confirmado o projeto de extensão da escola⁹² – que prevê a construção de um novo polo com o apoio do Governo da RAEM –, aspeto que permitirá a expansão da sua ação e que é também revelador da sua significância no território. De um modo geral, é então positivo o balanço que se encerra sobre a sua intervenção na qualidade de centro aglutinador de culturas e difusor da língua e cultura portuguesas em Macau. Assim o demonstram as entrevistas, em que a maioria recordou a EPM como um dos organismos a destacar. Vejam-se, entre outros, os testemunhos do Dr. Ricardo Gao (entrevista, 6 de junho, 2019), da Dra. Lola Xavier (entrevista, 4 de junho, 2019), do Dr. Jorge Rangel (entrevista, 3 de julho, 2019) ou do Prof. Dr. Rui Martins (entrevista, 6 de junho, 2019).

2.5. O Consulado-Geral de Portugal em Macau e Hong Kong

Com a sua saída da administração da então futura RAEM, impunha-se a Portugal a missão de continuidade do relacionamento histórico com a China. Inseridos na condição de país moderno e dinâmico, os seus objetivos estratégicos passariam, por isso, “por uma presença revigorada em Macau” (Frota, 1999a, p. 391). A conceção das instituições oficiais portuguesas que aí seriam instaladas obedeceria a razões de política externa e, principalmente, a razões “históricas, culturais e humanas” (Frota, 1999a, p. 391). Entre os princípios firmados na Declaração Conjunta ficava assim previsto o estabelecimento de um posto consular na região por parte da República Portuguesa (1988, p. 2245). Em antecipação ao seu funcionamento, seria

⁹¹ Atribuídos pelo IIM, FM, Fundação Jorge Álvares, Casa de Portugal em Macau e outros (documento de apresentação da escola, 2019).

⁹² Carreira (2019).

criado em 1997⁹³ o Gabinete Instalador do Consulado-Geral de Portugal em Macau, inicialmente vocacionado para as atividades relacionadas com a secção de vistos e tendo como propósito auxiliar Macau “nas suas ligações com a Europa, através de facilidades de acesso ao espaço Shengen e . . . ao próprio espaço da União Europeia” (Frota, 1999a, p. 392). Um anos depois, a sua intervenção designava-se já ao seguinte pelo Decreto-Lei n.º 260/98, de 18 de agosto:

Competências que hoje cabem aos serviços da Administração de Macau transitarão para o novo posto consular, pelo que, numa fase preparatória, parece conveniente antecipar a referida transferência atribuindo-as de forma gradual ao Gabinete Instalador do Consulado-Geral.

É o caso das competências relacionadas com a concessão de passaportes comuns para cidadãos portugueses, com o encaminhamento ao Centro Emissor da Rede Consular dos pedidos de emissão ou renovação de bilhetes de identidade de cidadão nacional e com os actos de registo civil e notariado (p. 4062).

A concentração gradual de responsabilidades no gabinete permitiria a adaptação de funcionários e estratégias de trabalho até à entrada em funções do Consulado-Geral a 20 de dezembro de 1999 (Frota, 1999b, para. 4).

O Consulado-Geral “centra a sua ação no apoio aos cidadãos do país acreditante, bem como na promoção das relações bilaterais”, operando no âmbito de uma série de matérias distintas “como definido pela Convenção de Viena Sobre as Relações Consulares” (Rocha, 2014, p. 113). Na RAEM, a sua finalidade primordial prende-se, naturalmente, com a prestação de apoio consular aos portugueses e macaenses aí residentes. Em representação do Estado Português, corresponde a um dos instrumentos que assegura “a presença ‘diplomática e cultural’ de Portugal em Macau e na China Continental” (Fernandes, 1999, p. 6). Atualmente, o cargo de Cônsul-Geral é ocupado desde 2018 pelo Sr. Embaixador Paulo Cunha Alves, um dos entrevistados da presente dissertação.

As suas instalações estão localizadas, desde 1999, no edifício histórico do antigo Hospital de S. Rafael, onde alberga, para além das salas, gabinetes, biblioteca e outros espaços contíguos, a delegação da AICEP de Macau e a sede do IPOR. A residência oficial do Cônsul-

⁹³ Frota (1999a, p. 392).

Geral situa-se no também histórico edifício Hotel Bela Vista. Considerado um dos ex-libris da cidade, é o local que se constitui como o “centro de gravidade da vida social da comunidade portuguesa de Macau” (Frota, 1999a, pp. 393 e 394). Juntamente com o seu espaço físico, os serviços consulares estão disponíveis na rede em www.cgportugal.org, uma plataforma informática inaugurada em 2015⁹⁴. A página, com versão bilingue em português e chinês, permite o registo no sistema digital para marcações *online*, divulga informações diversificadas sobre viagens, recenseamentos, documentos de identificação e outros, tendo também um segmento dedicado à publicação de avisos e notícias de interesse para a comunidade. Nas redes sociais está presente no *Facebook*, do qual faz um uso regular, e no *YouTube*, onde possui um canal próprio⁹⁵.

2.6. A ação do Consulado-Geral de Portugal em Macau e Hong Kong na RAEM

A intervenção do Consulado-Geral faz-se, necessariamente, em moldes diferentes dos do IPOR e da EPM. Sem a vertente do ensino e formação, na essência da sua ação reside, grosso modo, um apoio institucional às iniciativas desenvolvidas na RAEM. Desta forma, tomemos como indicador de análise central o seu envolvimento em atividades de índole cultural:

- ❖ *Dia de Portugal, Camões e das Comunidades Portuguesas* → Organização, apoio e promoção das comemorações anuais do 10 de junho, responsabilidade da sua representação diplomática. Alguns momentos-chave incluem o hastear da bandeira no Consulado-Geral, a romagem à Gruta de Camões e a receção de convidados da comunidade, governantes de Portugal e da RAEM na residência consular para uma cerimónia e convívio alusivo à ocasião (Silva, 2011, p. 289). O conceito *Junho, o Mês de Portugal*, desenvolvido em 2016 por proposta do Consulado-Geral em conjunto com várias entidades de matriz portuguesa, veio permitir a extensão das celebrações por várias semanas no território. Entre outros acontecimentos, o evento traz à cidade personalidades portuguesas de áreas diversificadas (Ponto Final, 2016);

- ❖ *En-Cantos* → Participação na organização do evento de 2012 exclusivamente dedicado à cultura portuguesa (ver ponto 2.1. sobre o IPOR);

⁹⁴ MACAU (2015, p. 6).

⁹⁵ Ambos podem ser acedidos a partir dos endereços <https://www.facebook.com/cgmohk> e <https://www.youtube.com/user/cgmohk> (última visita a 05.12.2020).

- ❖ *Doclisboa* → Apoio anual na realização da iniciativa que acontece em Macau desde 2013. Acolhimento de sessões nas instalações consulares: auditório Dr. Stanley Ho (ver ponto 2.1. sobre o IPOR);
- ❖ *Teatrau - Mostra de Teatro dos Países de Língua Portuguesa* → Receção de oficinas no auditório consular (ver ponto 2.1. sobre o IPOR).

Embora com menor expressividade, em relação à execução de protocolos, acordos e/ou ações de cooperação vale ressaltar:

- ❖ *Encontro de Pontos de Rede de Ensino de PLE na Ásia* → Apoio na realização do encontro, a decorrer anualmente desde 2015, e acolhimento de sessões no auditório consular (ver ponto 2.1. sobre o IPOR);
- ❖ *Balcão de Apoio ao Estudante Internacional* → Apoio na criação, em 2017, de um instrumento informativo de suporte aos alunos para estudar em Portugal (ver ponto 2.1. sobre o IPOR);
- ❖ *Macau e a Língua Portuguesa: Novas Pontes a Oriente* → Acolhimento de sessões no auditório consular (ver ponto 2.1. sobre o IPOR).

Mas a participação do Consulado-Geral não se circunscreve ao exemplos supramencionados. A sua esfera de influência e apoio tem estado presente no lançamento de livros, divulgação de espetáculos, exposições, cinema e outros acontecimentos da autoria de artistas portugueses ou enquadrados na cultura portuguesa⁹⁶. Se a dimensão cultural da missão de embaixadas e consulados tem saído reforçada através da criação de legislação que lhes designa atribuições e competências muito próprias – como a Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2016 referida no capítulo I –, na questão de Macau também a entrada em funções do Sr. Embaixador Paulo Cunha Alves auspícia um percurso no mesmo sentido:

Tento sempre dar uma atenção especial à questão da língua e da cultura portuguesa. Aliás, quando cheguei perguntaram-me quais seriam os dois vetores de intervenção, pelo que disse

⁹⁶ A sua página de *Facebook* é neste particular uma ferramenta de promoção dinâmica. Proponho a sua consulta para obtenção de mais informações sobre as suas atividades.

logo, no meu primeiro contacto com os meios de comunicação social, que durante o meu mandato privilegiaria a vertente cultural e da língua portuguesa (entrevista, 30 de maio, 2019).

Os resultados do papel desempenhado pelo Consulado-Geral são de leitura mais sensível e menor tangibilidade. É importante sublinhar que as atribuições deste organismo transbordam ainda para matérias como o comércio, o investimento ou o turismo, não sendo exclusivas à promoção da língua e cultura portuguesas. Durante as entrevistas foi alvo de poucas referências no enquadramento do trabalho de Portugal, por via das suas instituições, em Macau. Contudo, os dados reunidos parecem indicar um apoio regular das iniciativas no território, surgindo frequentemente articulado com o IPOR, a EPM, associações, institutos e várias entidades dedicadas a esta forma de diplomacia.

No rescaldo de tudo o que vem sendo escrito sobre o assunto, reserva-se para a conclusão uma reflexão final acerca do tema e das três entidades amplamente examinadas. Atentemos às páginas seguintes para então ver respondida a questão nuclear que a presente dissertação coloca.

CONCLUSÃO

A projeção da diplomacia cultural e, de certo modo, da diplomacia pública de um país para outros Estados ou territórios não corresponde a um processo fácil de quantificar ou *medir*⁹⁷. Produz “a qualitative, not quantitative, difference in relations between nations and peoples” (Schneider, 2006, p. 196). Conforme vimos, no seu raio de ação pode circunscrever-se um conjunto muito vasto de intervenientes, instrumentos e políticas. A sua prática eficaz levanta desafios e representa um “long-term commitment”⁹⁸ com resultados de alcance lento, pelo que a sua análise exige um justo grau de atenção.

Na promoção da língua e cultura portuguesas junto da RAEM, os dados reunidos tendem a dividir a participação de Portugal em duas narrativas distintas⁹⁹. Por um lado, existe um claro reconhecimento da importância do trabalho desenvolvido pelas entidades aqui estudadas, com especial incidência no IPOR – sobretudo – e na EPM nas suas vertentes linguísticas. Nas entrevistas realizadas saíram apontados como alguns dos instrumentos de destaque na prossecução desses objetivos em conjunto com o Governo e os organismos locais. Os indicadores apresentados confirmaram um incremento do número de alunos nas suas instituições nos últimos dez anos, uma participação em iniciativas culturais de relevo como o 10 de junho ou o *Festival da Lusofonia* e um envolvimento em ações e protocolos de cooperação, especialmente no âmbito do ensino-aprendizagem do português. Por diversas ocasiões se verificou uma articulação entre o IPOR, a EPM ou o Consulado-Geral no apoio prestado nessas intervenções.

Contudo, a segunda narrativa vem denunciar um desaproveitamento generalizado de Macau por parte dos governantes e das políticas que se ensaiam a partir de Portugal. Neste aspeto, permanece muito crítica a maioria dos entrevistados que, embora reconhecendo as limitações e fragilidades do país – especialmente quando comparado com a RPC, uma potência económica capacitada com uma grande quantidade de recursos –, diz ficar-se frequentemente pelos “enunciados de intenções”¹⁰⁰. A crescente apetência pela difusão da língua e, até certo ponto, da cultura portuguesas tem sido manifestamente provocada por Pequim e, na sua

⁹⁷ Sablosky (2003, pp. 14-15).

⁹⁸ U.S. Department of State (2005, p. 2).

⁹⁹ Relativamente às entrevistas, nem todas as constantes em anexo foram alvo de menção direta na dissertação, sob pena da sua adição se tornar redundante ao leitor. Sempre que justificável no seguimento do raciocínio do que vinha sendo exposto foram apresentadas várias ilustrativas dos diferentes pontos de vista dos entrevistados. Reforce-se, no entanto, que todas, incluindo as não citadas ou referenciadas, foram consideradas na formulação da investigação e das suas conclusões.

¹⁰⁰ Declaração do Dr. Jorge Rangel (entrevista, 3 de julho, 2019).

sequência, pelo Governo da RAEM através de diferentes propostas de projetos e financiamento. Investigadores como o Dr. Francisco Leandro (entrevista, 3 de junho, 2019) identificam-lhe ainda outra questão adjacente: o afastamento cultural entre as comunidades residentes no qual estas iniciativas se inserem. De acordo com sua perspetiva, estas acabam grandemente direcionadas para a comunidade portuguesa e não para os restantes cidadãos, assim forçosamente diminuindo os seus efeitos e missão original. A individualidade do território, as suas expectativas de futuro – que passam pela inclusão em iniciativas como a *Nova Rota da Seda* e a *Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau* – e o posicionamento privilegiado de Portugal na relação com a China e com Macau são, grosso modo, consideradas pelos entrevistados oportunidades a que país deverá estar mais atento. Neste sentido, também na literatura consultada vem apontada uma falta de estratégia e medidas coesas¹⁰¹, quer seja ao nível da língua, quer ao nível económico, comercial ou outros.

Em bom rigor, não devemos olhar para as informações reunidas em termos absolutos, mas apenas como indicadores de uma certa tendência, sujeitos a diversas fragilidades e limitações. A presente dissertação é, por isso, somente uma proposta entre as variadas formas a partir da quais poderemos examinar esta temática, não se subtraindo, naturalmente, a necessidade de desenvolvimento de novos e mais estudos para a sua compreensão. Assim, por forma a responder à pergunta de partida “Qual o papel de Portugal na promoção da língua e cultura portuguesas em Macau”, conclui-se que existe um desfazamento entre o que é anunciado e a realidade das circunstâncias na RAEM. A sensibilidade de Portugal para o assunto parece estar gradualmente a desenvolver-se, sobretudo se observarmos as políticas que têm procurado afirmar a língua e cultura portuguesas não apenas em Macau, mas também noutros pontos da Ásia e da China continental¹⁰². Todavia, os dados sugerem um papel de Portugal em grande medida ainda refém das iniciativas locais¹⁰³ e chinesas.

A jusante talvez seja pertinente buscar, em consonância com outras medidas, uma maior interação com as atividades culturais a que o Fórum Macau se presta ou aprofundar o envolvimento com a comunidade de macaenses e portugueses, bem como de brasileiros, angolanos e das várias diásporas pertencentes ao mundo de expressão portuguesa presentes no

¹⁰¹ A título de exemplo ver Silva e Hernandes (2014); Galinha (2017).

¹⁰² Ver, por exemplo, <http://somosportugues.com/ipor-abre-delegacao-pequim-ate-novembro-centro-linguas-chengdu-ainda-ano/> (último acesso a 21.12.2020).

¹⁰³ Deverá aqui ser realçado o mérito do orientado trabalho do setor privado e da sociedade civil através de organismos como a FO, a Casa de Portugal em Macau ou a APIM, agentes de um considerável apoio à preservação da herança portuguesa no território. A título de exemplo, a APIM tem sob a sua tutela o Jardim de Infância D. José da Costa Nunes, estabelecimento de ensino onde o português se constitui também como língua veicular.

território. Considerando que a diplomacia ultrapassa hoje os dogmas tradicionais a que esteve sujeita durante um longo período, será ainda relevante a procura pela inclusão de novas e mais alternativas aos canais oficiais, como instrumentos complementares e auxiliares à sua missão de disseminação da cultura e da língua. Nestes jogos de *guanxi*, Portugal tem do seu lado as condições certas para sair também vencedor. À dedicação e atenção que se impõem é necessário o grau certo de fé de que a diplomacia cultural carece¹⁰⁴.

¹⁰⁴ Cummings (2003, p. 14).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 3º Suplemento do Boletim Oficial de Macau, de 7 de junho. In *Imprensa Oficial de Macau*, 1988. 23. Lisboa: Assembleia da República.
- Adler, E. (1997). Seizing the middle ground: Constructivism in world politics. *European Journal of International Relations*, 3(3), pp. 319-363.
- AICEP. (2017a). *China: Ficha de mercado*. Consultado em <http://www.revista.portugalglobal.pt/AICEP/Documentos/FMChina/> [acesso a 22.04.2020]
- AICEP. (2018). *China – Síntese País*. Consultado em <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/LivrariaDigital/ChinaSP.pdf> [acesso a 22.04.2020]
- AICEP. (2018). *China – Síntese País*. Consultado em <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/LivrariaDigital/ChinaSP.pdf> [acesso a 22.04.2020]
- Almeida, I. (2018, abril 25). Memórias da revolução que transformou Portugal. *Jornal Tribuna de Macau 澳門論壇日報*. Consultado em <https://jtm.com.mo/local/memorias-da-revolucao-transformou-portugal/> [acesso a 04.10.2020]
- Almeida, M. (2003). A diplomacia pública. *Negócios Estrangeiros*, 6, pp. 61-72.
- Alves, J. & Simões, R. (2016). *Macau: Roteiros de uma cidade aberta*. Macau: IIM.
- Alves, L. & Araújo, F. (2015). Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (Portugal). *Revista Internacional de Linguística Iberoamericana*, (13)1, pp. 53-66.
- Amaro, M. (2014). *As relações culturais Portugal-China pós-1999: A diplomacia cultural portuguesa* (Tese de mestrado, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal).
- André, C. (2016). *Uma língua para ver o mundo: Olhando o português a partir de Macau*. Macau: IPM.
- Ang, I., Isar, Y. & Mar, P. (2015). Cultural diplomacy: beyond the national interest? *International Journal of Cultural Policy*, (21)4, pp. 365-381.
- Arndt, R. (2006). *The First Resort of Kings*. Potomac Books.
- Barbosa, P. (2020a, abril 13). Uma livraria que é mostra da cultura portuguesa. *MACAU*. Consultado em <https://www.revistamacau.com/2020/04/13/uma-livraria-que-e-montra-da-cultura-portuguesa/> [acesso a 04.10.2020]
- Barbosa, P. (2020b, janeiro 22). IPOR expande operações para Pequim e Chengdu. *MACAU 澳門*, pp. 54-59.
- Barston, R. (2014). *Modern diplomacy*. London: Routledge.

- Berger, M. (2003). Introduction. In M. Berger, E. Plas, C. Huygens, N. Akrimi & C. Schneider. *Bridge the gap, or mind the gap? Culture in Western-Arab relations* (pp. 3-8). Hague: Netherlands Institute of International Relations.
- Bojang, A. (2018). The study of foreign policy in International Relations. *Journal of Political Sciences & Public Affairs*, (6)4, pp. 1-9.
- Boletim Oficial da RAEM, 3 de fevereiro. In *Imprensa Oficial*, 2016. 5. Macau.
- Boletim Oficial da RAEM, de 5 de maio. In *Imprensa Oficial*, 2009. 21. Macau.
- Braga, S. (2016). *Five hundred years of Macau*, Macau: IIM.
- Branco, D. (2019). *Portugal e Macau: Que chã há?* (Tese de mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal).
- British Council. (2012). *Trust pays*. Consultado em <https://www.britishcouncil.org/sites/default/files/trust-pays-report-v2.pdf> [acesso a 08.05.2020]
- British Council. (2013). *Culture means business*. Consultado em <https://www.britishcouncil.org/sites/default/files/culture-means-business-report-v2.pdf> [acesso a 08.05.2020]
- Brito, A. & Villalobos, L. (2018, 5 dezembro). Com 17 acordos, Portugal e China dão “passos concretos na relação”. *Público*. Consultado em <https://www.publico.pt/2018/12/05/economia/noticia/assinatura-17-acordos-sao-passos-concretos-relacao-china-portugal-1853603> [acesso a 08.05.2020]
- Caetano, M. (2018, janeiro 26). Ano de Portugal na China em 2019. *Plataforma 平台*. Consultado em <https://www.plataformamedia.com/2018/01/26/ano-de-portugal-na-china-em-2019/> [acesso a 06.10.2020]
- Camões, I.P. – Instituto da Cooperação e da Língua. (s.d.-a). *História do IC*. Consultado em <https://www.instituto-camoes.pt/sobre/sobre-nos/gestao-sobrenos/historia/historia-do-instituto> [acesso a 13.05.2020]
- Camões, I.P. (2017). *Relatório de atividades*. Consultado em https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/images/pdf/8-camoes/Relat%C3%B3rio_de_atividades_2017_CamoesIP.pdf [acesso a 13.05.2020]
- Cardoso, B. (2018). One Belt, One Road: Portugal, a peça que faltava? *Revista Cargo*, 23, pp. 1-44.
- Carrega, J. (2014, novembro 25). Ensino Magazine distribuído em Macau a partir de dezembro. *MACAU 澳門*. Consultado em <https://www.revistamacau.com/2014/11/25/jornal-portugues-ensino-magazine-distribuido-em-macau-a-partir-de-dezembro/?amp> [acesso a 20.11.2020]

- Carreira, J. (2019). Novo polo da Escola Portuguesa vai integrar sistema de ensino gratuito. *Lusa*. Consultado em <https://macau20anos.lusa.pt/novo-polo-da-escola-portuguesa-vai-integrar-sistema-de-ensino-gratuito/> [acesso a 10.11.2020]
- Center for Language, Education and Cooperation 中外语言交流合作中心. (s.d.) *Confucius Institute*. Consultado em http://english.hanban.org/node_10971.htm [acesso a 08.11.2020]
- Chan, T., Mooney, P., Figueiredo, P. & Marques, J. (2018). *Faixa e rota, uma iniciativa da China: O papel de Macau e dos países de língua portuguesa*. Macau: IIM.
- Chang, J. (1988). Settlement of the Macao issue: Distinctive features of Beijing's negotiating behavior. *Case Western Reserve Journal of International Law*, 20(1), pp. 253-278.
- Correia, P. (1988, fevereiro). Agência Lusa em Macau: Informação sem fronteiras. *MACAU*. Consultado em <https://www.extramuros.net/2017/05/10/30-anos-revista-macau-agencia-lusa-abria-uma-delegacao-em-macau/> [acesso a 10.11.2020]
- Correio do Minho. (2010, março 9). EPATV estreita laços com Macau. *Correio do Minho*. Consultado em <https://correiodominho.pt/noticias/epatv-estreita-lacos-com-macau/24497> [acesso a 22.11.2020]
- Cull, N. (2009). *Public diplomacy: Lessons from the past*. Los Angeles: Figueroa Press.
- Cummings, M. (2003). *Cultural diplomacy and the United States Government: A survey*. Washington DC: Center for Arts and Culture.
- Decreto-Lei n.º 21/2012, de 30 de janeiro. In *Diário da República, 1ª Série*, 2012. 21. Lisboa: MNE.
- Decreto-Lei n.º 260/98, de 18 de agosto. In *Diário da República, 1ª Série*, 1998. 189. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Decreto-Lei n.º 27-F/79/M, de 22 de setembro. In *2º Suplemento Boletim Oficial de Macau*, 1979. 38. Direcção dos Serviços de Educação e Cultura.
- Decreto-Lei n.º 50/80, de 22 de Março. In *I Série*, 1980. 69. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência.
- Decreto-Lei n.º 541/76, de 9 de Julho. In *I Série*, 1976. 159. Lisboa: Ministério da Educação e Investigação Científica.
- Decreto-Lei n.º 57/89/M, de 11 de setembro. In *Boletim Oficial de Macau*. 1989. 37. Macau: Governo de Macau.
- Decreto-Lei n.º 89-B/98, de 9 de abril. In *Boletim Oficial de Macau*. 1998. 15. Macau: Governo de Macau.
- Decreto-Lei n.º 9/87/M, de 23 de fevereiro. In *8º Suplemento Boletim Oficial de Macau*, 1987. Macau: Governo de Macau.

- Domingues, A. & Viseu, S. (2018). Da “instrução para chinas” aos talentos bilíngues: Evolução das políticas públicas do ensino da língua portuguesa em Macau. *Educ. Soc., Campinas*, 39(144), pp. 686-703.
- Domingues, C. (2017, julho 27). Três décadas de MACAU. *Extramuros*. Consultado em <https://www.extramuros.net/2017/07/27/tres-decadas-de-macau/> [acesso a 09.11.2020]
- Domingues, M. (2019). *Políticas públicas de ensino da língua portuguesa na Região Administrativa Especial de Macau: Uma análise sob o prisma da ação pública*. (Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal).
- EPM. (2014). *EPM – Plano anual de atividades 2014/2015*. Consultado em <https://livrozilla.com/doc/1536531/1%C2%BA-per%C3%ADodo-setembro---escola-portuguesa-de-macau> [acesso a 23.11.2020]
- EPM. (2015). *Projeto educativo*. Consultado em http://www.epmacau.edu.mo/_html/01.escola-epm/1.2.projeto_educativo/ProjetoEducativo.pdf [acesso a 23.11.2020]
- EPM. (2016). *EPM – Plano anual de atividades 2016/2017*. Consultado em http://www.epmacau.edu.mo/_html/03.plano_de_actividades/3.1.plano_atividades/PA20162017.pdf [acesso a 24.11.2020]
- EPM. (s.d.-a). *Onde o futuro se faz hoje*. Consultado em https://www.epmacau.edu.mo/_html/01.escola-epm/1.1.sobre_nos/sobrenos.html [acesso a 24.11.2020]
- EPM. (s.d.-b). *Estrutura organizacional*. Consultado em https://www.epmacau.edu.mo/_html/01.escola-epm/1.5.estrutura_organizacional/1.5.2.apoio_direcao/apoiodirecao.html [acesso a 24.11.2020]
- EPM. (s.d.-c). *Produções EPM*. Consultado em https://www.epmacau.edu.mo/_html/01.escola-epm/1.9.producoes_epm/producoes_epm.html [acesso a 24.11.2020]
- Escaleira, M. (2017). Língua portuguesa na Região Administrativa Especial de Macau: Políticas e programas do ensino do Português como Língua Estrangeira. *Lingvarvm Arena*, 8, pp.49-68.
- Fearon, J. & Wendt, A. (2002). Rationalism v. Constructivism: A skeptical view. In W. Carlsnaes, T. Risse, & B. Simmons (Eds.), *Handbook of International Relations* (pp. 52-72). London: Sage.
- Fernandes, M. (1997). Portuguese behaviour towards the political transition and the regional integration of Macau in the Pearl River region. In R. Ramos, J. Dinis, R. Wilson, & D. Yuan (Eds.), *Macau and it's neighbours in transition* (pp. 45-56). Macau: Macau Foundation.

- Fernandes, M. (1999). Após Macau: Perspectivas sobre as relações luso-chinesas depois de 1999. *IV Congresso Português de Sociologia*, pp. 1-16.
- Ferreira, L. (2020, maio 4). “Na China é impressionante: 50 universidades ensinam português a 5000 alunos”. *Diário de Notícias*. Consultado em <https://www.dn.pt/educacao-do-dia/05-mai-2020/na-china-e-impressionante-50-universidades-ensinam-portugues-a-5000-alunos-12138499.html> [acesso a 18.10.2020]
- Ferreira, M. (2014). Construtivismo. In N. Mendes, & F. Coutinho (Org.), *Enciclopédia das Relações Internacionais* (pp. 111-113). Alfragide: Publicações Dom Quixote.
- Figueiredo, P. (2019). Portuguese president’s visit to China bolsters Forum Macao and trilateral cooperation. *MACAO 澳門*, pp. 1-96.
- Fórum Macau. (2016, outubro 17). *Conferência de Imprensa da 8.ª Semana Cultural da China e dos Países de Língua Portuguesa*. Consultado em <https://www.forumchinapl.org.mo/pt/permanent-secretariat-of-forum-macao-unveils-programme-for-8th-cultural-week-of-china-and-portuguese-speaking-countries-4/> [acesso a 13.11.2020]
- Fórum Macau. (2019, dezembro 4). *Estudantes de Macau com via verde para Universidade do Porto*. Consultado em <https://www.forumchinapl.org.mo/pt/agreement-paves-way-for-macao-students-to-study-in-oporto-4/> [acesso a 13.11.2020]
- Fórum Macau. (s.d.-a). *Apresentação*. Consultado em <https://www.forumchinapl.org.mo/pt/forum-de-macau/> [acesso a 13.11.2020]
- Frota, C. (1999a). Consulado-Geral de Portugal em Macau: Uma outra maneira de perpetuar a presença. *Administração*, XII(4), pp. 391-395.
- Frota, C. (1999b). Macau: Gabinete Instalador do Consulado de Portugal assumiu recenseamento militar. *Lusa*. Consultado em <https://macau20anos.lusa.pt/macau-gabinete-instalador-do-consulado-de-portugal-assumiu-recenseamento-militar/> [acesso a 02.12.2020]
- Galinha, P. (2017). *China e Portugal: Dez anos de parceria estratégica global* (Tese de mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal).
- Goff, P. (2013). Cultural diplomacy. *The Oxford Handbook of Modern Diplomacy*, pp. 1-19. doi 10.1093/oxfordhb/9780199588862.013.0024
- Gonçalves, A. (2007). *Macau nas relações entre China e Portugal*. Consultado em https://www.janusonline.pt/arquivo/2007/2007_2_14.html [acesso a 16.03.2020]
- Gonçalves, A. (2010). *Trinta anos de política externa portuguesa para a China*. Consultado em https://www.janusonline.pt/arquivo/popups2010/2010_1_20.pdf [acesso a 16.03.2020]
- Gonçalves, A. (2018). *Macau, depois do adeus*. Macau: Ipsi Verbis.

- Gonçalves, S. (2017, março 8). Lançar sobre a escola o fascínio da leitura e da viagem. *Ponto Final* 句號報. Consultado em <https://pontofinalmacau.wordpress.com/2017/03/08/lancar-sobre-a-escola-o-fascinio-da-leitura-e-da-viagem/> [acesso a 01.11.2020]
- Governo da RAEM. (1999). *Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China*. Consultado em <https://bo.io.gov.mo/bo/i/1999/leibasica/index.asp> [acesso a 22.04.2020]
- Governo da RAEM. (2016). *Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM*. Consultado em https://www.cccmtl.gov.mo/files/projecto_plan_pt.pdf [acesso a 18.11.2020]
- Governo da RAEM. (2019). *Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2019*. Consultado em https://images.io.gov.mo/pt/lag/lag2019_pt.pdf [acesso a 18.11.2020]
- Governo da RAEM. (2020). *Resposta à interpelação escrita apresentada pela Sra. Deputada à Assembleia Administrativa da RAEM, Dra. Lei Cheng I*. Consultado em <https://www.al.gov.mo/uploads/attachment/2020-10/336425f9a1e952859d.pdf> [acesso a 18.11.2020]
- Ho, C. (2002). *Relação entre o Regulamento Administrativo e o Decreto-Lei na Região Administrativa Especial de Macau*. Consultado em <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:tqilfra1YhoJ:https://www.dsaj.gov.mo/macaolaw/pt/data/perspectiva/issued10/p2.doc+&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt> [acesso a 18.08.2020]
- Hopf, T. (1998). The promise of constructivism in International Relations theory. *International Security*, 23(1), pp. 171-200.
- Inspecção-Geral da Educação e Ciência. (2012). *Avaliação externa das escolas. Relatório Escola Portuguesa de Macau*. Consultado em https://www.igec.mec.pt/upload/AEE_2012_EPMacau/AEE_Escola_Portuguesa_Macau.pdf [acesso a 30.11.2020]
- Instituto Cultural. (2017). *20º Festival da Lusofonia*. Consultado em <https://www.icm.gov.mo/pt/events/detail/6677> [acesso a 30.11.2020]
- Instituto Cultural. (s.d.). *Sobre o Instituto Cultural*. Consultado em <https://www.icm.gov.mo/pt/introduction>. [acesso a 30.11.2020]
- IPOR. (2010). *Relatório e contas*. Consultado em <http://ipor.mo/wp-content/uploads/2013/09/RC2010web.pdf> [acesso a 04.11.2020]
- IPOR. (2011). *Relatório e contas*. Consultado em <http://ipor.mo/wp-content/uploads/2013/09/RC-IPOR-2011.pdf> [acesso a 04.11.2020]
- IPOR. (2012). *Relatório e contas*. Consultado em <http://ipor.mo/wp-content/uploads/2013/09/Relat%C3%B3rio-e-contas-2012.pdf> [acesso a 04.11.2020]
- IPOR. (2013a). *Plano de atividades*. Consultado em <http://ipor.mo/principal/doc-gestao/plano-de-atividades/> [acesso a 04.11.2020]

- IPOR. (2013b). *Comemorações do 10 de junho, Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas*. Consultado em <http://ipor.mo/wp-content/uploads/2013/06/COMEMORA%C3%87%C3%95ES-DO-10-DE-JUNHO.pdf> [acesso a 04.11.2020]
- IPOR. (2013c). *Doclisboa'12 | Extensão a Macau*. Consultado em <http://ipor.mo/noticias/doclisboa12-extensao-a-macau/> [acesso a 04.11.2020]
- IPOR. (2013d). *IPOR e SAFP assinam protocolo de cooperação*. Consultado em <https://ipor.mo/noticias/ipor-e-safp-assinam-protocolo-de-cooperacao/> [acesso a 04.11.2020]
- IPOR. (2013e). *IPOR acolhe estagiários da Universidade de Macau*. Consultado em <http://ipor.mo/noticias/ipor-acolhe-estagiarios-da-universidade-de-macau/> [acesso a 03.11.2020]
- IPOR. (2014a). *Instituto Português do Oriente 25 anos: 1989-2014*. Consultado em <http://ipor.mo/wp-content/uploads/2013/04/Expo-25anos.pdf> [acesso a 03.11.2020]
- IPOR. (2014b). *Língua Portuguesa em Festa – Dia Aberto do IPOR*. Consultado em <http://ipor.mo/eventos/lingua-portuguesa-em-festa-dia-aberto-do-ipor/> [acesso a 05.11.2020]
- IPOR. (2014c). *Mostra de Teatro dos Países de Língua Portuguesa*. Consultado em <http://ipor.mo/eventos/mostra-de-teatro-dos-paises-de-lingua-portuguesa/> [acesso a 03.11.2020]
- IPOR. (2015). *IPOR organiza Encontro de Pontos de Rede do Ensino de PLE na Ásia*. Consultado em <http://ipor.mo/noticias/ipor-organiza-encontro-de-pontos-de-rede-do-ensino-de-ple-na-asia/> [acesso a 03.11.2020]
- IPOR. (2017). *Balcão de apoio ao estudante internacional*. Consultado em <http://ipor.mo/noticias/balcao-de-apoio-ao-estudante-internacional/> [acesso a 03.11.2020]
- IPOR. (2019a). *11ª Semana Cultural da China e dos Países de Língua Portuguesa*. Consultado em <http://ipor.mo/wp-content/uploads/2020/03/TEATRAU-nota-de-imprensa.pdf> [acesso a 05.11.2020]
- IPOR. (2019b). *Macau e a Língua Portuguesa: Novas Pontes a Oriente*. Consultado em <https://ipor.mo/noticias/congresso-internacional-macau-e-a-lingua-portuguesa-novas-pontes-a-orientes/> [acesso a 05.11.2020]
- IPOR. (s.d.-a). *História*. Consultado em <http://ipor.mo/principal/quem-somos/historia/> [acesso a 01.11.2020]
- IPOR. (s.d.-b). *Objectivos*. Consultado em <http://ipor.mo/clp/objectivos/> [acesso a 01.11.2020]
- IPOR. (s.d.-c). *ARELP*. Consultado em <http://ipor.mo/clp/recursos-didaticos/> [acesso a 02.11.2020]
- IPOR. (s.d.-d). *Moodle*. Consultado em <http://ipor.mo/en/> [acesso a 02.11.2020]

- IPOR. (s.d.-e). *Infografia / Estatística*. Consultado em <http://ipor.mo/projetos/infografia-estatistica/> [acesso a 05.11.2020]
- Jackson, R., & Sorensen, G. (2006). *Introduction to International Relations: Theories and approaches*. Consultado em https://e-edu.nbu.bg/pluginfile.php/147644/mod_resource/content/0/jackson_sorensen_Intro_in_IR_chap06.pdf [acesso a 18.04.2020]
- Jornal Tribuna de Macau. (2018, maio 15). IPOR acolhe centro de exames da Universidade Aberta. *Jornal Tribuna de Macau. 澳門論壇日報*. Consultado em <https://jtm.com.mo/local/ipor-acolhe-centro-de-exames-da-universidade-aberta/> [acesso a 05.11.2020]
- Jornal Tribuna de Macau. (2018, outubro 24). TDM e RTP renovam parceria com relevo para novos media. *Jornal Tribuna de Macau. 澳門論壇日報*. Consultado em <https://jtm.com.mo/local/tdm-rtp-renovam-parceria-com-relevo-para-novos-media/> [acesso a 11.10.2020]
- Kang, H. (2013). *Reframing cultural diplomacy: International cultural politics of soft power and the creative economy*. Consultado em <http://www.culturaldiplomacy.org/academy/content/pdf/participant-papers/2011-08-loam/Reframing-Cultural-Diplomacy-International-Cultural-Politics-of-Soft-Power-and-the-Creative-Economy-Hyungseok-Kang.pdf> [acesso a 28.05.2020]
- Karacasulu, N. & Uzgören, E. (2007). Explaining social constructivist contributions to security studies. *Perceptions*, pp. 32-48.
- Lima, F. (2018). *Macau: Um diálogo de sucesso*. Macau: IIM.
- Lopes, F. & Pinheiro, G. (2016). São João Baptista padroeiro da cidade. *MACAU*, pp. 71-75.
- Lusa. (2013, março 11). *Ricardo Araújo Pereira e Rui Zink levam humor à Escola Portuguesa de Macau*. Consultado em <https://maisfutebol.iol.pt/nacional/11-03-2013/ricardo-araujo-pereira-e-rui-zink-levam-humor-a-escola-portuguesa-de-macau> [acesso a 27.11.2020]
- Lusa. (2018a, abril 11). Macau é "ativo indispensável" na promoção do português, afirmou Presidente Instituto Camões. *RTP Notícias*. Consultado em https://www.rtp.pt/noticias/cultura/macau-e-ativo-indispensavel-na-promocao-do-portugues-afirmou-presidente-instituto-camoes_n1069232 [acesso a 02.11.2020]
- Lusa. (2019, maio 30). Investimento chinês em Portugal superou os 9 mil milhões de euros em 2018 – relatório. *RTP Notícias*. Consultado em https://www.rtp.pt/noticias/mundo/investimento-chines-em-portugal-superou-os-9-mil-milhoes-de-euros-em-2018-relatorio_n1150987 [acesso a 02.11.2020]
- MACAU, (s.d.). São Tomé e Príncipe adere ao Fórum Macau. *MACAU 澳門*. Consultado em <https://www.revistamacau.com/2017/04/03/sao-tome-e-principe-adere-ao-forum-macau/> [acesso a 09.09.2020]
- MACAU. (2015). Consulado de Portugal lança plataforma online. *MACAU 澳門*, pp. 1-119.

- MACAU. (2015). Escola Portuguesa recebe jornais e revistas de Portugal. *MACAU 澳門*, pp. 1-119.
- MACAU. (s.d.). Apresentação. *MACAU 澳門*. Consultado em <https://www.revistamacau.com/apresentacao/> [acesso a 13.11.2020]
- Macedo, M. (2019, dezembro 5). Universidade do Porto abre vagas para estudantes de Macau. *Notícias Universidade do Porto*. Consultado em <https://noticias.up.pt/universidade-do-porto-abre-vagas-para-estudantes-de-macau/> [acesso a 05.11.2020]
- Machado, F. (2017). *O valor económico da língua portuguesa: Um olhar geral*. Consultado em https://www.academia.edu/35994302/O_valor_econ%C3%B3mico_da_l%C3%ADngua_portuguesa_um_olhar_geral [acesso a 30.07.2020]
- Machado, M. (2013, junho 2). Os alunos ainda não falam mandarim com muito à-vontade. *Ponto Final 句號報*. Consultado em <https://pontofinalmacau.wordpress.com/2013/06/02/os-alunos-ainda-nao-falam-mandarim-com-muito-a-vontade/> [acesso a 08.11.2020]
- Machado, M. (2015). Editorial. *L/Atitude*, 6, pp. 1-21.
- Machado, M. (2016, maio 23). EPM leva a palco adaptação de Peter Pan. *Ponto Final 句號報*. Consultado em <https://pontofinalmacau.wordpress.com/2016/05/23/epm-leva-a-palco-adaptacao-de-peter-pan/> [acesso a 08.11.2020]
- Machado, M. (2018, abril 13). Quanto ao mandarim, havemos de lá chegar. *Plataforma 平台*. Consultado em <https://www.plataformamedia.com/2018/04/13/quanto-ao-mandarim-havemos-de-la-chegar/> [acesso a 08.11.2020]
- Magalhães, J. (1996). *A diplomacia pura*. Venda Nova: Bertrand Editora.
- Mark, S. (2008). *A Comparative Study of the Cultural Diplomacy of Canada, New Zealand and India* (Tese de doutoramento, University of Auckland, Auckland, New Zealand).
- Matias, J. (2019, fevereiro 1). China-Portugal: 40 anos de uma relação profícua. *MACAU*, pp. 18-23.
- Mendes, C. (2004). Contributos para um entendimento sobre a transferência da administração em Macau. *Biblios*, 2, pp. 359-381. doi https://doi.org/10.14195/0870-4112_2_13
- Mendes, C. (2013a). Macau 500 anos depois: A plataforma da China para o mundo lusófono. *Revista Oriente*, 22, pp. 44-59.
- Mendes, C. (2013b). A relevância do Fórum Macau: O Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, *Nação e Defesa*, 134(5), pp. 279-296.
- Mendes, C. (2014a). Macau in China's relations with the lusophone world. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 57, pp. 225-242. doi 10.1590/0034-7329201400214

- Mendes, C. (2014b). *A evolução das relações luso-chinesas*. Consultado em file:///C:/Users/C%C3%A9lia/Downloads/1448450321Carmen_Mendes%20(4).pdf [acesso a 25.03.2020]
- Mendes, N. (2017). *História e conjuntura das Relações Internacionais*. Lisboa: Edições ISCSP.
- Mendes, P. (2018). Identidade, ideias e normas na construção dos interesses em política externa: O caso português. *Análise Social*, 53(227), pp. 458-487.
- Mesquita, C. (2015, junho 12). Livraria Portuguesa: A esquina de Macau que resiste à passagem do tempo. *Ponto Final 旬 號 報*. Consultado em <https://pontofinalmacau.wordpress.com/2015/06/12/livraria-portuguesa-a-esquina-de-macau-que-resiste-a-passage-m-do-tempo/> [acesso a 06.11.2020]
- Ministério dos Negócios Estrangeiros. (s.d.). *Língua e cultura portuguesas*. Consultado em <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/politica-externa/lingua-e-cultura-portuguesas> [acesso a 21.10.2020]
- Moita, L. (2006). Da diplomacia clássica à nova diplomacia. *Janus*, pp. 1-16.
- Mongiardim, M. (2018). *Relações Portugal-China: Uma Parceria Ocidente-Oriente para o Séc. XXI*, Consultado em <http://ioriente.iscsp.utl.pt/en/publications/working-papers/11-relacoes-portugal-china-uma-parceria-ocidente-oriente-para-o-sec-xxi-1/file> [acesso a 15.09.2020]
- Monjardino, C. & Ramos, L. (2020, maio 31). 30 anos a promover a língua e cultura portuguesas no Oriente. *Diário de Notícias*. Consultado em <https://www.dn.pt/mundo/30-anos-a-promover-a-lingua-e-cultura-portuguesas-no-oriente-12261229.html> [acesso a 08.12.2020]
- Moreira, A. (2016). *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina.
- Neack, L. (2008). *The new foreign policy: Power seeking in a globalized era*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, Inc.
- North American Cultural Diplomacy Initiative. (2018). *Cultural diplomacy and trade: Making connections*. Consultado em <http://culturaldiplomacyinitiative.com/wp-content/uploads/2019/01/Cultural-Diplomacy-and-Trade-Making-Connections.pdf> [acesso a 08.04.2020]
- Nye, J. (1990). *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*. New York: Basic Books.
- Nye, J. (2004). *Soft Power: The means to success in world politics*. New York: Public Affairs.
- Onuf, N. (2015). Constructivism: A user's manual. In V. Kubalkova, N. Onuf, & P. Kowert (Eds.), *International Relations in a Constructed World* (pp. 58-78). New York: Routledge.
- Patrício, R. (2014). Política externa. In N. Mendes, & F. Coutinho (Org.), *Enciclopédia das Relações Internacionais* (pp. 407-410). Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Pereira, A. (1982). *Uma experiência política*. Lisboa: Edições Ática.

- Pereira, B. (2006). Relações entre Portugal e a República Popular da China. Consultado em http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri10/RI10_06BFPereira.pdf [acesso a 22.04.2020]
- Pereira, P. (2018). *Portuguese foreign policy: Constraints and responses*. Consultado em <http://funag.gov.br/biblioteca/download/the-road-ahead-livro-funag.pdf> [acesso a 22.04.2020]
- Pereira, S. (2012). *Perspetiva portuguesa do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa* (Tese de mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal).
- Piteira, C. (2007), As Potencialidades de Macau no Eixo da Relações Bilaterais entre a República Popular da China e os Países de Língua Portuguesa, *Daxiyangguo 大西洋國*, 11, pp. 3-18.
- Ponto Final. (2012, outubro 2). EPM firma protocolo com o Observatório da Língua Portuguesa. *Ponto Final 句號報*. Consultado em <https://pontofinalmacau.wordpress.com/2012/10/02/epm-firma-protocolo-com-o-observatorio-da-lingua-portuguesa/> [acesso a 06.12.2020]
- Ponto Final. (2016, maio 12). Junho, “o mês de Portugal em Macau”. *Ponto Final 句號報*. Consultado em <https://pontofinalmacau.wordpress.com/2016/05/12/junho-o-mes-de-portugal-em-macau/> [acesso a 06.12.2020]
- Ponto Final. (2017, março 13). Mais de 300 universitários visitaram Portugal para estudar língua portuguesa. *Ponto Final 句號報*. Consultado em <https://pontofinalmacau.wordpress.com/2017/03/13/mais-de-300-universitarios-visitaram-portugal-para-estudar-lingua-portuguesa/> [acesso a 06.12.2020]
- Ponto Final. (2017, setembro 26). IPM e Fundação EPM assinam protocolo para reforçar ensino do português na China. *Ponto Final 句號報*. Consultado em https://pontofinalmacau.wordpress.com/2017/09/26/ipm-e-fundacao-epm-assinam-protocolo-para-reforcar-ensino-do-portugues-na-china/?fbclid=IwAR2Iu7ZQ5uJFGGE2sDlBPw4nh_B5y50cTgVul_GD3ycFZ8QYbZM MziG9RCs [acesso a 06.12.2020]
- Presidência da República Portuguesa. (2018). *Declaração Conjunta entre a República Portuguesa e a República Popular da China sobre o Reforço da Parceria Estratégica Global*. Consultado em <https://www.presidencia.pt/?idc=9&idi=157549> [acesso a 23.11.2020]
- Preto, A. (1997). *A questão de Macau*. Consultado em https://www.janusonline.pt/arquivo/1997/1997_3_8.html [acesso a 06.03.2020]
- Quan, N. (2017). As Relações Sino-Europeias e Sino-Portuguesas. *Revista Militar*, 2580, pp. 81-84.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (2005). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.

- Raimundo, D. (2016). *As Relações entre Portugal e China e o seu reflexo na aprendizagem da língua portuguesa em Macau, desde 1974* (Tese de mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal).
- Ramos, J. (1990). Relações de Portugal com a China anteriores ao estabelecimento de Macau. *Nação e Defesa*, 53, pp. 157-170.
- Ramos, J. (1997). A declaração conjunta sobre Macau no âmbito das relações luso-chinesas. *Política Internacional*, 1(14), pp. 19-30.
- Ramos, J. (2019, 18 setembro). Farpas na manga. *Hoje Macau*, pp. 1-3.
- Ramos, S. (2017). *O papel do Fórum de Macau no posicionamento geoestratégico da República Popular da China nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa: Relações de cooperação entre a República Popular da China e a República de Moçambique* (Tese de mestrado, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal).
- Rangel, A. (2012). *Filhos da terra: A comunidade macaense, ontem e hoje*. Macau: IIM.
- Rangel, J. (2016). *O legado luso em Macau*. Macau: IIM.
- Rangel, J. (2017). Uma interpretação do legado luso em Macau. In M. Natário, R. Epifânio, C. André, G. Cordeiro, I. Mata, J. Rangel, M. Espadinha (Org.), *De Portugal a Macau: Filosofia e literatura no diálogo das culturas* (pp. 409-422). Porto: Universidade do Porto.
- Reis, B. (2017, abril 13). Há 30 anos, Portugal surpreendeu a China nas negociações de Macau. *Público*. Consultado em <https://www.publico.pt/2017/04/13/politica/noticia/ha-30-anos-portugal-surpreendeu-a-china-nas-negociacoes-de-macau-1768627> [acesso a 06.03.2020]
- República Portuguesa. V Governo Constitucional. (1979). *Programa do V Governo Constitucional*. Consultado em <https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc05/programa-do-governo/programa-do-governo-constitucional-5.aspx> [acesso a 10.04.2020]
- República Portuguesa. VIII Governo Constitucional. (1981). *Programa do VIII Governo Constitucional*. Consultado em <https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc08/programa-do-governo/programa-do-viii-governo-constitucional.aspx> [acesso a 10.04.2020]
- República Portuguesa. XIII Governo Constitucional. (1995). *Programa do XIII Governo Constitucional*. Consultado em <https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc13/programa-do-governo/programa-do-xiii-governo-constitucional.aspx> [acesso a 10.04.2020]
- República Portuguesa. XVII Governo Constitucional. (2005). *Programa do XVII Governo Constitucional*. Consultado em <https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc17/composicao.aspx> [acesso a 10.04.2020]
- República Portuguesa. XXI Governo Constitucional, (2018b). *Visita de Estado do Presidente da República Popular da China: Instrumentos bilaterais para assinatura*. Retirado de <https://www.portugal.gov.pt/download->

ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBAAAAB%2BLCAAAAAAABAAzMze1BADKwRQoBAAAA%3D%3D [acesso a 10.04.2020]

República Portuguesa. XXI Governo Constitucional. (2017). *Programa do XXI Governo Constitucional*. Consultado em <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/governo/programa-do-governo> [acesso a 16.04.2020]

República Portuguesa. XXI Governo Constitucional. (2018). *Plano Indicativo Anual de Ação Cultural Externa*. Consultado em <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBAAAAB%2BLCAAAAAAABAAzMbK0BACmhGMoBAAAA%3D%3D> [acesso a 29.04.2020]

República Portuguesa. XXI Governo Constitucional. (2019). *Apresentação pública do Programa de Ação Cultural Externa*. Lisboa. Consultado em <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/documento?i=apresentacao-do-programa-indicativo-de-acao-cultural-externa-para-2019-> [acesso a 29.04.2020]

República Portuguesa. XXII Governo Constitucional. (2019). *Programa do XXII Governo Constitucional*. Consultado em <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/documento?i=programa-do-xxii-governo-constitucional> [acesso a 29.04.2020]

Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2016. In *Diário da República, 1ª Série*, 2016. 224. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

Reto, L. (2012). *Potencial económico da língua portuguesa*. Lisboa: Texto Editores.

Reto, L., Machado, F. & Esperança, J. (2018). *Novo atlas da língua portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Rocha, D. (2014). Consulado. In N. Mendes, & F. Coutinho (Org.), *Enciclopédia das Relações Internacionais* (pp. 113-116). Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Rollo, M., Queiroz, M., Brandão, T. & Salgueiro, A. (2012). *Ciência, cultura e língua em Portugal no século XX: Da Junta de Educação Nacional ao Instituto Camões*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, S.A.

Run, C. (2019, fevereiro 22). Embaixador da China em Portugal, Cai Run: Relações entre a China e Portugal na “melhor fase”. *Hoje Macau*. Consultado em <https://hojemacau.com.mo/2019/02/22/embaixador-da-china-em-portugal-cai-run-relacoes-entre-a-china-e-portugal-na-melhor-fase/> [acesso a 22.05.2020]

Sá, T. (2015). *Política externa portuguesa*. Lisboa: FFMS.

Sablosky, J. (2003). *Recent Trends in Department of State Support for Cultural Diplomacy: 1993-2002*, Washington, D.C.: Center for Arts and Culture.

Santo, P. (2015). *Introdução à metodologia em ciências sociais: Génese, fundamentos e problemas*. Lisboa: Edições Sílabo.

Santos, M. (1991). Políticas culturais e juventude. *Análise Social*, (26)114, pp. 991-1009.

- Santos, N. (s.d.). Macau é a delegação mais importante da rede da Agência Lusa. *Lusa*. Consultado em <https://macau20anos.lusa.pt/macau-e-a-delegacao-mais-importante-da-rede-da-agencia-lusa/> [acesso a 09.11.2020]
- Santos, V. & Ferreira, M. (2012). *Teorias das Relações Internacionais*. Lisboa: ISCSP.
- Schiavini, J., Scherer, F. & Coronel, D. (2012). Entendendo o *guanxi* e a sua influência nas relações internacionais. *Rev. Econ. Contemp.*, 16(2), pp. 316-332.
- Schneider, C. (2006). Cultural diplomacy: Hard to define, but you'd know it if you saw it. *The Brown Journal of World Affairs*, (13)1, pp. 191-203.
- Schneider, C. (2009). The unrealized potential of culture diplomacy: 'Best practices' and what could be, if only... *The Journal of Arts Management, Law, and Society*, (39)4, pp. 260-279. doi 10.1080/10632920903449027
- Silva, A. S. (2017). *Perspetivas e desafios da política europeia e externa de Portugal, em 2017*. Consultado em https://idi.mne.pt/images/docs/semin_diplo_2017/discursos/002.pdf [acesso a 21.06.2020]
- Silva, P. (2011). A Língua e a cultura portuguesas a Oriente: Análise ao caso de Macau (Tese de doutoramento, ISCTE, Lisboa, Portugal).
- Silva, R. & Hernandez, M. (2014). Políticas linguísticas e língua portuguesa em Macau, China: À guisa de introdução. *Signótica Especial*, 26, pp. 61-76. doi 10.5216/sig.v26iesp..31400
- Sousa F. & Mendes, P. (2014). *Dicionário de Relações Internacionais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Sun, G. (2018). *Estudantes universitários chineses de Português Língua Estrangeira: Percursos de estudo, escolhas e desafios no mercado de trabalho* (Tese de mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal).
- Taylor, T. (2013). *Cultural diplomacy - the future*. Consultado em <https://biopolitics.gr/biowp/wp-content/uploads/2013/04/id-taylor.pdf> [acesso a 21.04.2020]
- Teixeira, R. (2012). Apresentação. *Fragmentum*, 1, 2(35), pp. 9-10.
- Tempus & Modus. (2014). Tempus de escola aberta. *Jornal da Escola Portuguesa de Macau*. *Tempus & Modus 岁月百态*, 47, pp. 1-31.
- The Script Road. (s.d.). *Sobre o festival*. Consultado em <http://thescriptroad.org/pt-pt/sobre-o-festival/> [acesso a 15.11.2020]
- U.S. Department of State (2005). *Cultural diplomacy the linchpin of public diplomacy*. Consultado em <https://2009-2017.state.gov/pdcommission/reports/54256.htm> [acesso a 21.04.2020]
- UNESCO. (2004). *Basic texts*. Consultado em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000133729?posInSet=9&queryId=0217cb78-e1d6-4e10-be31-40b97b30087f> [acesso a 21.04.2020]

- Vilelas, J. (2017). *Investigação: O processo de construção do conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Waltz, K. (2002). *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva.
- Webber, M. & Smith, M. (2013). *Foreign policy in a transformed world*. London: Routledge.
- Wendt, A. (2003). *Social theory of international politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wu, Z. (2009). The establishment of Macao as a special port city and ensuing debates. *Social Sciences in China*, 3(2), pp. 116-133.

ANEXOS

Anexo A

Guião das entrevistas realizadas

- 1) De que forma evoluiu a promoção da língua e da cultura portuguesas em Macau nos últimos anos?
- 2) Que meios e organismos mais se destacam na sua divulgação no território?
- 3) A quem ou a que se deve o interesse crescente pelo português e pela cultura portuguesa na região?
- 4) Quais os setores-chave da lusofonia na RAEM e o que é que Portugal pode fazer, em colaboração com as entidades locais, para os preservar?
- 5) Acredita que Macau seja um ativo estratégico na afirmação de Portugal no sistema internacional? Porquê?
- 6) Qual a importância de Macau para a China no contexto da lusofonia?
- 7) Julga que Portugal, enquanto país europeu, lusófono, com um relacionamento único com a RPC, se tem servido de todas as suas potencialidades em Macau?
- 8) Em 2049 chega ao fim o processo de retrocessão da RAEM e com ele os termos firmados na Declaração Conjunta entre os dois países. Se pudesse prever o que acontecerá nos próximos anos, o que diria sobre a herança portuguesa no território?
- 9) Que sugestões deixaria às autoridades portuguesas responsáveis por esta matéria?

Anexo B

Entrevistas

Entrevistada: Dra. Ana Paula Laborinho (Ex-Presidente do IPOR e do Camões, I.P.)

Local: Palácio das Laranjeiras, Lisboa

Data: 15.05.2019

1) De que forma evoluiu a promoção da língua e da cultura portuguesa em Macau nos últimos anos?

Entre 1988 e 2002, Macau passou um período interessante de transição e de negociações. Nessa altura, Portugal não tinha uma perceção muito clara de que a China poderia ter interesse em manter quer a língua, quer a cultura portuguesa. Digamos que havia até um sentimento entre os macaenses de que poderia ser ao contrário, de que Macau poderia ser engolido pela cidade ao lado, Zhuhai – que era já uma cidade com alguma importância. Este foi o sentimento generalizado, apesar de não terem existido evidências desse tipo. Quando se fez a transferência houve momentos difíceis: por parte das autoridades chinesas não houve um empenho, nem a manifestação de um interesse em relação à língua portuguesa. Quanto à parte de Portugal, a verdade é que se empenhou na criação do IPOR. Portugal e a administração portuguesa de Macau – é preciso dizer até mais isso – esforçaram-se para que existissem três polos fundamentais: um polo ao nível da universidade e do politécnico, um outro com a criação do IPOR, com a participação do Estado Português, e outro ao nível da EPM. Portanto, do lado de Portugal digamos que houve sempre – até porque não se poderia partir sem também deixar algum conforto a uma comunidade de origem portuguesa – essa aposta tripartida, sendo que duas dessas entidades eram pertenças da administração portuguesa. O IPOR começou por ter uma participação da administração portuguesa de Macau, mas, sabendo-se que não era possível a sua transição para a administração chinesa, viu reforçada a presença portuguesa nessa estrutura. A EPM no início também era uma estrutura participada, mas sempre na perspectiva de uma presença naquele território. Pode dizer-se que, durante esta época que acompanhei diretamente, havia uma clara aposta de Portugal nesses projetos e que, da parte chinesa, esta não existia ainda ou não era ainda evidente. É claro que muito rapidamente a China teve a perceção da importância de Macau e depressa deu sinais muito claros de que queria Macau como uma plataforma de relação com os PLPs e de formação de quadros bilingues.

2) Que meios e organismos mais se destacam na sua divulgação no território?

A presença de Portugal permanece constante e expressiva através da EPM, do IPOR, da FO, da relação muito estreita que estabelece com as universidades – a Universidade de Macau, o Instituto Politécnico... – e com o sistema de ensino superior de Macau e através das relações que mantém com o ensino superior em Portugal. É de igual modo de referir a existência de uma comunidade portuguesa recém-chegada que não viveu Macau no período da administração portuguesa e todas essas relações. Eu diria que igualmente importante é a própria relação que Portugal mantém com a China, com o governo central. Têm sido realizadas várias visitas de um lado e do outro ao mais alto nível e isso é muito significativo para um país pequeno como nós somos. Quer dizer que há claramente uma relação de respeito mútuo, de parceria, e tudo isso sustenta Macau. A história de Macau é uma história de equilíbrios sempre precários. É importante ter em conta como é que foi possível que um território daqueles – que depende inteiramente da China por não ter recursos próprios – pôde existir, não havendo durante décadas relações diplomáticas entre os dois países. De facto, houve sempre uma espécie de entendimento tácito e o que se pode dizer é que o entendimento se mantém. É um equilíbrio, sempre, ninguém está disposto a ceder interesses, mas para Portugal é muito relevante manter essa presença em Macau e essa comunicação fácil com as autoridades locais.

3) A quem ou a que se deve o interesse pelo português e pela cultura portuguesa na região?

Tem havido uma explosão de interesse pelo português que resulta essencialmente do facto de ter a China muito interessada no português. Quando deixei Macau, em 2002, havia quatro ou cinco universidades onde se ensinava português e hoje há mais de 40. Há uma grande pressão dos próprios alunos chineses para virem estudar para Macau. Na maioria dos casos, a vinda para o território não serve apenas para estudar uma matéria específica, muitas vezes representa uma oportunidade para estudar português. É, por isso, natural que as universidades tentem sempre ter essa oferta como uma mais-valia. É como lhe digo, acho que a China muito cedo percebeu que o português era uma língua internacional e que poderia ser uma língua de grande aposta também para eles. Compreendeu que tinha e tem um papel sobretudo em África e no Brasil, aspeto que desde cedo incentivou o seu ensino. O que se está a passar agora é um movimento que foi crescendo e que é necessário aproveitar. Recordo-me que já estava como Presidente do I. Camões, em 2011 ou 2012,

quando fui convidada para ir à China. Na altura, fui informada que o seu grande objetivo era formar 5000 professores de português, o que nos parecia um número exorbitante, que nem nós próprios tínhamos. A verdade é que eles paulatinamente estão a formar esses 5000 professores. Portanto, há neste momento boas condições para o português. Na realidade, já se passaram 20 anos e continuamos a ter a língua em Macau, quando se dizia que iria desaparecer imediatamente... Não me parece sequer que isso esteja para acontecer.

4) Quais os setores-chave da lusofonia na RAEM e o que é que Portugal pode fazer, em colaboração com as entidades locais, para os preservar?

Está presente em vários setores da administração. Há um setor que talvez seja um dos mais preocupantes, o da justiça. O trabalho que foi feito antes da transferência foi extraordinário – de transposição para chinês, de tradução de toda a legislação... – e foi pensado exatamente nessa questão central: a de manter uma matriz portuguesa do direito, que é também uma outra forma de língua. Tanto quanto sei há problemas porque a matriz do direito da China continental é muito diferente e tem havido uma entrada e uma grande influência dessa matriz em Macau. Por vezes vezes já temos modelos que são um bocadinho híbridos entre uma e outra. Parece-me que esse é um dos aspetos mais complexos em que se vai perdendo alguma presença e aí é problemático a vários níveis. É verdade que a comunidade portuguesa é muito pequena, mas o que se passa em Macau é algo que também me parece que nos deve interessar: o facto de termos uma especificidade que não é só portuguesa, mas que é também chinesa. Os habitantes de Macau – tal como, aliás, se passa com Hong Kong – querem ser macaenses e o conceito de macaense tem vindo a alterar-se de uma forma extremamente interessante. No passado, o macaense era aquele que era de matriz portuguesa, embora misturando várias culturas. Atualmente não é assim: o macaense é o nascido em Macau. Essa especificidade também ajudará a manter a cultura portuguesa ou uma cultura de matriz portuguesa em Macau.

5) Acredita que Macau seja um ativo estratégico na afirmação de Portugal no sistema internacional? Porquê?

Tem todas as condições para isso. Um dos indicadores do *Atlas da Língua Portuguesa* revela que o português tem uma demografia em crescimento – não é assim em todas as línguas, nem é assim no espanhol. No final do século, já será em África que se falará mais português, já não será no Brasil. Ora, nós sabemos que as línguas são formas de poder,

sabemos também que os negócios estão muito ligados às línguas e aos centros de poder. É isso que tem explicado o crescimento do chinês internacionalmente. Eu julgo que esse incremento será bom para todos os falantes de português e para o seu desenvolvimento e afirmação internacional. Mas só por si não é um indicador que chegue. É preciso que, para além de língua dos negócios, seja língua da ciência, de organizações internacionais. Há várias condicionantes fundamentais para que uma língua seja internacional. Eu diria que a minha única preocupação é que nós estamos num momento em que o internacional está a ser posto em causa – essa dimensão multilateral, internacional... – e se está a regressar um pouco aos nacionalismos e também aos nacionalismos linguísticos.

6) Qual a importância de Macau para a China no contexto da lusofonia?

A China deixou que primeiro se fizesse a catarse do período da administração portuguesa, mas sempre percebeu – aliás, já percebe há 500 anos – o interesse de ter em Macau uma abertura para o mundo. A partir do momento em que o governo central deu essas indicações, o português começou a florescer não só em Macau, também na China, de uma forma extraordinária. A China compreendeu – eu penso que já o tinha compreendido, mas chegou o tempo de passar essa orientação para Macau – que o português era uma língua de aproximação a parceiros que eles privilegiavam, nomeadamente em África. A partir daí, houve um claro crescimento, apoio e investimento nesse âmbito que tem passado não apenas por essas estruturas, mas também pelo suporte que é dado, por exemplo, aos jornais de língua portuguesa ou à Casa de Portugal. Há várias estruturas que têm beneficiado daquilo que é designado como identidade de Macau. Não podemos ignorar, no entanto, que isto tem também na sua raiz interesses económicos e estratégicos da relação da China com outros continentes.

7) Julga que Portugal, enquanto país europeu, lusófono, com um relacionamento único com a RPC, se tem servido de todas as suas potencialidades em Macau?

Há sempre espaço para melhorar. Por aquilo que eu vi no passado e pelo que vejo nos dias de hoje, acho que tem aproveitado muito mais do que aproveitou antes. Penso que houve um tempo em que se ignorou completamente Macau, em que se achou que com a transferência Macau seria um caso encerrado e que não serviria para mais nada. Agora estamos num processo em que as próprias autoridades portuguesas percebem melhor a importância estratégica da RAEM. Tem vindo a evoluir à medida que a China se tem

transformado numa potência cada vez mais relevante. Portugal vem-se apercebendo que deve manter a China como parceira, que importa manter uma relação com esta e que Macau é aqui um ponto de encontro importante.

8) Em 2049 chega ao fim o processo de retrocessão da RAEM e com ele os termos firmados na Declaração Conjunta entre os dois países. Se pudesse prever o que acontecerá nos próximos anos, o que diria sobre a herança portuguesa no território?

O tempo é, como dizia a Marguerite Yourcenar, um grande escultor. A China projeta-se muito como potência e os habitantes de Macau quererão beneficiar desse aspeto. Como lhe disse, talvez os traços que me parecem perenes é essa vontade da população em ser diferente. A questão da Região Administrativa Especial de Macau – e o termo está na própria lei, o “especial” – é uma condição que a população toda, em geral, vai querer manter. Esta percebe que para ser especial tem de ter alguma diferença e esta herança, esta relação, marca essa diferença. Não será a mesma coisa, não estaremos da mesma maneira, muita coisa mudará nestes anos, mas o que me parece é que a dimensão “especial” se manterá.

9) Que sugestões deixaria às autoridades portuguesas responsáveis por esta matéria?

Há que preservar as línguas nacionais, já que elas são também parte das identidades e são também uma riqueza que não podemos menosprezar. O português tem muitas condições para ser uma língua que seja útil aos seus falantes neste sentido da sua mobilidade no mundo. Assistimos neste momento a alguns desafios ou a alguns perigos, que é essa tendência para um fechamento, para a rejeição das línguas internacionais e para a promoção das línguas locais. Essas línguas são fundamentais, é preciso mantê-las, mas é preciso que isso não se faça à custa do desaparecimento de outras.

Entrevistado: Dr. Alberto Pablo (Docente no IPM)

Local: Instituto Politécnico de Macau, RAEM

Data: 29.05.2019

1) De que forma evoluiu a promoção da língua e da cultura portuguesa em Macau nos últimos anos?

Cada vez há mais pessoas a querer aprender português e isto deve-se essencialmente às políticas da China continental. Se fosse por Macau já se tinha deixado de ensinar português há muito tempo. As pessoas aqui sempre preferiram a língua inglesa, sempre quiseram viver à sombra de Hong Kong, imitar a sua vida social e económica, e nunca quiseram seguir muito a cultura ou os padrões portugueses.

2) Que meios e organismos mais se destacam na sua divulgação no território?

A maior referência no ensino da língua portuguesa aqui em Macau é a UM, que tem uma excelente qualidade de ensino não só nos cursos superiores que oferece, mas também ao nível dos cursos de verão. Há alunos que vêm da Coreia, do Japão, da Tailândia, dos sete cantos do mundo para fazer cursos de verão à UM e alguns repetem a experiência durante vários anos seguidos.

3) A quem ou a que se deve o interesse pelo português e pela cultura portuguesa na região?

Esta evolução é muito visível e prende-se fundamentalmente com a aposta da China continental no Brasil, em Angola, em Moçambique, nos países onde se fala a língua portuguesa. A divulgação da língua portuguesa quer em Macau, quer na China continental prende-se sobretudo com interesses económicos.

4) Quais os setores-chave da lusofonia na RAEM e o que é que Portugal pode fazer, em colaboração com as entidades locais, para os preservar?

Em Macau perdura alguma identidade portuguesa, algumas ideias, alguma calçada portuguesa, alguns nomes nas ruas, mas não é devido à existência dos poucos portugueses que aqui vivem. É sobretudo devido ao facto de em Macau existirem muitos euroasiáticos, são eles que têm mantido viva a presença portuguesa em Macau, que têm uma grande influência junto do governo local e do governo em Beijing. As maiores instituições de Macau são presididas e dirigidas por euroasiáticos. O euroasiático consegue influenciar os

chineses naturais de Macau e da China continental a preservar os seus interesses, o dialeto local, o Patuá, o cantonês... Se não fossem os euroasiáticos muita coisa já teria desaparecido.

5) Acredita que Macau seja um ativo estratégico na afirmação de Portugal no sistema internacional? Porquê?

Para Portugal é, só que os políticos portugueses não usufruem desta ponte. Ela está presente, existe, a China tem feito tudo para auxiliar e para chamar os portugueses para a aproveitarem. Portugal, por seu lado, ouve falar neste assunto – nomeadamente nas visitas que os representantes da China fazem ao país –, mas no dia seguinte já tem outras preocupações e acaba por se esquecer que ela lá está.

6) Qual a importância de Macau para a China no contexto da lusofonia?

De uma forma direta ou indireta, Macau é uma plataforma entre os PLPs e a grande China no que respeita às questões culturais e económicas. A RPC tem procurado servir-se dessas nuances, o que deixa em evidência essa importância.

7) Julga que Portugal, enquanto país europeu, lusófono, com um relacionamento único com a RPC, se tem servido de todas as suas potencialidades em Macau?

Antes de 1999, recordo-me que vinham catedráticos todos os meses das universidades portuguesas para conferências, seminários, para a divulgação do direito civil, do direito processual penal, do direito administrativo, do direito internacional, da divulgação da história portuguesa. Havia muita movimentação, muita divulgação de tudo aquilo que existia em Portugal. Depois da transferência de soberania, passou a haver cada vez menos aposta aqui em Macau. Queremos por vezes fazer determinados seminários, conferências, e acabamos por convidar catedráticos aqui de Hong Kong ou da China continental, de Singapura... A distância é muito grande e as pessoas em Portugal também têm outros problemas. Não vejo que Portugal tenha mantido interesse em promover, em divulgar e em apostar, mesmo em termos económicos, em Macau. Para Macau vêm os franceses, vêm os espanhóis, mas os portugueses vão para o Brasil. O governo português está constantemente no Brasil ou em Angola. Apesar desta ponte com a China continental – observamos que cada vez há mais pessoas a ensinar chinês em Portugal e que o governo chinês cada vez

investe mais em empresas públicas e privadas no país –, vemos que os portugueses vêm cada vez menos à RAEM.

8) Em 2049 chega ao fim o processo de retrocessão da RAEM e com ele os termos firmados na Declaração Conjunta entre os dois países. Se pudesse prever o que acontecerá nos próximos anos, o que diria sobre a herança portuguesa no território?

Para as pessoas de Macau e para as pessoas de Beijing essa data não significa nada. O que efetivamente significa para toda a gente é que existem instituições aqui em Macau – existe o governo, existe uma Assembleia Legislativa, existem os tribunais, existe a administração pública – que vão continuar. Em 2049 não se vão extinguir os direitos, liberdades e garantias dos residentes de Macau, tudo vai ficar na mesma. Logo depois da transferência de soberania, toda a gente começou a falar apenas em *putonghua*, a falar em mandarim, por exemplo. Agora cada vez se ouve mais as pessoas a falar em cantonês e o mandarim tem-se afastado um pouco. No que diz respeito à língua e aos costumes portugueses, vemos cada vez mais estabelecimentos de comida portuguesa. Estamos em 2019 e há muito mais produtos portugueses em Macau do que havia antes da transferência de soberania, cada vez há mais importação. Essa tem sido feita com a ajuda de alguns euroasiáticos com poder económico. Durante a crise em Portugal e na Europa, vieram para Macau muitos portugueses à procura de uma vida nova. Com essa ajuda montaram aqui as suas empresas, estabelecimentos de comidas e bebidas e de outros produtos. Provocaram aqui algum comércio não só entre a China continental e Macau, mas também entre a China continental, Macau e Portugal.

9) Que sugestões deixaria às autoridades portuguesas responsáveis por esta matéria?

Portugal pode oferecer conhecimento, técnicos. Pode, sobretudo, oferecer ensino e formação. Aqui em Macau as pessoas que estão ligadas ao ensino têm muito pouca formação. Temos pessoas que têm muito pouco conhecimento de ensino para dar aulas aos colegas. Precisam de formação e Macau tem muito dinheiro, é uma questão de apresentar propostas. O governo de Macau está aberto a essas propostas porque os seus estabelecimentos de ensino – quer no ensino superior, quer no ensino não superior – precisam sobretudo de formadores em todas as áreas, precisam de académicos. É necessário avaliar o que é preciso em Macau, que lacunas existem.

Entrevistadas: Luna (aluna chinesa do 4º ano da licenciatura tradução no IPM; Dora (aluna chinesa do 3º ano da licenciatura de tradução no IPM); Tânia (aluna chinesa de intercâmbio no IPM, 3º ano da licenciatura de tradução); Margarida (aluna macaense do 3º ano da licenciatura de tradução no IPM)

Local: Instituto Politécnico de Macau, RAEM

Data: 30.05.2019

1) De que forma evoluiu a promoção da língua e da cultura portuguesa em Macau nos últimos anos?

De uma maneira geral, a divulgação de português tem crescido, há cada vez mais atividades portuguesas, de cultura portuguesa. O governo de Macau tem enviado alunos de Macau para Portugal para estudar direito ou português, por exemplo. Há mais pessoas a estudar a língua.

2) Que meios e organismos mais se destacam na sua divulgação no território?

Talvez a UM, o IPM e o IPOR. O próprio governo tem um programa que permite o envio de alunos de diferentes escolas secundárias para estudar na EPM. Há centros estudantis privados que também oferecem este tipo de cursos.

3) A quem ou a que se deve o interesse pelo português e pela cultura portuguesa na região?

Achamos que os governos chinês e local têm investido muito no desenvolvimento de intercâmbios com as escolas de ensino superior na China, na atração de alunos para estudar em Macau.

4) Quais os setores-chave da lusofonia na RAEM e o que é que Portugal pode fazer, em colaboração com as entidades locais, para os preservar?

O português é uma das línguas oficiais de Macau. Se se quiser trabalhar no governo, ter competências ao nível desta língua é uma vantagem.

5) Acredita que Macau seja um ativo estratégico na afirmação de Portugal no sistema internacional? Porquê?

Macau é uma boa plataforma de operação entre Portugal, os outros PLPs e a China. Proporciona uma oportunidade para se conhecer a cultura portuguesa – a arquitetura, por exemplo –, já que na China continental não é fácil.

6) Qual a importância de Macau para a China no contexto da lusofonia?

O governo da China tem agora boas relações com os PLPs e tem, por isso, muitos projetos para os estudantes da China que estudam português. Macau tem um melhor ambiente para se estudar a língua e a história portuguesas, há mais oportunidades para se falar português e de se contactar com portugueses. Estamos em Macau há vários anos e temos ouvido sempre dizer que Macau é uma cidade que liga os dois lados: o mundo lusófono e a China. A fórmula chinesa “um país, dois sistemas” é boa para a promoção das relações entre os dois lados. O regime de Macau é mais conhecido no exterior.

7) Julga que Portugal, enquanto país europeu, lusófono, com um relacionamento único com a RPC, se tem servido de todas as suas potencialidades em Macau?

Poderia haver mais aposta, poderiam ajudar a criar mais oportunidades em Macau para os jovens de cá estudarem em Portugal e para os jovens portugueses estudarem tanto na RAEM, como no interior da China.

8) Em 2049 chega ao fim o processo de retrocessão da RAEM e com ele os termos firmados na Declaração Conjunta entre os dois países. Se pudesse prever o que acontecerá nos próximos anos, o que diria sobre a herança portuguesa no território?

Achamos que a herança portuguesa se vai manter. O relacionamento entre os dois lados deverá continuar. Dadas as boas condições de vida em Macau – talvez melhores do que as de Portugal –, deverão continuar a vir para cá trabalhar portugueses e pessoas de outras nacionalidades, o que ajudará a preservar essa presença.

9) Que sugestões deixaria às autoridades portuguesas responsáveis por esta matéria?

Talvez devessem desenvolver mais atividades culturais, manter vivas algumas tradições académicas, criar mais estágios entre as empresas internacionais... Por vezes, não temos acesso às informações sobre eventos desta natureza, não existe muita divulgação.

Entrevistado: Sr. Embaixador Paulo Cunha Alves (Cônsul-Geral)

Local: Consulado Geral de Portugal em Macau e Hong Kong, RAEM

Data: 30.05.2019

1) De que forma evoluiu a promoção da língua e da cultura portuguesa em Macau nos últimos anos?

Sendo que cheguei a Macau apenas em outubro de 2018, aquilo que conheço sobre o assunto baseia-se numa experiência de poucos meses. De acordo com que tenho lido e com o que tenho ouvido a partir das pessoas que cá estão – em visita ao território, o Sr. Presidente da República também referiu isso num discurso –, hoje fala-se mais português em Macau do que há 20 anos. Acho que esta é a premissa essencial que temos de considerar. Obviamente que há muitas razões que podem explicar isso. A questão da promoção da língua nunca terá sido o elemento fulcral da política externa portuguesa e muito menos naqueles territórios que lhe eram próprios. Atualmente, fazemos muito mais promoção da língua portuguesa através do Camões, I.P. do que na década de 90, por exemplo. À época, o português não tinha, talvez, o mesmo valor económico, político ou cultural que tem hoje. Os atuais números são muito melhores do que eram há 10 anos e há realmente um interesse cada vez maior pela língua portuguesa.

2) Que meios e organismos mais se destacam na sua divulgação no território?

Começando pelos organismos oficiais: o Gabinete do Secretário de Estado Alexis Tam, que tem uma pujança e uma força significativa aqui, que tem sido um motor; a DSEJ; a FM, pelo apoio financeiro que dá; as universidades e os institutos politécnicos; a EPM; as escolas chinesas ou macaenses que também têm turmas de português e que organizam eventos. Depois há também o IPOR e o próprio Consulado-Geral, que se destaca, sobretudo, através das iniciativas que promove, como o “Junho, Mês de Portugal”. Ao longo do ano, participo em diversos eventos que estão relacionados com a língua portuguesa, como entregas de diplomas, visitas a universidades, institutos, escolas, entre outros. Tento sempre dar uma atenção especial à questão da língua e da cultura portuguesa. Aliás, quando cheguei perguntaram-me quais seriam os dois vetores de intervenção, pelo que disse logo, no meu primeiro contacto com os meios de comunicação social, que durante o meu mandato privilegiaria a vertente cultural e da língua portuguesa. A Casa de Portugal também tem um papel importante, assim como a Livraria Portuguesa, que convida artistas, escritores para a apresentação de livros...

3) A quem ou a que se deve o interesse pelo português e pela cultura portuguesa na região?

Nos últimos dez anos, daquilo que tenho apreendido e dos contactos aqui estabelecidos, o governo da RAEM tem feito um esforço bastante grande de apoio à língua portuguesa em Macau: antes de mais, pela abertura política que tem demonstrado nesse sentido e, em segundo lugar, pelos fundos financeiros que têm colocado à disposição das escolas e das universidades ou institutos politécnicos onde se ensina a língua portuguesa. Tem havido este aumento significativo do número de alunos que estudam português, muito em resultado da conjugação de esforços daquilo que nós, Portugal, queremos aqui em Macau e daquilo que o território anfitrião procura. Outro fator que eu apontaria, e que está na base da posição do governo da RAEM, é a própria China. O governo central chinês tem também por objetivo reforçar o papel de Macau enquanto uma plataforma de ligação entre a China e os países lusófonos, não só no domínio comercial e empresarial, mas também no domínio da língua e, de certa forma, da cultura – esta última é uma parte que nós temos tentado juntar por arrastamento, até porque língua e cultura são indissociáveis.

4) Quais os setores-chave da lusofonia na RAEM e o que é que Portugal pode fazer, em colaboração com as entidades locais, para os preservar?

Existe muita imprensa em língua portuguesa, dois semanários e três diários, o que significa que pelo menos nessa vertente estamos bem representados. Há muita informação em português para a comunidade portuguesa aqui residente. Mas não são só os jornais, são também a televisão e a rádio: há um canal da TDM só em português e há pelos menos uma estação de rádio em português. O papel dos média é fundamental, sem eles não seria possível manter esta presença tão viva. Há outras áreas, que são mais políticas, onde a língua portuguesa ainda tem presença e terá até ao final do período transitório. No entanto, depois de 2049 não sabemos como será. Outra área importante é, por enquanto, a dos tribunais – embora a língua portuguesa não seja usada com tanta frequência quanto desejaríamos e quanto os advogados portugueses desejariam. A classe dos advogados portugueses em Macau é enorme. Quando estive nas cerimónias do Dia do Advogado na RAEM, o Dr. Jorge Neto Valente – que é o Presidente da Associação dos Advogados de Macau – disse que associação tinha cerca de 400 associados e cerca de 125 estagiários, um número muito grande para um território tão pequeno. Na administração é uma percentagem

muito limitada, como sempre foi, aliás. Não tenho, no entanto, forma de lhe confirmar se hoje há mais gente na administração macaense a falar português do que havia até 1999. Por um lado, nós tínhamos mais gente portuguesa, falava-se mais português porque havia muitos portugueses ligados à gestão dos serviços – e muitos saíram a partir de 1999. Por outro lado, os que ficaram têm, entretanto, aprendido português. Tenho encontrado muitos chineses que falam português, sobretudo em alguns departamentos. Noutros departamentos como os da educação, dos assuntos sociais, da juventude e até o da saúde, de certa maneira, ainda se nota bastante a presença da língua portuguesa.

5) Acredita que Macau seja um ativo estratégico na afirmação de Portugal no sistema internacional? Porquê?

Nessa medida temos de unir esforços com a China. Se esta tem interesse em manter o português em Macau, nós também temos, como é óbvio. Deveríamos, aliás, ser o principal interessado, já que atrás da língua vêm muitas outras coisas, muitas outras atividades que têm a ver com a parte económica, empresarial, cultural, com os negócios... Até os negócios incluem também questões culturais: a edição, a tradução de autores portugueses para chinês e vice-versa, tudo isto está envolvido. Portanto, a resposta é obviamente afirmativa. Temos tudo a ganhar e o voto que eu expresse para o futuro é que qualquer governo português que siga no futuro possa continuar a dar atenção, ou que possa ainda aumentar mais a sua atenção e interesse, à vertente cultural e linguística da nossa política externa. São áreas fundamentais com as quais só temos a ganhar. Em meu entender, seria importante que o próprio Camões, I.P. dispusesse de mais meios, mais verbas, para poder desenvolver ações no estrangeiro, contratar mais professores, mais leitores. Disso vai depender a nossa presença e a promoção da língua portuguesa no exterior. Não podemos esquecer-nos que somos um país pequeno – no seio da lusofonia somos quase uma gota, somos 10 milhões com tendência para baixar no futuro –, enquanto que o Brasil poderá estabilizar ou baixar e em África é esperado o maior crescimento em termos de falantes de português.

6) Qual a importância de Macau para a China no contexto da lusofonia?

Hoje a língua portuguesa é uma das duas línguas oficiais da RAEM, mas ninguém sabe como será daqui a 30 anos, a China depois fará o que entender. Creio que, se a China tiver uma atitude inteligente e se as coisas continuarem a correr tão bem como têm corrido até aqui, para Pequim é vantajoso manter a presença da língua portuguesa em Macau. Macau

é uma espécie de plataforma, pode ser um *hub* para a língua portuguesa na Ásia e não só na China. Por isso, a China tem tudo a aproveitar com essa mais-valia que tem aqui em Macau.

7) Julga que Portugal, enquanto país europeu, lusófono, com um relacionamento único com a RPC, se tem servido de todas as suas potencialidades em Macau?

Creio que sim, mas podemos sempre fazer mais e melhor. Muitas vezes isso não é feito porque não temos meios materiais ou porque não temos recursos humanos suficientes para fazer essa promoção e aprofundar essa relação. Através de Macau e das suas instituições, das associações culturais, dos artistas que são residentes aqui, temos margem para aprofundar ainda bastante a nossa relação linguística e cultural com este território. Recentemente estive cá uma ONG que está a promover contactos entre a Sociedade Portuguesa de Autores e a congénere de Macau, com o objetivo de organizar um projeto comum entre os macaenses e os portugueses. É nessa medida que temos ainda muito espaço para agir no futuro. Têm-me dito, nestes últimos anos, que é expectável que daqui para a frente haja um entrosamento cada vez maior dos portugueses, da língua portuguesa, não só aqui, mas também no âmbito da Grande Baía. No fundo, estas promoções que se fazem, dos artistas portugueses, dos escritores portugueses, far-se-ão não apenas aqui, mas também nas principais cidades da Grande Baía. Alguns dos empresários portugueses desta área da cultura e da língua que têm vindo falar comigo dizem-me que já têm projetos para implementar também nessas grandes cidades. Noto que as pessoas vêm para Macau, mas não ficam confinadas a este espaço, estão muito entusiasmadas com este projeto da Grande Baía, estão a tentar criar pontes culturais e linguísticas também com o outro lado, o que é importante.

8) Em 2049 chega ao fim o processo de retrocessão da RAEM e com ele os termos firmados na Declaração Conjunta entre os dois países. Se pudesse prever o que acontecerá nos próximos anos, o que diria sobre a herança portuguesa no território?

Eu diria que vetores como a língua portuguesa, a arquitetura portuguesa e a gastronomia portuguesa – eu indicaria estes três como sendo os principais – se vão perpetuar em Macau. A RAEM e o centro histórico de Macau foram reconhecidos pela UNESCO como património da humanidade, sendo coisas que dificilmente deixarão de o ser. Aquilo que tenho observado desde que cá estou é que os edifícios estão muito bem preservados. A

economia local depende muito do jogo e o governo quer diversificá-la através da criação de centros de conferências e da promoção do turismo cultural. Pretende fazer-se de Macau um sítio onde as pessoas venham da China continental e de outros países para procurar eventos culturais, que não venham apenas para jogar nos casinos. Há muitos hotéis e casinos que se associaram à iniciativa do festival “Arte Macau” e que vão ter exposições de arte, de pintura, de escultura, no seu interior. É uma maneira muito inteligente de diversificar a economia da RAEM.

Teremos alguma quota parte de responsabilidade em manter a língua portuguesa, não poderá ser só a China a querer, também teremos de colaborar. Independentemente de termos ou não o português como língua oficial depois de 2049, o Consulado-Geral de Portugal ficará aqui para sempre e certamente terá sempre uma atuação forte em termos de cultura e língua.

9) Que sugestões deixaria às autoridades portuguesas responsáveis por esta matéria?

Do lado de cá, o que posso dizer é que seria bom se pudéssemos contar com mais apoio financeiro para atividades desenvolvidas pelo Consulado-Geral em colaboração com outras entidades. Não me posso queixar, aqui neste posto, com a falta de recursos humanos, porque conto com a colaboração forte do IPOR e da sua equipa. Era importante haver, sobretudo, maior apoio financeiro e maior orientação, por vezes, na escolha dos autores ou artistas.

Entrevistado: Dr. Gonçalo César de Sá (Revista *MACAU* e *Macauhub*, Grupo Macaulink Media)

Local: Edifício Macau Square, RAEM

Data: 31.05.2019

1) De que forma evoluiu a promoção da língua e da cultura portuguesa em Macau nos últimos anos?

Atualmente, há uma procura clara. No passado, e eu digo mesmo antes de 1999, havia um esforço de Portugal para ensinar o português. Hoje, há um esforço dos locais para aprender português. Portanto, já não é o país a tentar ensinar a língua, mas as pessoas a tentar aprendê-la. Penso que isto se explica por razões claramente económicas. Quem estuda a

língua quer ficar vinculado a empresas que têm interesses em África, no Brasil e em Portugal.

2) Que meios e organismos mais se destacam na sua divulgação no território?

Claramente o Instituto Internacional de Macau faz coisas, mas tem defendido uma linha que é da promoção dos valores macaenses. Por exemplo, se reparar nos livros lançados pelo instituto, verá que há uma valorização sempre do macaense, do padre macaense, do escritor macaense... A sua linha de atuação é a da defesa da língua portuguesa e dos interesses macaenses. As universidades ensinam português, a Universidade Cidade de Macau, por exemplo, e creio que até a Casa de Portugal ensine português – toda a gente ensina português. Tirando isso, temos a EPM, muito embora as escolas portuguesas existam também noutros locais – Angola, Moçambique, etc. –, não sendo, por isso, nenhuma novidade. Como instituição portuguesa diria que é o IPOR, claro.

3) A quem ou a que se deve o interesse pelo português e pela cultura portuguesa na região?

Acho que foi sempre a China. Em 2003, quando foi feito o Fórum Macau, a iniciativa foi da China – apesar de se dizer que a iniciativa foi de Macau e dos PLPs, que foram eles que solicitaram à China uma intervenção. Se reparar, o Fórum Macau depende da China, pertence ao MNE chinês. Tem uma parte que é de Macau, que é a do dinheiro – Macau paga tudo –, mas a parte da linha de trabalho, de funcionamento, é dada pela RPC. É ela que tem sido o grande motor deste avanço. A nível do ensino de português, confesso que não estou muito a par da quantidade de universidades, mas sei que são já muitas a ensinar a língua na China. Recordo-me que, das primeiras vezes que lá fui, quem ensinava português eram os brasileiros. Atualmente, já há uma alteração, já há muitos professores e leitores portugueses. De facto, a China é que tem provocado tudo isto, não tem sido Portugal.

4) Quais os setores-chave da lusofonia na RAEM e o que é que Portugal pode fazer, em colaboração com as entidades locais, para os preservar?

Apesar de tudo, existe muita publicação de material em português: há quatro jornais, há revistas em português, há a Livraria Portuguesa – que todos os anos faz um festival literário

onde vêm falantes de português de todo o lado. Deverá haver um investimento contínuo nesse sentido.

5) Acredita que Macau seja um ativo estratégico na afirmação de Portugal no sistema internacional? Porquê?

Não sei se estratégico, mas poderia ser importante. A maneira de atuar é que teria de ser a sério. Tudo isto é tudo tão primário e tão pequenino... Por vezes até é pena, já que os italianos estão em força, os espanhóis e os franceses também, e nós – que fomos os primeiros a chegar há vários séculos, que fizemos a miscigenação, que nos ligamos aos locais – na hora da verdade ficamos para trás.

6) Qual a importância de Macau para a China no contexto da lusofonia?

Pode ajudar ao cumprimento dos seus objetivos, embora não creio que seja determinante.

7) Julga que Portugal, enquanto país europeu, lusófono, com um relacionamento único com a RPC, se tem servido de todas as suas potencialidades em Macau?

Portugal tem feito muito pouco. Tirando a FO e o IPOR, não tem nenhuma instituição aqui. O IPOR dedica-se ao ensino do português, mas são coisas muito pequenas. Não há grande atuação de Portugal como país ou como instituição portuguesa aqui. Podia haver uma participação maior... Quando o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa esteve cá, uma das coisas que lhe garantiram foi que o governo de Macau iria subsidiar uma nova escola portuguesa. No resto, não vejo grande intervenção de Portugal em absolutamente nada. Há umas iniciativas de concessão de bolsas, mas nem são de Portugal, são da Casa de Portugal em Macau. Portugal, em termos diretos, não.

8) Em 2049 chega ao fim o processo de retrocessão da RAEM e com ele os termos firmados na Declaração Conjunta entre os dois países. Se pudesse prever o que acontecerá nos próximos anos, o que diria sobre a herança portuguesa no território?

É importante perceber, ao analisar-se Macau, o que é que representam para o território estas alterações políticas na China, como a “Grande Baía”, e o reflexo que isso pode ter na vida de Macau a nível cultural e a todos os restantes níveis. A influência cultural chinesa é crescente. Creio que a China não fará nada para que a presença portuguesa desapareça, só que nós seremos engolidos pela massa gigantesca chinesa que lentamente está a entrar. A

transição vai provar isso, esta integração toda, que é muito grande. Fala-se muito mais mandarim, os dirigentes falam em mandarim, já não falam em cantonês – uma das grandes questões de Hong Kong é exatamente essa. Penso que Portugal nunca abandonará Macau, mas olha para o território como olha para muitos outros locais. A Europa é muito mais importante neste momento.

9) Que sugestões deixaria às autoridades portuguesas responsáveis por esta matéria?

Não conheço bem a situação de Portugal, nem as suas potencialidades. Tenho a ideia que continua a olhar para o seu umbigo. A política externa que tem não olha para a Ásia. A título de exemplo, o Japão é um país que tem uma apetência por Portugal enorme. Quando eu lá estava, houve uma visita de Cavaco Silva enquanto Primeiro-Ministro, onde se firmou uma grande quantidade de acordos, mas estes depois acabaram por perder-se.

Entrevistado: Dr. Sales Marques (Presidente do IEEM e Administrador da Fundação EPM)

Local: Instituto de Estudos Europeus de Macau, RAEM

Data: 03.06.2019

1) De que forma evoluiu a promoção da língua e da cultura portuguesa em Macau nos últimos anos?

Acerca deste assunto, vou falar-lhe sobretudo a partir do meu conhecimento enquanto administrador da Fundação Escola Portuguesa de Macau. Penso que há vários aspetos a considerar. Logo após a transição, havia aquela ideia de que o português era uma língua pouco importante para Macau, a população não tencionava viver com o português. A questão que se colocava, até em termos muito públicos, era a de que Macau deveria abraçar a língua inglesa. Depois, num processo que envolveu a China e alguns intervenientes de Macau, a estratégia do português foi adotada. Penso que a adotou num contexto já das relações que começava a ter com África – através do Fórum de Cooperação China-África, que foi instituído no ano de 2000 – e das relações que tinha com os PLPs. Naquela altura, apesar das relações comerciais com esses países serem muito pequenas, a China utilizou a língua portuguesa, as relações históricas e culturais de Macau, como um instrumento da sua própria diplomacia. Julgo ser uma situação não sei se inédita, mas a rapidez com que o fez é um processo inédito. Tratou de utilizar a língua de uma potência estrangeira e os laços

que a situação de Macau proporcionava para criar essa nova realidade. A partir daí a percepção começou a ser diferente, algumas pessoas e organizações não oficiais começaram a equacionar as coisas de outra forma, a criar algumas bolsas para enviar os alunos de Macau e da China para Lisboa para estudar direito, por exemplo.

2) Que meios e organismos mais se destacam na sua divulgação no território?

A questão da divulgação não é muito simples de descrever. Por um lado, há o discurso oficial, há uma narrativa de divulgação, mas, por outro lado, essa narrativa não é apreendida por muitos dos organismos oficiais. A língua portuguesa continua a não ser utilizada plenamente. Nos tribunais, por exemplo, a advocacia portuguesa queixa-se muito disso. A questão é essa, é a do discurso oficial e a de saber até que ponto a língua portuguesa é ensinada e como é ensinada nas escolas de Macau. Penso que seja hoje mais ensinada nas escolas de Macau e é também muito dado ao esforço – é preciso reconhecer – do próprio Dr. Alexis Tam. Ele tem tido um papel muito importante no incentivo do seu ensino e na criação de um ensino verdadeiramente bilingue através das escolas oficiais. O instrumento que Portugal tem em Macau a nível do ensino da língua portuguesa como língua não-materna é o IPOR e, por aquilo que tenho ouvido dizer, este instituto tem vindo a aumentar bastante a sua oferta. Do ponto de vista da EPM, esta tem sido sempre um polo central na divulgação da língua e cultura portuguesas. É uma escola que hoje tem mais de 600 alunos, é uma escola procurada, que tem um currículo que obedece à estrutura do ensino oficial em Portugal e às várias agências e ao quadro legal da DSEJ de Macau, sendo tutelada por duas entidades governamentais. A EPM introduziu o mandarim há vários anos e isso também tem permitido que o seu ensino seja procurado pelas famílias chinesas, de língua materna chinesa, que veem no português uma língua de futuro. Essa é a grande vitória: não tanto pelos números, porque às vezes podem não significar um avanço tremendo, mas pela percepção da importância da língua portuguesa. É, no entanto, uma vitória relativa, já que nunca sabemos como é que tudo se vai desenvolver. Atualmente, as coisas são muito determinadas pela própria conjuntura externa. Vivemos num momento em que as relações entre Portugal e a China estão num plano excelente e, portanto, há uma certa confiança, as famílias acreditam que a relação entre a China e os PLPs vai continuar a ser produtiva e com futuro e acham que, aprendendo a língua portuguesa, os seus filhos vão ter uma mais-valia. Nesse aspeto, o governo de Macau tem prestado muito apoio, tem procurado investir no ensino da língua portuguesa, dentro dos seus limites. O apoio à EPM tem sido

fundamental, sem ele não seria possível ter a escola a funcionar nos moldes em que funciona. A EPM está perfeitamente à altura de competir com as escolas internacionais de Macau a nível de qualidade e até de capacidade de colocação dos seus alunos no estrangeiro, por exemplo.

3) A quem ou a que se deve o interesse pelo português e pela cultura portuguesa na região?

A iniciativa de tornar sobretudo a língua portuguesa num instrumento de diplomacia económica, cultural, política e que pretende tornar Macau o centro desse relacionamento é chinesa. Este foi um salto dado pela China e que Portugal, em certa medida, encarou inicialmente com alguma distância – para não dizer, talvez, com alguma desconfiança, era a China que estava a “entrar” num espaço geopolítico que foi até então sobretudo dominado, em termos dos PLPs, por Portugal e pelo Brasil. Penso que a China desde o princípio quis fazer disso uma cooperação multilateral – embora o multilateralismo do Fórum de Macau seja um outro assunto –, quis, de qualquer forma, envolver Portugal e o Brasil como parceiros.

4) Quais os setores-chave da lusofonia na RAEM e o que é que Portugal pode fazer, em colaboração com as entidades locais, para os preservar?

A vertente jurídica foi sempre considerada muito importante.

5) Acredita que Macau seja um ativo estratégico na afirmação de Portugal no sistema internacional? Porquê?

Acho que sim. O papel de Macau pode até ser mais potenciado e a língua portuguesa tem muito mais por onde alargar no território. Através do Fórum Macau são formados em Macau centenas, ou milhares, de quadros dos PLPs todos os anos. São diversos os grupos que se deslocam a Macau em programas de formação que apoiam a parte da língua em Macau e na China continental. O Fórum Macau vai em breve ter uma sede com instalações de grande capacidade, serão desenvolvidas outras componentes comerciais, económicas, feiras, etc. Macau é definido pela China – pelo governo central, não é só pelo governo de Macau, não é só pela questão cultural e regional – como tendo nos dois grandes projetos chineses da “Nova Rota da Seda” e da “Grande Baía” a função do desenvolvimento e da promoção das relações entre a China e os PLPs. Essa é uma componente fundamental.

Atualmente, todas as províncias chinesas falam das relações com os PLPs, muitas entidades oficiais e não oficiais chinesas ouvem falar de Portugal por causa do Fórum de Macau, por causa de Macau. A própria administração de Macau, o Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau (IPIM), o Fórum de Macau, fazem sessões de promoção de Macau no interior da China e essas promoções têm sempre a ver com a língua portuguesa, têm sempre a ver com o potencial económico da relação da China como os PLPs. Nesse aspeto, há muitas outras componentes que ajudam a enriquecer o papel de Macau também como um divulgador e um promotor da língua portuguesa.

6) Qual a importância de Macau para a China no contexto da lusofonia?

Macau é o centro de formação de quadros bilingues chinês-português. Foi encorajado pelo Dr. Alexis Tam o contacto com o governo a ilha de Hengqin – que é agora essa nova zona económica –, pois o governo local tinha interesse em ensinar a língua portuguesa aos alunos do ensino secundário privado. Claro está que isto acarreta várias nuances, não há ainda espaço dentro da própria China para se introduzir o português como uma língua curricular. Todavia, pode ser ensinado como opção, de uma perspetiva de língua não-materna. Querem envolver pessoas que tenham facilidade de circulação, pessoas de Macau ou do próprio interior da China. Tenho conseguido, até através de contactos pessoais, recrutar pessoas chinesas que aprenderam português e que se dispõem a ir à RPC ensinar a língua. Há um investimento sério no ensino da língua portuguesa. Macau poderia ter muito mais pessoas que fossem verdadeiramente bilingues e com um bom nível de qualidade se o governo de Macau permitisse a estadia dessas pessoas, desses profissionais que, depois de alguns anos formados em Macau, têm de voltar à China.

7) Julga que Portugal, enquanto país europeu, lusófono, com um relacionamento único com a RPC, se tem servido de todas as suas potencialidades em Macau?

No que diz respeito ao papel de Portugal, este é, em primeiro lugar, e independentemente da sua vontade política, determinado pela sua capacidade de realização. Como se sabe, este depende sempre do orçamento de Estado, do Ministério da Educação e de outros organismos. É preciso também dizer que a contribuição de Portugal ao nível da sua vontade e do seu interesse é grande, mas está limitada por questões orçamentais.

8) Em 2049 chega ao fim o processo de retrocessão da RAEM e com ele os termos firmados na Declaração Conjunta entre os dois países. Se pudesse prever o que acontecerá nos próximos anos, o que diria sobre a herança portuguesa no território?

É muito difícil de conjecturar sobre isso. Tudo depende da continuidade das boas relações entre Portugal e a China. Infelizmente, sabemos como o mundo é volátil e difícil de prever. Se Portugal mantiver a postura que tem, não vejo razão pela qual as relações não possam continuar a ser muito boas. É importante que não se deixe emaranhar demasiado pela situação europeia, que procure traçar o seu próprio caminho. Só lhe fica bem como um país quase milenar. Continuando essa trajetória de política externa, acho que vamos continuar a ter boas relações no futuro, até porque continuará sempre a ser muito importante nessas relações. A China tem um papel importante no desenvolvimento económico dos PLPs, têm existido investimentos estratégicos importantes. À medida que esses países forem adquirindo também a sua capacidade de avaliar cada um desses investimentos, de tomar nas suas próprias mãos a decisão sobre eles, esses investimentos podem ser positivos. Portanto, acho que essa relação se vai manter. Vejo com algum otimismo e espero que o mundo não se transforme outra vez num mundo bipolar...

9) Que sugestões deixaria às autoridades portuguesas responsáveis por esta matéria?

Penso que os dirigentes portugueses se devem empenhar cada vez mais nessa concretização, nessa prioridade, que está muito bem apontada. Devem procurar trabalhar sempre em diálogo com as autoridades de Macau e com as autoridades chinesas. Existem grandes vantagens para ambas as partes a longo prazo.

Entrevistado: Dr. Francisco Leandro (Investigador, Docente na Universidade Cidade de Macau)

Local: Universidade Cidade de Macau, RAEM

Data: 03.06.2019

1) De que forma evoluiu a promoção da língua e da cultura portuguesa em Macau nos últimos anos?

Existem duas questões importantes. Do ponto de vista da narrativa política, existe um esforço muito grande em Macau no sentido de dar aos locais as ferramentas necessárias

para se falar mais do que uma língua. Há um investimento através de bolsas, todas as universidades têm alunos a falar português, o bilinguismo aparece como prioridade. É uma presença constante. Mas depois há um outro lado. Se eu fosse local e soubesse chinês, a minha segunda língua não seria o português. Na realidade, o português não é valorizado como é no discurso político. O inglês é mais valorizado do que o português em questões profissionais, na contratação pública. Por exemplo, ultimamente tem-se pedido que os contratos jurídicos sejam celebrados em inglês em vez de português. Este aspeto é um bom indicador das dificuldades do português. Estudar uma língua é também estudar a sua cultura e os intérpretes de Macau não têm essa cultura da língua. Na RAEM não há multiculturalismo, há coexistência de culturas, as pessoas não conhecem as culturas umas das outras. Os telejornais têm alinhamentos diferentes, no festival da *Rota das Letras* a audiência é 90% portuguesa... Os dois países estão culturalmente muito afastados.

2) Que meios e organismos mais se destacam na sua divulgação no território?

Destacam-se várias entidades que existem no território. O IPOR faz um esforço imenso e tem feito um trabalho fantástico na produção de manuais e eventos. A Casa de Portugal também realiza várias atividades. As instituições que apoiam a cooperação e a mobilidade entre estudantes são fulcrais para que se conheçam as realidades culturais de ambos os lados. No entanto, estes incentivos não são naturais. A maneira como se valorizam as competências afasta-se do discurso político. A plataforma é um conceito, não é uma estrutura física. A cultura da língua chinesa está a transformar a sociedade, por exemplo, a nível jurídico.

3) A quem ou a que se deve o interesse pelo português e pela cultura portuguesa na região?

Claramente à China. Neste momento, Macau é um projeto chinês. O papel de Macau está muito bem definido, a China não deixa nada ao acaso.

4) Quais os setores-chave da lusofonia na RAEM e o que é que Portugal pode fazer, em colaboração com as entidades locais, para os preservar?

Como lhe disse, apesar do português ser língua oficial, o inglês é mais valorizado em diferentes áreas profissionais. Infelizmente, não existe uma estratégia sobre o que fazer com e em Macau, existem coisas avulsas. Ao contrário não é assim, Macau sabe o que fazer

com a herança portuguesa. A EPM existe no território porque é financiada pelo governo de Macau. Existe o IPOR, mas tem uma estratégia asiática que não é somente direcionada para a RAEM. Não há uma continuidade e a cada ciclo político começa tudo de novo. O próprio curso da Universidade Cidade de Macau que fala sobre a relação da China com os PLPs é financiado pela China.

5) Acredita que Macau seja um ativo estratégico na afirmação de Portugal no sistema internacional? Porquê?

Para a afirmação da China, sim, mas para Portugal não sabemos. Macau é um instrumento fortíssimo de *soft power*, tem imensas potencialidades de se relacionar com toda a gente, tem a função de juntar as pessoas, de criar contactos e de criar valor.

6) Qual a importância de Macau para a China no contexto da lusofonia?

Macau é importante, sim. Há uma série de assuntos que passam por Macau e não por Pequim. Por esta via, a China dá aos PLPs uma noção própria de mercado. Eles próprios não negociavam entre si.

7) Julga que Portugal, enquanto país europeu, lusófono, com um relacionamento único com a RPC, se tem servido de todas as suas potencialidades em Macau?

Não. Falta-lhe definir uma estratégia para o território e estabelecer objetivos para a região.

8) Em 2049 chega ao fim o processo de retrocessão da RAEM e com ele os termos firmados na Declaração Conjunta entre os dois países. Se pudesse prever o que acontecerá nos próximos anos, o que diria sobre a herança portuguesa no território?

Esse período é muito curto para a perspetiva chinesa. Muito vai depender do que acontecer em 2047 com Hong Kong. Nada de físico vai ser substancialmente alterado, no entanto, a “Grande Baía” vai estar em desenvolvimento e em funcionamento e as soluções vão ser feitas muito nesse contexto – em termos de mobilidade, por exemplo. Será um processo natural.

9) Que sugestões deixaria às autoridades portuguesas responsáveis por esta matéria?

Portugal precisa de um consenso sobre o que quer de Macau e da China e que ultrapasse os ciclos políticos e a perspetiva paternalista. Deve ser criada uma perspetiva por parte da

CPLP, dos PLPs, como um todo e não individualmente. A partir da CPLP muitas coisas podem advir. Portugal tem um setor tecnológico que a China aprecia muito, há muitas empresas internacionais bem colocadas em Portugal. Os chineses estão interessados nas *blue sciences* e a medicina é também um setor que lhes interessa. O desporto é muito reconhecido, sobretudo nas modalidades em que Portugal tem representação.

Entrevistado: Dr. Pedro dos Santos (Docente na Universidade Cidade de Macau)

Local: Universidade Cidade de Macau, RAEM

Data: 03.06.2019

1) De que forma evoluiu a promoção da língua e da cultura portuguesa em Macau nos últimos anos?

Não vi uma diferença significativa ao longo destes sete anos em que cá estou. Destaco, talvez, o Festival da Lusofonia, embora não creia que se fale mais português nas ruas. Ensino na China e em Macau há oito anos e o inglês continua a ser uma das línguas mais importantes e assim deverá continuar. Os chineses continentais veem o inglês como uma vantagem profissional, alguns querem ir estudar para a Europa e para os EUA. O inglês prende-se também a uma questão cultural, é importante saber mais línguas e aproximar-se de outras realidades.

2) Que meios e organismos mais se destacam na sua divulgação no território?

Através da Fundação Rui Cunha e do IPOR, que parece ter uma posição de vanguarda no que diz respeito a este assunto. Na generalidade, os portugueses aqui em Macau estão desligados do que passa em Portugal.

3) A quem ou a que se deve o interesse pelo português e pela cultura portuguesa na região?

À China, sem dúvida. A importância da língua portuguesa surge sempre que se realizam visitas de alto nível a Macau. Há 40 universidades com ensino de português na China. Esse interesse tem uma vertente económica muito ligada aos PALOPs e ao Brasil, onde é necessário o domínio da língua. A maioria dos meus alunos são continentais e os restantes

são macaenses. Estes últimos não têm grande interesse na língua, excetuando para a ocupação de cargos governamentais.

4) Quais os setores-chave da lusofonia na RAEM e o que é que Portugal pode fazer, em colaboração com as entidades locais, para os preservar?

Sobretudo os setores da administração pública e jurídico, já que nessas áreas os profissionais têm de ter um bom domínio do português. Nas escolas começa a contratar-se cada vez mais este tipo de pessoas, de forma a atrair mais alunos oriundos de África.

5) Acredita que Macau seja um ativo estratégico na afirmação de Portugal no sistema internacional? Porquê?

Poderia ser um ativo estratégico, mas não parece haver muito interesse por parte de Portugal...

6) Qual a importância de Macau para a China no contexto da lusofonia?

É uma importância notória sobretudo pelas relações comerciais e económicas. Penso que a China sempre teve esta ideia de Macau, de fazer com que os dignatários desses países venham à China para estimular os negócios. Estes também poderiam ser em inglês, mas com o português pode dar-se uma operação de charme. Esta especificidade pode valorizar também o turismo.

7) Julga que Portugal, enquanto país europeu, lusófono, com um relacionamento único com a RPC, se tem servido de todas as suas potencialidades em Macau?

A opinião que se tem em Macau é a de que Portugal não faz muita coisa para aproveitar esta lusofonia. São elementos de fora a publicitar o português, há muito desconhecimento da ligação de Portugal a Macau por parte de outros estrangeiros.

8) Em 2049 chega ao fim o processo de retrocessão da RAEM e com ele os termos firmados na Declaração Conjunta entre os dois países. Se pudesse prever o que acontecerá nos próximos anos, o que diria sobre a herança portuguesa no território?

Vai depender da presença portuguesa que se quer manter em Macau. Ainda é cedo, o sistema económico é volátil e Macau é cada vez mais absorvido pela China.

9) Que sugestões deixaria às autoridades portuguesas responsáveis por esta matéria?

Sugeriria um maior contacto com os portugueses residentes em Macau. Apesar de poucos, estes podem vir a tornar-se relevantes para essa projeção. Macau é um dos melhores sítios para se trabalhar neste momento: é confortável, tem boas condições económicas, tem recordações portuguesas. Os emigrantes que para cá vêm dificilmente saem. A comunidade portuguesa é muito importante para concretizar esse tipo de trabalho.

Entrevistada: Dra. Lola Xavier (Docente no IPM)

Local: Instituto Politécnico de Macau, RAEM

Data: 04.06.2019

1) De que forma evoluiu a promoção da língua e da cultura portuguesa em Macau nos últimos anos?

Vou falar-lhe sobretudo do IPM, pois é a realidade que conheço melhor. Desde que cá estou, há quatro anos, houve um incremento do papel do Centro Pedagógico e Científico da Língua Portuguesa do IPM, criado sob a coordenação do Professor Carlos André da Universidade de Coimbra. Quando cheguei, o centro estava a começar a dar os seus primeiros passos e agora está de vento em popa e tem dado um contributo muito importante para a ligação entre as várias universidades na China que têm estudos de português. Nesse sentido, o IPM está de parabéns pelo trabalho pioneiro que fez, já que o ensino de português não começa nem termina em Macau, sendo apenas um ponto da língua na China. Houve momentos importantes na Escola Superior de Línguas e Tradução e também na Escola Superior de Administração Pública, com a abertura do curso de Relações Internacionais China-PLPs. Entretanto, em 2017 ou 2018, abriu também uma licenciatura de português, que tem uma especialização em ensino e outra em cultura portuguesa. Nos últimos dois anos, o curso de tradução aumentou o número de turmas, o que tem amplificado, efetivamente, o número de estudantes de português e chinês. Há ainda que referir um curso de mestrado em tradução e interpretação chinês-português, que vai abrir no próximo ano letivo, e que penso ser de grande importância para Macau e para o IPM, já que finalmente vamos ter uma formação pós-graduada na criação dos talentos bilingues. Estamos também à espera da iniciação do doutoramento em português, que a UM também já possui. De uma forma geral, noto um incremento de estudantes ao nível do ensino superior muito por causa

desta circunstância, das condições que se criaram para a existência de outros meios. Tem havido um investimento na graduação, pós-graduação e formação de professores. No que toca à contratação de professores nativos de português – pelo menos pelo IPM –, houve um avanço nos últimos cinco anos. Agora está estagnado, não sei como será o futuro nesse aspeto.

2) Que meios e organismos mais se destacam na sua divulgação no território?

Temos o IPM, o IPOR, que está também associado a eventos culturais como o 10 de junho, e a própria EPM, que é uma escola muito dinâmica, com imensas iniciativas anuais e um papel importante nessa matéria. Há outras entidades de ensino superior, que é o caso da UM. Em relação às instituições, destacaria o Fórum de Macau, o IPIM e o Centro de Exposição dos Produtos Alimentares dos PLPs.

3) A quem ou a que se deve o interesse pelo português e pela cultura portuguesa na região?

Não há como contornar o facto da expansão do português na China. Se essa expansão aconteceu também em Macau, eu diria que ela aconteceu de uma forma ainda mais exponencial no interior da China. Deve-se, portanto, a interesses económicos nos PLPs e em particular nos países africanos e no Brasil. Foi sobretudo essa abertura estratégica da China a interesses económicos. Portugal tem esse interesse para China, é porta para a Europa, mas a nível económico são, de facto, os outros países.

4) Quais os setores-chave da lusofonia na RAEM e o que é que Portugal pode fazer, em colaboração com as entidades locais, para os preservar?

Há um português de fachada, no sentido em que está presente nos serviços oficiais – no governo, na justiça, na administração pública... –, nas placas das ruas, nos transportes públicos, mas que é imposto. Embora as atas de uma reunião, por exemplo, estejam em português e em chinês, nesse serviço há um número muito reduzido de pessoas capazes de as ler em português. Quando caminha na rua os nomes que as identificam estão em português, mas muitas vezes a tradução em chinês não está relacionada. Se falar o nome da rua em português a alguém que vá a passar, essa pessoa possivelmente não a reconhece. Esta duplicidade é boa para os portugueses que aqui vivem, mas depois pragmaticamente não funciona. Vou dar-lhe outro exemplo: temos alunos que se candidatam aos cursos de

português e que têm vários anos de aprendizagem da língua em escolas – alguns desde a escola primária –, com uma proficiência que, no entanto, é muito fraca. Isto dá-se por vários motivos, embora um deles seja efetivamente o facto de não viverem em meio de imersão do português, o que não ajuda à sua progressão. Nós aqui temos um problema histórico. Apesar dos portugueses terem administrado a região durante séculos, nunca tiveram grandes preocupações em impor a sua língua – ao contrário do que vê em Hong Kong, em que o ensino era em inglês e chinês. Em Macau, mais de 90% das escolas são privadas, a administração na altura não conseguiu ou, pelo menos, não criou mecanismos para impor a língua. A partir do momento em que a administração foi feita com os portugueses de um lado e os chineses do outro, em que não houve essa tentativa de comunicação, não se criaram sequer os alicerces para isso. Esse processo tinha de ter sido feito pelo menos desde o século XX, tinha de ter raízes. Vamos ver os desafios para o futuro a esse nível e como as coisas vão decorrer...

5) Acredita que Macau seja um ativo estratégico na afirmação de Portugal no sistema internacional? Porquê?

Não sou tão otimista, digamos que é um grão de areia. Tem a sua significância, mas não é de forma alguma determinante.

6) Qual a importância de Macau para a China no contexto da lusofonia?

Macau, através de algumas das suas instituições, consegue congrega outras instituições da Ásia pela via do português. No caso particular do IPM, por exemplo, existe um concurso de declamação de poesia e um concurso de debate para as instituições da China e da Ásia. A cidade tem a sua importância e interesse pela facilidade de acesso à língua e cultura portuguesa, pelo acesso a professores nativos de português, pela política de expansão e divulgação da língua, pelo seu microclima de imersão linguística e cultural. Entre o estudar português numa cidade da China continental ou em Macau, ganhará seguramente a segunda.

7) Julga que Portugal, enquanto país europeu, lusófono, com um relacionamento único com a RPC, se tem servido de todas as suas potencialidades em Macau?

Aquilo de que nos vamos apercebendo, sobretudo pela imprensa, é realmente de uma tentativa político-económica de estreitamento de laços. Não conheço, porém, nenhuma

linhas estratégicas sobre o assunto por parte de Portugal. Claro que o país tem todo o interesse em entrar na China. Fala-se que a porta de entrada poderia ser Macau, mas não sei se é condição obrigatória. Talvez facilite.

8) Em 2049 chega ao fim o processo de retrocessão da RAEM e com ele os termos firmados na Declaração Conjunta entre os dois países. Se pudesse prever o que acontecerá nos próximos anos, o que diria sobre a herança portuguesa no território?

Fazer futurologia é muito arriscado e a história recente tem-nos mostrado que é difícil acertarmos. Não vou fazer uma previsão, vou formular um desejo: que Macau possa persistir no meio da rápida mudança a que assistimos na China e que possa continuar a ter marcas identitárias diferentes, que mostrem essa relação entre o Este e o Oeste, entre o Ocidente e o Oriente, que haja essa preservação do património que torna a cidade peculiar. Em relação ao português, será sempre mais uma língua, nunca será uma língua importante, creio eu – estamos na China, o mandarim é a língua que se quer impor. Tudo dependerá do acolhimento dos portugueses que a cidade quiser fazer, da própria política chinesa e dos seus projetos para a região... O melhor que podemos desejar é que Macau consiga manter a sua identidade.

9) Que sugestões deixaria às autoridades portuguesas responsáveis por esta matéria?

Não me entendo com competências para dar sugestões às entidades portuguesas. Acho que Portugal pode fazer sempre mais, embora não nos possamos esquecer que este é um pequeno país a viver com as suas próprias limitações e crises, que tem problemas prementes para resolver. Quando Portugal não consegue investir em si próprio, não consegue resolver os seus próprios problemas, dificilmente conseguirá investir fora de si. Não basta apenas querer, é preciso realmente que tenha condições e estabilidade para poder olhar de outra perspetiva para o exterior, neste caso para Macau. Contudo, podemos sempre questionar-nos, de uma forma pertinente, o que é que Portugal pode agora fazer, se quando administrou Macau talvez tenha feito tão pouco pela língua. Politicamente já não tem aqui qualquer vínculo, há relações diplomáticas entre ambos – que, pelo que me tenho apercebido, têm sido muito bem feitas –, mas sendo a China o gigante, será sempre ela a impor a sua palavra.

Entrevistada: Dra. Vera Borges (Docente na Universidade de S. José)

Local: Café Catedral, RAEM

Data: 05.06.2019

1) De que forma evoluiu a promoção da língua e da cultura portuguesa em Macau nos últimos anos?

Noto uma grande diferença desde que cheguei, há seis anos. Este interesse e orientação tão nítidos são muito recentes. No meu primeiro ano aqui, já havia alguns discursos do governo sobre a necessidade de se incentivar a aprendizagem do português, mas na própria USJ muitos colegas diziam que se tratava apenas de *wishfull thinking*, que não deveria pensar que isso correspondesse a uma grande oportunidade de promover a língua. Eu tinha a sensação oposta, a de que havia já demasiados sinais a apontar numa mesma direção. E, de facto, muito rapidamente esta situação veio a verificar-se, passou a existir uma política de governo orientada nesse sentido. Havia uma orientação muito clara do governo central da China: a vontade de atribuir a Macau uma missão específica, fazendo da região um polo de desenvolvimento do ensino do português. Macau seria não só importante na formação de professores para o interior da China, mas também em relação a esta área do Pacífico. Quando cheguei à USJ, o português era uma disciplina obrigatória em todos os cursos da universidade durante dois semestres – o que já não era mau –, mas não tinha nenhum curso específico. Para corresponder a esta solicitação do governo, foi possível lançarmos vários programas de português que estão agora em funcionamento: dois cursos de licenciatura, um curso de dois anos e cursos de mestrado. A partir daí, a USJ assumiu o português como uma opção estratégica.

2) Que meios e organismos mais se destacam na sua divulgação no território?

Todas as universidades, ou quase todas as universidades, estão muito apostadas nessa divulgação. Aliás, o governo criou uma espécie de fórum entre várias instituições, onde comparamos programas e onde nos tentamos coordenar a vários níveis. Em relação a associações, acho que temos de destacar o papel da Casa de Portugal, pela promoção da língua e sobretudo da cultura portuguesa. Há outras: a associação de Cabo Verde, a de Moçambique, São Tomé e Príncipe... Todas elas têm, concertadamente ou individualmente, uma série de iniciativas durante o ano nesse sentido. É também importante destacar o IPOR, que tem feito um bom papel. Este realiza, por exemplo, atividades anuais que trazem vários convidados e que dinamizam bastante a sua atuação.

3) A quem ou a que se deve o interesse pelo português e pela cultura portuguesa na região?

Uma grande parte cabe à insistência do governo, de figuras públicas, como o Sr. Secretário Alexis Tam e outras pessoas. O governo, para além de solicitar, também oferece apoios. Houve uma altura em que eram vários os discursos semanais sobre a importância do português. Para a população em geral, estes aspetos também têm influência neste momento. Quando entrevistamos alunos sobre as motivações para o estudo do português, a resposta que obtemos é a de que esta postura do governo torna muito clara a existência de grandes oportunidades de emprego para quem domina a língua. A ideia de que Macau é uma plataforma começa a ser interiorizada pelas pessoas – já não corresponde apenas ao tal *wishfull thinking* –, começam a fazer-se escolhas de emprego e académicas em função dessa meta. Alguns dizem-me que querem ser funcionários públicos porque acreditam que de facto sejam necessários tradutores em Macau, outros querem ir ensinar português, muitos querem trabalhar nos negócios e viajar para os PLPs...

4) Quais os setores-chave da lusofonia na RAEM e o que é que Portugal pode fazer, em colaboração com as entidades locais, para os preservar?

Na área do direito faz-se sentir. Temos muitos alunos dessa área a frequentar os nossos cursos movidos pela necessidade de melhorar o seu português. A área da comunicação social também, sem dúvida. Creio que Portugal já esteja desperto para estas questões, conforme se tem visto por estas últimas visitas. Fala-se sempre muito dos negócios, há uma realidade paralela, que é a de investir na área da promoção da língua. Há várias universidades portuguesas que estão a procurar estabelecer um mercado para os seus serviços aqui, que sonham fazer protocolos, ou que já têm protocolos feitos, com as entidades de Macau e da China.

5) Acredita que Macau seja um ativo estratégico na afirmação de Portugal no sistema internacional? Porquê?

Há todas as condições para isso e é uma oportunidade única e interessante em relação à nossa história. Já ouvi vários tipos de narrativa, em 1999 ninguém poderia prever que as coisas dessem esta volta tão grande. É ótimo que se tenha sentido esta necessidade por

parte do governo central para inventar, mas com fundamento histórico, esta missão para Macau, que abre várias possibilidades para Portugal.

6) Qual a importância de Macau para a China no contexto da lusofonia?

Para os vários percursos profissionais dos jovens – quer de países, por exemplo, de África, quer da Europa – Macau é, pelas suas características tão específicas, um sítio ideal para se aprender a dominar determinados processos. Não falo apenas do jogo, mas tudo o que envolve um certo tipo de economia. O próprio papel de Macau como uma ponte com a China – com a possibilidade de se fazerem negócios lá, etc. –, torna o território particularmente importante. Esta continuidade dependerá, entre outros aspetos, do próprio esforço e investimento de Macau.

7) Julga que Portugal, enquanto país europeu, lusófono, com um relacionamento único com a RPC, se tem servido de todas as suas potencialidades em Macau?

Essa é uma opinião política com a qual não estou inteiramente familiarizada. Creio que, por parte das autoridades portuguesas aqui, há um investimento claro, há uma atenção clara em relação a essa necessidade de se estabelecer relações profundas com a China. Estou cá apenas há seis anos, mas, por aquilo que observo, não me parece haver desinteresse, nem negligência. Parece-me haver uma aposta que não é somente retórica e que se traduz realmente em atos. Creio que têm existido apelos e discursos insistentes que, do ponto de vista económico ou das iniciativas públicas, estão depois associados a uma prática. Qual o impacto real e em que é que isso se traduz não lhe sei dizer...

8) Em 2049 chega ao fim o processo de retrocessão da RAEM e com ele os termos firmados na Declaração Conjunta entre os dois países. Se pudesse prever o que acontecerá nos próximos anos, o que diria sobre a herança portuguesa no território?

Em relação ao que é observável aqui, creio que as autoridades de Macau têm uma noção clara de que a preservação de alguns aspetos dessa herança portuguesa é um trunfo, sobretudo em termos económicos. Esta herança de base cultural é importante até para se diversificar e mostrar o seu valor acrescentado em relação a outras cidades chinesas, pode render alguns dividendos. Há ainda os projetos de que se tem falado muito como o da “Grande Baía” e o projeto “Nova Rota da Seda”, dos quais ainda não sabemos o que vai resultar. Penso que sejam uma oportunidade, teremos de estar muito atentos e procurar ver

que transformações trarão para Macau. O território terá de tentar apostar na excelência dos produtos que pode oferecer para poder marcar uma posição nessa rede de cidades.

9) Que sugestões deixaria às autoridades portuguesas responsáveis por esta matéria?

Macau pode vir a ter um papel muito significativo, por isso é que os governos de Macau e de Portugal estão tão atentos a isso. É uma possibilidade efetiva, depende das cartas que forem jogadas. É preciso persistência, uma orientação estratégica clara e depois é preciso haver investimento a vários níveis.

Entrevistado: Dr. Ricardo Gao (Gabinete de Ligação da China em Macau)

Local: Instituto Internacional de Macau, RAEM

Data: 06.06.2019

1) De que forma evoluiu a promoção da língua e da cultura portuguesa em Macau nos últimos anos?

A língua portuguesa é muito importante cá, é língua oficial, e, atualmente, o governo local tem dado muita importância ao seu ensino. O Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura foi já várias vezes a Portugal e tem afirmado que vai reforçar essa vertente em Macau. Também na China continental cada vez mais as universidades têm cursos da língua portuguesa, mais estudantes escolhem estudar o português por ter futuro e lhes ser depois mais fácil para encontrar emprego em Macau ou nos PLPs.

2) Que meios e organismos mais se destacam na sua divulgação no território?

Não estou cá há muito tempo, mas penso que possa destacar a EPM. Na passagem do Sr. Presidente Marcelo Rebelo de Sousa por Macau, e durante a sua visita à escola, foi afirmada a intenção de construção de um novo polo da EPM – um tema que, aliás, já está em cima da mesa há muito tempo. Há outros organismos como o IPOR e a Fundação Rui Cunha. Este último faz também investigação sobre a cultura portuguesa e os macaenses, organiza eventos variados, entre outros.

3) A quem ou a que se deve o interesse pelo português e pela cultura portuguesa na região?

Acho que se deve ao governo de Macau, que é responsável pelo ensino e pela oferta de recursos para o ensino da língua portuguesa. O governo português tem também participado neste tipo de cooperação bilateral com a região. O Chefe do Executivo foi já várias vezes a Portugal e foi sempre recebido por altas figuras do Estado português, o que demonstra a importância que o país também dá a Macau.

4) Quais os setores-chave da lusofonia na RAEM e o que é que Portugal pode fazer, em colaboração com as entidades locais, para os preservar?

Talvez nos serviços e na administração. Portugal pode ajudar na formação de alguns professores, pode ajudar a reforçar esse vínculo.

5) Acredita que Macau seja um ativo estratégico na afirmação de Portugal no sistema internacional? Porquê?

Para Portugal, Macau é muito importante, muito especial. Ambos têm uma relação muito estreita e antiga. Existe aqui muita cultura portuguesa nas ruas, nos prédios, na calçada... Nenhuma cidade na China é como Macau. Na visita do Presidente de Portugal a Macau, que já mencionei antes, foram referidas muitas coisas sobre a condição especial do território. Essa diferença de Macau foi sempre exaltada: permanecerá no passado, no presente e no futuro.

6) Qual a importância de Macau para a China no contexto da lusofonia?

Macau tem muitos talentos que a China continental não tem, a começar pela língua. Funciona como uma ponte entre Portugal e a China e como uma plataforma, através do Fórum Macau, de negócios entre a China e os PLPs. Este aspeto foi afirmado, inclusivamente, pelo Sr. Presidente Xi Jinping a propósito do 20º aniversário da RAEM.

7) Julga que Portugal, enquanto país europeu, lusófono, com um relacionamento único com a RPC, se tem servido de todas as suas potencialidades em Macau?

As relações diplomáticas entre Portugal e a China estão na sua melhor fase. Portugal tem apoiado muito a China, foi o primeiro país da Europa a assinar um protocolo com ela sobre o projeto “Nova Rota da Seda”, o que é muito significativo. Os chineses têm feito muitos investimentos no país e nos assuntos internacionais os dois países estão sempre alinhados. Em 2018, o Presidente da RPC visitou Portugal e em 2019 foi a vez do homólogo português

se deslocar até cá. Num curto espaço de tempo estas duas altas figuras já se reuniram várias vezes, o que não é comum. Não há dúvida da importância mútua e das boas relações que têm – o sucesso do próprio processo de transferência de Macau veio permitir tais circunstâncias. Há que ter em atenção, no entanto, que a China é atualmente um mercado em crescimento e que Portugal pode e deve servir-se mais disso, dos projetos que falámos e de outros.

8) Em 2049 chega ao fim o processo de retrocessão da RAEM e com ele os termos firmados na Declaração Conjunta entre os dois países. Se pudesse prever o que acontecerá nos próximos anos, o que diria sobre a herança portuguesa no território?

A herança portuguesa deverá continuar, mas temos de fazer mais para preservar esta tradição. Os macaenses, especialmente os jovens, conhecem cada vez menos estes traços. Tem de haver um esforço para se manter esta cultura. Sendo uma região tão pequena, se Macau perder a sua especificidade passará a ser como outra qualquer cidade, perderá vantagens.

9) Que sugestões deixaria às autoridades portuguesas responsáveis por esta matéria?

Diria para continuarem a reforçar a cooperação com Macau em termos políticos, económicos, turísticos... Por exemplo, estamos a poucos dias do dia de Portugal, o 10 de junho, mas o governo português não enviou ninguém da sua parte para participar no evento na RAEM. Seria importante para marcar a sua posição. Os portugueses e os macaenses que aqui residem não gostam deste tipo de decisões do governo. Seria também importante oferecer mais oportunidades para os estudantes realizarem intercâmbios em Macau ou na China continental. Sei que o governo português tem programas de estudo e de trabalho para os jovens no estrangeiro – Macau recebe alguns desses jovens –, mas poderia aumentar mais essas oportunidades, organizar mais intercâmbios culturais ou artísticos.

Entrevistado: Prof. Dr. Rui Martins (Vice-Reitor da Universidade de Macau)

Local: Universidade de Macau, RAEM

Data: 06.06.2019

1) De que forma evoluiu a promoção da língua e da cultura portuguesa em Macau nos últimos anos?

Antes de 1999 havia, a nível de ensino superior, a UM, o IPM, o Instituto de Formação Turística de Macau e a Escola Superior das Forças de Segurança de Macau. Quando estas instituições surgiram o sistema de ensino era, na sua generalidade, o inglês. Durante o período de transição, entre 1987 e 1999, foram criadas várias faculdades, nomeadamente na UM, para treinar os futuros quadros da RAEM. Depois, ao longo dos tempos, foram sendo criadas pós-graduações, mestrados e doutoramentos, que em 1999 já estavam a decorrer. Entre 1999 e 2000 tivemos algumas dúvidas sobre a manutenção dos programas em português, nomeadamente de direito, porque prevíamos que o número de alunos pudesse baixar. Tivemos sempre alunos, embora as coisas não tenham sido fáceis nesses anos. Com a criação do Fórum Macau, em 2003, foi definido pela China que a posição de Macau seria de interface entre ela e os PLPs, pelo que a partir daí as coisas sofreram modificações, deram um salto: o número de alunos aumentou, passamos a ter um programa de direito também bilingue, entre outros. Portanto, tem-se mantido, ou tem até aumentado, o número de alunos a estudar português. A própria FM tem, desde 1992, sustentado sempre essa política de financiar alunos dos PLPs, sobretudo de África. Isto permitiu que se mantivesse aqui um grupo importante de alunos e docentes de língua portuguesa, sendo o nosso departamento de português o maior do mundo fora de Portugal e do Brasil. Tem havido muito interesse do lado das universidades chinesas na oferta do português. Creio que há 20 anos, quando se criou a RAEM, talvez houvesse na China uma ou duas universidades a oferecer o português, mas neste momento, segundo os últimos números que ouvi, penso que sejam cerca de 30 universidades. Como as duas línguas são oficiais, o português e o chinês, no direito a língua mantém-se estável. Para além do ensino de português, fazemos também investigação nessa área: em 2012 publicámos um dicionário temático de língua portuguesa com todos os temas ligados a Macau, temos tido vários doutorados e mestres, temos, desde 1994, trabalhado num programa de tradução automática português-chinês em colaboração com as engenharias e com outras universidades... O interesse pelo português tem aumentado e, nesse aspeto, tem sido fundamental a estratégia da China em reforçar o papel de Macau na ligação com os PLPs.

2) Que meios e organismos mais se destacam na sua divulgação no território?

Em Macau há a EPM, onde o ensino é em português desde o 1º até ao 12º ano, e que está ligada ao Ministério da Educação em Portugal. As pessoas que acabam a sua formação aí podem depois ir estudar para as universidades portuguesas – normalmente candidatam-se a essas, mas também temos alunos da EPM que vêm para a UM ou para outras instituições. A UM e o IPM, por exemplo, são duas instituições principais nesta área do ensino superior onde se faz o ensino do português. São instituições públicas de Macau, não tendo, portanto, qualquer financiamento por parte de Portugal – este é obtido junto do governo local. Portugal colabora na medida em que possibilita a permanência de docentes portugueses aqui na UM com vínculos ainda estabelecidos com Portugal, que são ainda docentes nas universidades do país e que estão cá com uma licença especial. Em relação a outros organismos que também ofereçam português ou que divulguem a cultura portuguesa no território temos o Consulado-Geral e o IPOR. Depois temos o IPM, a Santa Casa da Misericórdia de Macau – uma das mais antigas do mundo, creio que a única na Ásia, e que é de matriz portuguesa –, a Casa de Portugal e outras. Existe uma série de instituições quer do governo de Macau, quer ligadas a Portugal, que fazem esse trabalho. De uma forma geral, creio que a língua portuguesa seja mais difundida, estudada e divulgada nas instituições de ensino superior, na EPM, na escolas luso-chinesas, no IPOR, na Casa de Portugal e nos tribunais. Há que mencionar ainda o Fórum Macau, que tem representantes dos diversos PLPs e que realiza várias atividades ao longo do ano como, por exemplo, cursos de formação sobre Macau e a China para as pessoas que vêm desses países.

3) A quem ou a que se deve o interesse pelo português e pela cultura portuguesa na região?

Mantém-se um certo relacionamento com Macau, mas devo dizer que a maior dinâmica na divulgação cultural de que temos vindo a falar não é portuguesa. Tem sido essencialmente a China a fazê-lo, com o interesse de encontrar um objetivo principal para Macau, tendo em conta a sua história. Com certeza que há mais empresas portuguesas que agora vêm a Macau, mas algumas negociações já são feitas diretamente entre Portugal e a China e não passam por aqui. Se não fosse a China a apoiar esta diversidade de Macau não teria sido por Portugal que ela teria sobrevivido estes anos.

4) Quais os setores-chave da lusofonia na RAEM e o que é que Portugal pode fazer, em colaboração com as entidades locais, para os preservar?

Penso que seja a área jurídica a principal. Tudo o que está relacionado com tribunais, com contratos, tem, em muitos casos, de estar em língua portuguesa. Os juízes e os procuradores de Macau foram, na sua maioria, treinados pela UM, inicialmente como tradutores e só depois em direito. Uma grande parte sabe, por isso, falar português e chinês. Creio que o português seja realmente mais realçado no exercício de funções ligadas aos assuntos legais e jurídicos. Existe ainda a componente do ensino, através das instituições que referi, cujos programas ajudam a difundir bastante a língua e a cultura portuguesas. Também tem importância a Livraria Portuguesa, algumas editoras daqui de Macau que fazem a publicação de livros em língua portuguesa e ainda os meios de comunicação: jornais, rádio e TV. Para a sua preservação será relevante manterem as licenças para os portugueses que estão destacados em Macau, de modo a que essas pessoas possam permanecer no território. Este foi um sistema que foi estabelecido antes da transição e que é benéfico nesse sentido. Deve ser conservada a EPM e a ligação que tem a Portugal e ao seu Ministério da Educação, assim como a relação entre as instituições de ensino superior e as escolas, que é uma das áreas importantes em que Portugal pode manter essa presença.

5) Acredita que Macau seja um ativo estratégico na afirmação de Portugal no sistema internacional? Porquê?

É difícil de dizer, Macau sempre foi um local muito distante de Portugal. Em contrapartida, este tem estado nos últimos anos muito concentrado na Europa, em África e no Brasil. Com Macau há sempre uma certa distância... O tempo o dirá, mas creio que o envolvimento de Portugal com a RAEM se vai manter, não me parecendo, porém, que vá aumentar ou ter uma grande dinâmica no futuro.

6) Qual a importância de Macau para a China no contexto da lusofonia?

Macau pode servir como uma base de formação de português para a China, na formação de docentes chineses que depois ensinem a língua no continente. Acho que é isso que tem acontecido nos últimos tempos e acho que será essa a tendência no futuro.

7) Julga que Portugal, enquanto país europeu, lusófono, com um relacionamento único com a RPC, se tem servido de todas as suas potencialidades em Macau?

Portugal não tem aproveitado muito, nem sei se haverá capacidade para isso. O problema principal está, a meu ver, relacionado com a dimensão: Portugal e a China têm uma diferença muito grande, Portugal é um país muito pequeno e estar envolvido em tantas frentes – Europa, África, China... – é difícil. Há muitas visitas, há muitos encontros e muito intercâmbio, mas depois, quando se tenta ver resultados, não há muita coisa a assinalar.

8) Em 2049 chega ao fim o processo de retrocessão da RAEM e com ele os termos firmados na Declaração Conjunta entre os dois países. Se pudesse prever o que acontecerá nos próximos anos, o que diria sobre a herança portuguesa no território?

Nestas duas décadas, as coisas mantiveram-se e desenvolveram-se na área do português e da diversidade de Macau. No entanto, creio que nos próximos 30 anos as coisas vão mudar muito. Há uma grande pressão das políticas “Nova Rota da Seda” e “Grande Baía” na região e é esperada a sua integração no delta do Rio das Pérolas, que tem cerca de 70 milhões de pessoas. Esta integração que se vai aqui verificar e que está a ser fortemente acelerada irá provavelmente esbater a singularidade de Macau e de Hong Kong. Irão manter-se, claro, os sistemas políticos e irão respeitar-se as leis básicas de ambas durante esse período, as características de “um país, dois sistemas” permanecerão – algo que tem sido focado pelo próprio governo chinês –, mas a integração irá com certeza levar a esse esbatimento.

9) Que sugestões deixaria às autoridades portuguesas responsáveis por esta matéria?

Como eu referi, é importante a atenção para a colaboração ao nível do ensino quer básico, quer superior. As universidades, em particular, são polos cada vez mais fortes na irradiação da língua, da cultura e da tecnologia dos diversos países, pelo que faz todo o sentido manter-se e fortalecer-se estas ligações. Será relevante manter-se o reconhecimento mútuo dos programas de ensino nas instituições de Portugal e de Macau, os acordos para colaborações e projetos conjuntos entre investigadores de ambos os territórios, o trabalho diplomático que é feito na área comercial através da AICEP e na área da língua através do IPOR. Considerando a dimensão de Portugal, tentar manter as coisas como elas estão será o mais importante.

Entrevistada: Dr. Paula Costa (Docente no IPOR)

Local: Café Catedral, RAEM

Data: 08.06.2019

1) De que forma evoluiu a promoção da língua e da cultura portuguesa em Macau nos últimos anos?

Quando cheguei, em 2005, rapidamente me apercebi que todo o discurso político ia muito ao encontro da ideia da promoção de Macau através da sua especificidade face à China, da necessidade de aposta na lusofonia. Na época, confesso que fiquei com a impressão de que não passava disso, que seria porque dava jeito que assim fosse e porque promoveria o território. Ao longo dos anos, reparei, contudo, que este discurso em alguns casos se tem concretizado. Tem havido um aumento no número de cursos promovidos pelo governo – há, por exemplo, um acordo entre os Serviços da Administração e Função Pública e o IPOR –, no número de alunos, na realização de certos eventos e atividades que têm melhorado e crescido, como o Festival da Lusofonia.

2) Que meios e organismos mais se destacam na sua divulgação no território?

Penso que se possam realçar todos os institutos que fazem oferecem essa formação em português: o IPOR, o IPM, a UM, a Casa de Portugal em Macau, a secretaria do Dr. Alexis Tam... De uma forma geral, podemos apontar todas os órgãos que trabalham de modo mais ou menos direto com a língua e com a cultura portuguesas e que têm vindo a desenvolver um trabalho cada vez mais profundo.

3) A quem ou a que se deve o interesse pelo português e pela cultura portuguesa na região?

Macau sabe perfeitamente, tendo em conta o seu tamanho e o tamanho da sua economia, que manter estas particularidades é uma mais-valia, mesmo sendo apenas de fachada. O território vive do turismo e do jogo, pelo que preservar estas distintas características é ótimo. Por outro lado, os objetivos da China nas relações económicas e comerciais com os PLPs também estimulam esse interesse. A própria criação do Fórum Macau ilustra esse facto. Os interesses são sobretudo económicos e a cultura e a língua vão por arrasto. Quando converso com os meus alunos sobre isso – estamos a falar de cidadãos que são funcionários públicos, que conhecem bem a realidade –, a sua opinião é exatamente essa. O grande impulsionador é a China, movida por esses interesses.

4) Quais os setores-chave da lusofonia na RAEM e o que é que Portugal pode fazer, em colaboração com as entidades locais, para os preservar?

Apesar do português também ser língua oficial, há áreas do direito, nomeadamente na área do direito penal, onde a presença do português é quase residual. Mesmo na administração pública, que envolve órgãos governamentais e onde essa presença deveria ser mais notória, não se encontram assim tantas pessoas com quem se possa falar a língua. Não sei se Portugal poderá fazer muita coisa a esse respeito. Este é assunto de gestão interna e a China não admite a participação de terceiros nessas questões. Para negociar com a China é sempre necessário ter muito cuidado a esse nível, a sua posição é muito forte neste tipo de situações. Talvez Portugal possa promover mais a sua imagem junto da China e de Macau. Portugal conseguiu a assinatura da Declaração Conjunta Sino-Portuguesa, mas, como disse, não sei se há algo mais que esteja ao seu alcance neste particular. Pela via diplomática talvez – e até o pode já estar a fazer –, embora não ao ponto de impor a língua. Nota-se, pelas visitas oficiais realizadas, que este assunto tem recebido outra atenção. A via da aposta na cooperação cultural é mais fácil para se poder trabalhar com as instituições locais.

5) Acredita que Macau seja um ativo estratégico na afirmação de Portugal no sistema internacional? Porquê?

Creio que sim. Portugal pode tentar aproveitar essa vantagem, da mesma forma que a China pode utilizar Macau para a levar a cabo ações de charme no plano internacional.

6) Qual a importância de Macau para a China no contexto da lusofonia?

Macau é um território muito pequeno, mas a China, que planeia as coisas a longo prazo, terá pensado no que a cidade teria para oferecer de diferente. Na sua visão estratégica, terá olhado para Portugal como uma porta de entrada para a UE, terá olhado para a língua portuguesa como uma porta de entrada para África, para a América do Sul – para o Brasil, que é um gigante económico –, e, por isso, terá decidido abraçar toda esta herança cultural que aqui encontramos. A questão é que há esta dualidade: o discurso político e diplomático, que reforça a importância de Macau enquanto ponte, e a realidade, em que os países acabam por se relacionar diretamente uns com outros. A China reforça essa narrativa de que Macau opera como plataforma, mas depois acaba por contactar com outros países sem recorrer ao território. Não se vê, em termos práticos, em que é que a China usa a RAEM.

7) Julga que Portugal, enquanto país europeu, lusófono, com um relacionamento único com a RPC, se tem servido de todas as suas potencialidades em Macau?

No cômputo geral penso que não. Existe uma tentativa de dinamizar esta questão, tem havido um maior esforço e um desenvolvimento mais positivo nesse sentido, mas que nem sempre se concretiza.

8) Em 2049 chega ao fim o processo de retrocessão da RAEM e com ele os termos firmados na Declaração Conjunta entre os dois países. Se pudesse prever o que acontecerá nos próximos anos, o que diria sobre a herança portuguesa no território?

Tendo em conta a atual conjuntura e tendências, não creio que depois de 2049 essa herança vá desaparecer. Macau vive do jogo e do turismo, tenta diversificar um pouco a sua economia em pequenas coisas, mas isso é insignificante para a sua balança comercial. Provavelmente a atividade do jogo vai, mais cedo ou mais tarde, espalhar-se a outras regiões da Ásia e aí Macau poderá perder o seu nicho. Não terá armas para competir com locais onde ele se poderá instalar, como o Japão ou o Vietname, pelo que deverá manter essa herança portuguesa. Se o português permanecerá língua oficial já é mais difícil de responder. No que toca aos grandes projetos que estão a desenvolver-se na região – a Grande Baía é uma delas –, não sei se essa herança será afetada. Apesar de fazer parte deles, estes abrangem sobretudo Hong Kong, Zhuhai e Shenzhen e Macau fica um pouco à margem. Em termos práticos, talvez signifique uma presença maior de turistas.

9) Que sugestões deixaria às autoridades portuguesas responsáveis por esta matéria?

É preciso que haja mais apoio. Se queremos realmente promover a língua e a cultura portuguesas, não podemos esperar que Macau tome todas as iniciativas. Portugal também é parte interessada e o português é um ativo económico cada vez mais importante. Quando refiro apoios não significa apenas em termos monetários, mas também na organização de eventos. É importante, acima de tudo, estar mais presente.

Entrevistado: Dr. Miguel de Senna Fernandes (Presidente da APIM)

Local: Edifício Great Will, RAEM

Data: 12.06.2019

1) De que forma evoluiu a promoção da língua e da cultura portuguesa em Macau nos últimos anos?

Nestes últimos anos, tenho notado um desenvolvimento e uma apetência cada vez maior pelo aprofundamento da língua portuguesa. Há uma evolução clara dessa promoção nas escolas, universidades e noutros órgãos de Macau e da própria China.

2) Que meios e organismos mais se destacam na sua divulgação no território?

Portugal tem feito algum trabalho ao nível do ensino de português através do IPOR. O instituto tem sido um promotor com muita garra na defesa da língua portuguesa, tem feito um trabalho meritório, que tem chamado a atenção de muitos chineses. Estes chineses têm procurado também outras entidades para acederem ao português, como a EPM e o IPM. No caso do IPM, há uma consideração mais estratégica e mais cuidadosa na difusão da língua portuguesa. A título de exemplo, todos os anos o instituto organiza debates em português, concursos de declamação de poesia portuguesa, etc. São atividades que têm captado a atenção de universidades prestigiadas no interior da China.

3) A quem ou a que se deve o interesse pelo português e pela cultura portuguesa na região?

A iniciativa é nitidamente chinesa. No entanto, quem suporta a cultura portuguesa na região é a comunidade portuguesa local, que tem sido o pilar fundamental de tudo isto. As figuras portuguesas que vêm visitar Macau tecem um discurso que é absolutamente despropositado, que demonstra desconhecimento de causa. É histórico: se o conhecimento em relação a Macau já não era grande coisa, 20 anos bastaram para o desgastar mais ainda. As pessoas com responsabilidades, principalmente as envolvidas com a política externa, os decisores sobre essas questões, não podem estar afastados. É incompatível com um país que quer difundir-se, que tem estratégias muito próprias para a China.

4) Quais os setores-chave da lusofonia na RAEM e o que é que Portugal pode fazer, em colaboração com as entidades locais, para os preservar?

Para começar, o português é também língua oficial e tem de ter presença em certos setores como o jurídico. Está vinculado a alguns meios de comunicação, escolas... Por parte de Portugal não existe, no entanto, o respetivo esforço de se fazer mais para os preservar. Há uma atenção exagerada, muitas vezes com consequências contraproducentes, para as questões da Europa, África e outras. Esquece-se de que Macau, apesar de ser uma terra pequena, é um ponto estratégico que sempre aqui esteve. Um exemplo: quando há visitas da parte de Portugal a Macau são necessários intérpretes. Em tantos séculos de presença no território o país podia, por exemplo, ter criado uma escola de sinologia...

5) Acredita que Macau seja um ativo estratégico na afirmação de Portugal no sistema internacional? Porquê?

Isso nem sequer se pergunta, claro que é! Eu sou muito crítico em relação a Portugal. Apesar de manifestarmos o nosso desagrado, o nosso desalento pela sua falta de atenção, Portugal parece que teima em manter-se no mesmo registo. É Pequim que faz de Macau aquela plataforma de que hoje falamos. Esta situação tem sido assim sucessivamente. Se fosse devido a um certo tipo de governação ou orientação política seria compreensível, mas não é o caso, é uma constante. O argumento é sempre o de que não há dinheiro suficiente e que certas escolhas têm de ser feitas, optando-se por dar mais atenção aos locais onde a comunidade portuguesa está mais representada. Isso é válido, só que não vale tudo. Esta terra continua a ser relegada para um plano onde não devia estar. A presença cultural portuguesa é bem-vinda. A verdade é que se nota sempre aquela falta de atenção. É pena porque já há aqui uma certa indiferença, um desalento acumulado. Temos cá pessoas que podem servir como importantíssimo suporte para as questões de Portugal. Se perguntar a qualquer português que viva aqui, todos vão bater no mesmo ponto. Os 400 anos de Macau foram um milagre, foram diplomacia de fina flor que merece ser estudada, e durante todos estes séculos Portugal esteve sempre acomodado. Sou português de Macau e debato-me pela história do país, pelo que tenho dificuldade em entender este distanciamento.

6) Qual a importância de Macau para a China no contexto da lusofonia?

A China elegeu Macau como uma plataforma sua por alguma razão, não é uma tomada de posição desinteressada. Este investimento na língua portuguesa não é somente por causa do Brasil. Através de Portugal, a China consegue obter a simpatia de Angola, Moçambique, ter presença no Atlântico, etc. Estas questões são autêntica diplomacia cultural, com

reflexos profundos noutras áreas. A China tem sido uma campeã neste tipo de diplomacia e a plataforma Macau é um exemplo típico da abordagem que tem tido um pouco por todo o mundo.

7) Julga que Portugal, enquanto país europeu, lusófono, com um relacionamento único com a RPC, se tem servido de todas as suas potencialidades em Macau?

O nível de envolvimento de Portugal, apesar de tudo, ainda continua muito aquém. Fica-se sempre com a sensação de que poderia fazer muito mais. É irónico porque, no fundo, quem deveria ter interesse deveria ser Portugal. Parece que os pontos estão invertidos: é a China que quer o português em Macau, o que é absolutamente insólito. É certo que Portugal se expandiu – tem centros de difusão da língua e da cultura portuguesas espalhados pelo mundo, o fenómeno da emigração também ajudou... –, mas não é neste nível. Parece que quando Portugal se dirige para esta zona da Ásia entra num labirinto, não sabe por onde começar, nem por onde sair. Creio que Portugal muitas vezes se esquece da sua vocação ultramarina, universalista, refugiando-se em questões meramente regionais...

8) Em 2049 chega ao fim o processo de retrocessão da RAEM e com ele os termos firmados na Declaração Conjunta entre os dois países. Se pudesse prever o que acontecerá nos próximos anos, o que diria sobre a herança portuguesa no território?

Não tenho ideia. Depende muito da atitude de Portugal. As visitas mútuas dos presidentes dos dois países tiveram um impacto enorme para Portugal, nelas houve uma reiteração de propósitos de aproximação. É um novo ciclo que se abre nas relações luso-chinesas que Portugal não pode dar-se ao luxo de deixar cair. A China vê em Portugal interesses geopolíticos e também económicos, no sentido de poder ser uma alavanca para outros mercados. Portugal, sabendo disto, deve aproveitar. Se Portugal continuar na ignorância para com esta plataforma vai sofrer mais um revés. Neste momento, Portugal está numa situação privilegiada para influenciar a seu favor estas relações. Repare-se que todos esses países – Angola, Moçambique... – são maiores que Portugal, mas não estão no mesmo pé. A China não quer conversar com eles diretamente, quer falar com Portugal primeiro. Tudo isso faz com que Portugal esteja, apesar da sua dimensão minúscula, numa posição completamente diferente. Os chineses vão estar em toda a parte do mundo e isto é uma chamada de atenção: Portugal não pode perder o barco.

9) Que sugestões deixaria às autoridades portuguesas responsáveis por esta matéria?

Sugiro que mantenha sempre a mente aberta, que não feche as portas e que não tenha preconceitos em relação à China. Portugal não deve deixar cair Macau no esquecimento, sob pena de cometer uma negligência histórica de grandes consequências. Seria uma perda de oportunidades, já que está atualmente muito bem colocado, na sua melhor forma em termos de posicionamento internacional.

Entrevistada: Dra. Patrícia Ribeiro (Vogal da Direção do IPOR)

Local: IPOR, RAEM

Data: 13.06.2019

1) De que forma evoluiu a promoção da língua e da cultura portuguesa em Macau nos últimos anos?

Pela experiência que temos tido aqui, verificamos que especialmente nos últimos seis anos o interesse tem vindo a aumentar. Isso é visível não só no número de formandos, mas também no interesse que as instituições públicas têm demonstrado pelos cursos que nos têm solicitado. No nosso caso, a evolução que vimos mais significativa em Macau foi a nível do ensino de português para fins específicos. Temos uma grande variedade de cursos que vão desde a hotelaria e turismo, à saúde, às forças de segurança – inicialmente tínhamos cerca de seis cursos anuais para as forças de segurança e atualmente temos quase 20 – à função pública, etc. Para ter uma ideia, em 2012 tínhamos cerca de 15 ou 16 cursos específicos e neste momento temos mais de 40. Para além dos cursos gerais, pedem-nos, portanto, outros cursos e formações específicas à parte, que em muitos casos ocorrem fora do instituto. Temos, por exemplo, um curso que é dado no Centro de Difusão de Línguas da DSEJ, que se direciona para alunos que vão estudar para Portugal. De uma forma geral, têm surgido constantemente novas oportunidades e desafios – mesmo fora de Macau, em locais como a Austrália, o Vietname ou a China continental –, pelo que temos tentado responder da melhor maneira. O nosso corpo docente cresceu muito, mas 15 professores para tanta procura já começam a ser poucos. Há projetos em desenvolvimento para aumentar o quadro docente para que possamos dar resposta a essas necessidades. Noutras instituições assiste-se também a esse aumento. Há o caso do Jardim de Infância Dom José da Costa Nunes que, aproximadamente desde 2012, começou a testemunhar um *boom* no

número de crianças inscritas, sobretudo chinesas: cinco turmas passaram a 12. A ideia é a de começar desde cedo a ter contacto com a língua portuguesa e depois seguir esse percurso noutras escolas. A DSEJ também desenvolveu recentemente a criação de turmas bilingues em duas escolas... Chegou-se à conclusão de que a aposta no português deve ser maior, apesar de sempre terem sempre existido escolas luso-chinesas em Macau. Estas mudanças refletem isso.

2) Que meios e organismos mais se destacam na sua divulgação no território?

Na divulgação da cultura, destacaria a FO pelo abrangente plano de atividades anual que tem, onde procura integrar não só Portugal, mas também a China e Macau. Temos a Casa de Portugal, que tenta trazer artistas portugueses de várias áreas ao território. O Fórum Macau tem sido também um mecanismo importante nesse estreitar de relações através, entre muitas outras atividades, da promoção da semana cultural e da lusofonia na cidade. O governo de Macau tem procurado sempre trazer, dentro dos festivais que organiza, artistas de Portugal. Este ano é muito marcante nesse aspeto, têm sido vários os momentos que assinalam as relações luso-chinesas. O consulado, com o nosso apoio, com o apoio da Casa de Portugal e da FO, destaca-se através da organização do evento “Junho, Mês de Portugal”. O Clube Militar tem trabalhado muito na divulgação da gastronomia portuguesa, na organização de exposições anuais de artistas portugueses ou oriundos de outros PLPs. A Fundação Rui Cunha tem tido um bom desempenho a nível local, apesar de também de trazer pessoas de fora. Em termos de língua, temos a EPM e no ensino superior a UM, o IPM e a Universidade de S. José, que são as universidades que têm licenciaturas, mestrados e doutoramentos relacionados com o português e que têm apostado muito na disseminação da língua.

3) A quem ou a que se deve o interesse pelo português e pela cultura portuguesa na região?

A mensagem que vem do governo central tem impulsionado este interesse. Neste momento, como todos sabemos, a China está a fazer uma forte aposta em Portugal e refere mesmo que a língua é importante. Este aspeto está patente na evolução que se tem registado na quantidade de universidades da China a oferecer cursos, licenciaturas e mestrados em português nos dias de hoje. A questão dos vistos *gold*, do interesse das relações económicas, tem também impulsionado esta procura. A China deu o mote, mas em Macau

denota-se já um interesse por parte do próprio governo. Tem havido um estreitar de relações das entidades locais com o IPOR, por exemplo, através dos pedidos de formação que nos têm dirigido.

4) Quais os setores-chave da lusofonia na RAEM e o que é que Portugal pode fazer, em colaboração com as entidades locais, para os preservar?

No direito é evidente, ocupa uma grande fatia dessa presença. Na função pública as informações estão escritas nas duas línguas, nos serviços encontramos várias pessoas que falam português ou que, pelo menos, percebem a língua. Há a vertente do ensino também... Portugal está a fazer, juntamente com o governo de Macau, uma série de projetos bastantes interessantes, em que têm sido assinados protocolos com universidades portuguesas, como a Universidade do Porto e a Universidade de Coimbra. Este ano foi assinado também um projeto que envolve escolas primárias de Macau e de Portugal, com o objetivo de se partilharem as suas experiências na aprendizagem da língua portuguesa e da língua chinesa e está até pensada a possibilidade dos alunos de Macau visitarem Portugal e vice-versa. Existe, portanto, uma grande aposta tanto da parte de Portugal, como da parte de Macau.

5) Acredita que Macau seja um ativo estratégico na afirmação de Portugal no sistema internacional? Porquê?

Penso que sim e está patente nas políticas que se têm vindo a desenvolver. Tem sido muito promovido o seu papel enquanto ponte estratégica entre Portugal, a China e os outros PLPs. Com o aumento das relações económicas e comerciais entre esses atores, a RAEM reúne várias condições para poder vir a ser uma mais-valia nessa afirmação.

6) Qual a importância de Macau para a China no contexto da lusofonia?

Macau tem um *know how* muito maior do que aquele que existe na restante China. No âmbito da educação, por exemplo, existe uma grande procura de professores de português para ir para o continente exercer atividades de ensino e existem também muitos chineses formados que foram para Portugal e que, entretanto, já voltaram à China. Macau tem muito mais história e conhecimento nesta matéria, tem mais mecanismos abertos com Portugal, por isso é lógico que se recorra a este território. Os professores que vêm da China para Macau dizem-nos que é um privilégio aqui estar, porque têm acesso a um conjunto de materiais autênticos que não está disponível na China. Eles podem ir com os alunos para a

rua e trabalhar a partir daí, podem aceder a jornais, à rádio e à televisão em língua portuguesa, podem visitar bibliotecas equipadas com mais livros na língua... Existe todo um conjunto de ferramentas que podem utilizar no ensino.

7) Julga que Portugal, enquanto país europeu, lusófono, com um relacionamento único com a RPC, se tem servido de todas as suas potencialidades em Macau?

Pode-se sempre fazer mais. Todas estas coisas têm de ser pesadas e têm de se salvaguardar algumas questões. Penso que esse trabalho está a ser feito aos poucos, despertou-se ainda muito recentemente para este assunto. Neste momento, há muita recetividade de Portugal em relação à China e a tudo o que vem de lá.

8) Em 2049 chega ao fim o processo de retrocesso da RAEM e com ele os termos firmados na Declaração Conjunta entre os dois países. Se pudesse prever o que acontecerá nos próximos anos, o que diria sobre a herança portuguesa no território?

Macau tem muito de português e muito de chinês, aqui dá-se uma fusão de culturas e é isso que torna a cidade tão particular. Penso que vão querer preservar esse aspeto. As ruas vão continuar a estar nas duas línguas, vamos continuar a ver a calçada portuguesa e os edifícios como estão... É o que a distingue de todos os outros sítios. Nos restantes níveis não lhe consigo dizer, ainda não existem, que se saiba, projetos para o período pós-retrocesso. Nos últimos anos, temos visto que a China tem assumido mais a gestão da RAEM e isso vai-se fazendo sentir lentamente. Temos de tomar atenção aos pequenos sinais que nos vão chegando: na escolha do próximo chefe do executivo, na segurança do território, entre outros. As coisas não serão iguais, apesar de achar que eles vão querer manter essa marcas da presença portuguesa aqui – ou não seria Macau.

9) Que sugestões deixaria às autoridades portuguesas responsáveis por esta matéria?

O que tenho verificado por parte das autoridades portuguesas e dos vários representantes que passam por cá é que todos eles já tiveram uma ligação a Macau algures na vida. No entanto, estamos muito longe e as coisas são vividas no momento e depois esquecidas. O que sinto é que deveria haver, apesar de tudo, mais atenção em relação ao que se está a passar aqui, não apenas cá vir de vez em quando. Os assuntos são falados, mas depois muitas vezes não se concretizam. Mesmo a própria comunidade e as várias associações portuguesas locais sentem isso. Há visitas que ficam sem efeito ou que se prolongam muito

no tempo até darem resultados. Aí deveria talvez haver uma maior continuidade. É frequente recebermos visitas dessas entidades em Macau e elas ficam admiradas com a realidade de cá, nem sempre existe a noção do trabalho que se faz e da dimensão que a cultura portuguesa tem na RAEM.

Entrevistado: Dr. Manuel Peres Machado (Presidente da EPM)

Local: EPM, RAEM

Data: 14.06.2019

1) De que forma evoluiu a promoção da língua e da cultura portuguesa em Macau nos últimos anos?

Vou falar-lhe mais daquilo que acontece dentro da EPM que, de alguma maneira, será um reflexo do que se passa lá fora. A procura desta escola por alunos de língua materna não portuguesa, nomeadamente chinesa, tem vindo a crescer muito significativamente desde há seis anos. O melhor exemplo é este: no próximo ano letivo a taxa de alunos chineses será de 75%, no ano passado foi de 66% e há dois anos cerca de 40%. Tem havido uma procura muito relevante. Isto pode ser lido de várias maneiras, mas é uma prova de que o nosso projeto educativo interessa aos agregados familiares e de que estes são cada vez mais atraídos pela língua e cultura portuguesas.

2) Que meios e organismos mais se destacam na sua divulgação no território?

Há um interesse das autoridades locais sobretudo na divulgação da língua e este é sempre motivador para as famílias que estão mais atentas. Aliás, há uma aposta da própria China na aprendizagem e no ensino do português que se reflete nessas escolhas e em nós. Existem inúmeras atividades em língua portuguesa que ocorrem todos os dias em Macau. É uma cidade pequena, mas rica em acontecimentos em português. Estes são vistos por quem cá vive e contribuem também para essa aproximação. Existem ainda outras instituições que lecionam português, ou em português, ao nível do ensino superior. É o caso da Universidade de S. José, que faz parte da Universidade Católica portuguesa, da UM e do IPM. Enfim, há vários polos que contribuem para esse trabalho de divulgação.

3) A quem ou a que se deve o interesse pelo português e pela cultura portuguesa na região?

Pequim apoia, mas não quer dizer que tudo tenha origem aí. Existe uma forte aposta do governo local nessa transmissão, em particular por parte do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura. Desde que assumiu funções, o Dr. Alexis Tam tem feito um trabalho notável no que diz respeito ao apoio e ao desenvolvimento da divulgação da língua e cultura portuguesas em Macau. Portanto, há um apoio de Pequim, mas há também um interesse real por parte das autoridades da RAEM.

4) Quais os setores-chave da lusofonia na RAEM e o que é que Portugal pode fazer, em colaboração com as entidades locais, para os preservar?

É uma pergunta difícil, que foge um pouco do âmbito do meu trabalho... Os meios de comunicação são muito importantes a esse nível. Tenho de confessar que, num território desta dimensão e com um número de portugueses tão reduzido, ter três jornais diários e dois jornais semanários é uma tarefa louvável. Mantê-los para um público tão pequeno não é fácil. Claro que os órgãos de comunicação em língua portuguesa existem porque também têm o apoio das autoridades de Macau. É muito importante os jornalistas manterem o seu interesse por Macau, publicarem com seriedade e continuarem a ser apoiados pelo governo local. Obviamente que para tudo o que é português e que se passa de fora de Portugal é também essencial o apoio das autoridades portuguesas, pese embora a distância.

5) Acredita que Macau seja um ativo estratégico na afirmação de Portugal no sistema internacional? Porquê?

Portugal tem uma cultura e uma história muito antigas, não tem expressão quantitativa, mas tem-na em termos qualitativos. Estamos em Macau há 500 anos, temos relações com os chineses há 500 anos e nunca fizemos guerra com eles – ao contrário de muito outros países que aqui estiveram e quiseram sempre dominar. Para os chineses, 500 anos é já um período significativo que lhes permite saber como é que somos e como funcionamos. Penso que para os portugueses também o seja. Há 20 anos que a administração de Macau passou para a RPC e os portugueses mantêm-se aqui a exercer as suas funções, a EPM está aqui e é apoiada pelas autoridades de Macau. Portanto, os portugueses trabalham, vivem, colaboram e contribuem para o desenvolvimento e manutenção da cidade. Aliás, Macau tem características muito próprias, que resultam do facto de ter sido criada em conjunto por

portugueses e chineses, tem uma identidade muito própria. Independentemente das questões políticas, este facto mantém-se: o estar aqui, o continuar a estar aqui e as relações que os portugueses têm com os chineses e vice-versa em Macau. Este aspeto é importantíssimo para nós, que aqui vivemos, tenho a certeza que é importantíssimo para Macau e é igualmente muito importante para a China e para Portugal.

6) Qual a importância de Macau para a China no contexto da lusofonia?

Continua a ser importante porque Macau tem uma cultura própria e dela fazem parte os portugueses. Há aqui um encontro de culturas e um crescimento da própria urbe, que é o resultado dessa fusão. Dada a relação que existe entre Portugal e a China e que existiu sempre em Macau, o território pode funcionar como uma ponte entre a China e os PLPs. Tem uma identidade a partir da qual os portugueses podem agir como elo para a abertura de rotas entre diferentes agentes. Através das nossas relações históricas com muitos países do mundo, conseguimos chegar a sítios onde outros não conseguem ou onde lhes é mais difícil chegar. Portugal é um país pequeno em tamanho e em habitantes, mas é um país com muita história, com muitas ex-colónias com as quais se dá muito bem. Neste sentido, pode ajudar a abrir portas a quem lida connosco, a outras civilizações que queiram entrar em contacto com esses países com quem temos um passado comum.

7) Julga que Portugal, enquanto país europeu, lusófono, com um relacionamento único com a RPC, se tem servido de todas as suas potencialidades em Macau?

Durante a minha permanência cá, tenho notado um maior fluxo de visitas a Macau por parte de responsáveis de vários setores em Portugal. Falo, por exemplo, de pessoas ligadas ao direito, à restauração, à produção de vinho, ao ensino, etc. Noto que as relações têm vindo a aumentar quantitativa e, julgo que também, qualitativamente. Penso que é muito bom, é benéfico para muitas empresas portuguesas e para a educação. Macau é muito visitado, já vieram vários responsáveis do governo aqui à escola: muitos secretários de estado, ministros, primeiros-ministros e presidentes.

8) Em 2049 chega ao fim o processo de retrocessão da RAEM e com ele os termos firmados na Declaração Conjunta entre os dois países. Se pudesse prever o que acontecerá nos próximos anos, o que diria sobre a herança portuguesa no território?

A cultura portuguesa, nas suas várias vertentes, penso que é algo que se irá manter aqui em Macau. Contudo, não nos podemos esquecer que Macau faz parte da grande China. É claro que, ao longo do tempo, se fará sentir cada vez mais a marca da cultura chinesa, com o passar do tempo esta virá a sobrepor-se a todas as outras. O país está todo a desenvolver-se aqui ao lado, está a criar a “Grande Baía”, sendo lógico que Macau vá ser englobado e absorvido. Não acredito, porém, que isto indique a extinção da herança portuguesa. Não vejo porque poderá ser posta em causa a religião, a gastronomia, a EPM... Há perspetivas para tudo isto continuar, não vejo um futuro pessimista nesse sentido.

9) Que sugestões deixaria às autoridades portuguesas responsáveis por esta matéria?

Sugiro que estejam sempre atentas àquilo que acontece e que se inteirem mais de certos dossiês. Às vezes sinto que algumas pessoas veem Macau à luz daquilo que se passa em Portugal e não no contexto real em que o território existe. Por vezes fala-se, ou até se decide, sem se ter conhecimento do que é a vivência aqui em Macau, das contingências e delicadezas dessa vivência e daquilo que tem de ser acautelado. Tem de se conhecer a cultura oriental – é o que digo aos colegas novos que cá chegam, por forma a evitar lapsos que podem depois ter consequências menos agradáveis. Deveria haver assessorias constantes para as pessoas se informarem destes assuntos. Esta é uma realidade diferente e às vezes reage-se como se estivéssemos no ocidente, na UE, esquecendo-se que as questões não funcionam da mesma forma. O tempo aqui tem outra dimensão, só isso implica logo uma estratégia completamente diferente.

Entrevistado: Dr. José Pereira Coutinho (Deputado na Assembleia Legislativa, Presidente da ATFPM)

Local: Associação dos Trabalhadores da Função Pública de Macau, RAEM

Data: 17.06.2019

1) De que forma evoluiu a promoção da língua e da cultura portuguesa em Macau nos últimos anos?

A língua portuguesa, quer em termos políticos, quer em termos educativos, está a ter uma implantação cada vez maior dentro da sociedade. Nas escolas secundárias, no IPOR, nas universidades há uma atenção crescente para essa questão. As próprias pessoas, por

motivos diversos, querem cada vez mais aprender português. Contudo, a situação do governo de Macau é diferente. Aparentemente, no seu discurso oficial, tem grande estima e consideração pelas comunidades portuguesas de Macau e da China – há deslocações a Portugal e a outros PLPs –, mas a realidade dentro da função pública não funciona nesse sentido. Há cada vez menos portugueses, menos chefias e diretores de serviços. Cada vez que sai um desses elementos, é menos um macaense ou português na função pública. Ainda recentemente despediram dois juristas que estavam a trabalhar em Macau há mais de 20 anos na Assembleia Legislativa, o que gerou um grande escândalo e uma forte contestação por parte da comunidade portuguesa. Entretanto, o processo foi revisto e voltaram já a contratar mais dois, estando prevista a contratação de um terceiro. Na prática, quando se quer ver quais são os objetivos concretizados e as metas atingidas na implementação da língua portuguesa, é uma lástima.

2) Que meios e organismos mais se destacam na sua divulgação no território?

O governo local, através do secretário da DSEJ, tem feito um trabalho meritório através da UM, da Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau, da Universidade Cidade de Macau... Em certa medida também o IPOR, embora este esteja a diminuir as vagas de intérpretes-tradutores ano após ano. Estou à espera dos dados oficiais para confirmar essa situação, mas não há dúvidas, de acordo com as informações que tenho. Isso é grave porque significa que não estão a acompanhar a política de plataforma entre a China e os PLPs. Por outro lado, há o Fórum Macau, que vai transformar-se numa direção de serviços e que vai precisar de muita gente bilingue para poder dar seguimento às políticas chinesas para Macau. No entanto, para já o seu papel ao nível de divulgação cultural tem sido muito fraco, o seu gabinete tem poucas pessoas e o seu orçamento é extremamente reduzido.

3) A quem ou a que se deve o interesse pelo português e pela cultura portuguesa na região?

A aposta é do governo central, não há dúvida. Foi por indicação do governo central que foi criado o Fórum Macau, foi a sua persistência que fez com que o governo de Macau prestasse maior atenção aos PLPs. O governo local foi sempre muito passivo neste assunto.

4) Quais os setores-chave da lusofonia na RAEM e o que é que Portugal pode fazer, em colaboração com as entidades locais, para os preservar?

Seria no direito e serviços públicos, mas se for a qualquer serviço vê que não há um funcionário ao balcão que domine o português, falam todos em inglês. Alguns serviços públicos têm como língua de intercomunicação interna o inglês. Muitas vezes, quando há reuniões de trabalho, o expediente é em chinês e não tem uma versão em português. Isto faz com que muitos desses portugueses sejam colocados de lado por não saberem chinês, não obstante o facto de serem técnicos muito reputados e profissionais nas suas áreas. É o que está a acontecer neste momento. Na Assembleia Legislativa tenho travado uma grande luta para que haja sempre tradução simultânea nos plenários e nas comissões e para que toda a documentação esteja escrita em ambas as línguas. É aceitável e é um modelo para os outros serviços.

5) Acredita que Macau seja um ativo estratégico na afirmação de Portugal no sistema internacional? Porquê?

Muito. A cidade tem recursos humanos e financeiros que poderiam muito bem ser utilizados pelo país como uma estratégia para penetração no grande mercado da China. Portugal andou a “dormir na forma” durante os primeiros 20 anos da RAEM. É uma pena, é muito desaproveitado. Os portugueses são muito bem-vindos em Macau, há uma legislação especial que permite que eles fiquem logo cá com residência permanente se tiverem um contrato de trabalho, o que não é possível com outras nacionalidades.

6) Qual a importância de Macau para a China no contexto da lusofonia?

A China não precisa de Macau. Nos anos 60, a China já estava em África. O que está a fazer é dar mais uma oportunidade a Macau para que não seja uma cidade tão dependente dos casinos – todas as atividades económicas que circulam, que existem cá, como os hotéis, as lojas, os táxis, estão dependentes dos casinos. A RPC compreende que isto é negativo e então procura aproveitar a relação de amizade de Macau com os PLPs. É uma jogada de apoio da China à RAEM, não é uma iniciativa do território.

7) Julga que Portugal, enquanto país europeu, lusófono, com um relacionamento único com a RPC, se tem servido de todas as suas potencialidades em Macau?

Portugal está a subaproveitar Macau. O Fórum Macau, por exemplo, foi criado em 2003 e Portugal nunca nomeou o seu delegado. É um desleixo... Macau está cheio de oportunidades para os portugueses que dominem várias línguas e que queiram vir para cá.

8) Em 2049 chega ao fim o processo de retrocessão da RAEM e com ele os termos firmados na Declaração Conjunta entre os dois países. Se pudesse prever o que acontecerá nos próximos anos, o que diria sobre a herança portuguesa no território?

Não estou preocupado com isso. Quando chegar a devida altura os termos vão ser prolongados ou será arranjada outra solução. Não é uma data que meta medo.

9) Que sugestões deixaria às autoridades portuguesas responsáveis por esta matéria?

Que venham mais vezes a Macau, que aproveitem os seus recursos humanos válidos para ajudar Portugal. As autoridades portuguesas podem ir a Pequim, mas também têm de vir à RAEM.

Entrevistado: Dr. Jorge Rangel (Presidente do IIM)

Local: Palácio da Independência, Lisboa

Data: 03.07.2019

1) De que forma evoluiu a promoção da língua e da cultura portuguesa em Macau nos últimos anos?

No período que imediatamente se seguiu à criação da RAEM, fez-se um esforço muito grande para a dinamização da língua e cultura portuguesas no território, para a sua integração no sistema de ensino, embora a sua rejeição tenha sido uma constante. Lutava-se para manter algo que não era apenas do interesse de Portugal, mas que tinha também a ver com Macau, com a sua identidade e a sua individualidade, e que tinha a ver com o futuro. Mesmo o esforço para fazer com que Macau fosse classificado como património mundial tinha décadas e a UNESCO não o aprovava. Curiosamente, após a transição é a China que faz saber à UNESCO que, tendo várias propostas suas para apreciação, não queria que estas avançassem sem a de Macau. Não queria que fossem os portugueses a fazer esta proposta, queria ser ela a assumir isso. Na questão da língua, apesar de todo o esforço que a China tem feito internamente – a ponto de hoje existirem algumas dezenas de universidades a ensinar português e do seu rápido crescimento –, em Macau o governo local não foi até então capaz de fazer com que nas escolas chinesas se ensinasse mais português. Portanto, uma coisa é a intenção e outra coisa é a realidade: às vezes há um

abismo. É o que está a acontecer, apesar de todas as promessas e de todo o discurso político positivo nesse sentido. Há, no entanto, uma consciência nova, há muita gente de Macau que percebeu que é importante aprender português e há melhores condições para a língua poder desenvolver-se muito mais rápido. Claro que há o pecado original do português não ser falado pela generalidade da população, mas isso também tem uma explicação histórica: Portugal teve uma soberania muito de presença e não *de facto*. Era necessário ter havido um grande consenso entre as partes e nem sempre o diálogo com a China foi fácil. O país passou por grandes convulsões políticas, não havia estabilidade, os meios não existiam e as carências eram enormes. O mesmo se pode dizer do lado português. As pessoas chegam a dizer que em Macau ninguém fala português, o que não é verdade. É preciso lembrar que a população da cidade cresceu imenso com gente que veio de fora. Se se começar a procurar, vemos que há imensos funcionários públicos que falam português, há polícias, bombeiros, jovens...

2) Que meios e organismos mais se destacam na sua divulgação no território?

A EPM é considerada um instrumento fundamental para a RAEM não só porque permite que os portugueses tenham acesso a um ensino regular, mas também porque permite realizar um dos preceitos da Lei Básica de Macau, que faz do português língua oficial no território. Está previsto um novo núcleo da EPM que irá possibilitar o seu crescimento e o governo já faz saber que quer que ela se desenvolva a outros níveis também, que preste outros serviços que tenham cursos de língua. Por isso, mais relevante se tornará, sobretudo se ganhar essa dimensão que sempre defendi que tivesse: que para além de escola curricular, seja também uma escola preparada para fazer um conjunto de ações complementares no interesse da RAEM e da difusão da língua portuguesa, preparada para fazer parcerias com o IPOR em áreas de intervenção variadas. A outra, evidentemente que é o IPOR. A Casa de Portugal pode também ser considerada. Esta tem a sua Escola de Artes e Ofícios em que dá muitos cursos em língua portuguesa sobre as mais diversas matérias. Como identidade de Macau pode colaborar de múltiplas maneiras, assim como muitas outras associações: a Associação dos Aposentados, Reformados e Pensionistas de Macau, que tem uma massa de gente que fala português, a ATFPM, a Associação dos Macaenses. Convém também não esquecer os Serviços de Educação de Macau que, apesar de ser uma entidade oficial do governo da RAEM para a área do ensino, tem também oferta de português nas escolas luso-chinesas e também cursos de língua portuguesa nos seus centros

de formação para adultos. Diria, no entanto, que as duas identidades principais são a EPM e o IPOR.

3) A quem ou a que se deve o interesse pelo português e pela cultura portuguesa na região?

A China tem feito uma aposta forte, o IPOR faz o que pode, vai até ao limite da sua capacidade, a EPM ganhou uma dinâmica nova – agora mais ainda com a saída da FO, o governo de Macau entrou de forma muito mais descomplexada no apoio à escola. Creio que pelo menos a vontade política existe, isso é fundamental assinalar. É preciso conseguir que as escolas chinesas entendam isto e que alguém assuma a liderança num processo como este e que não deixe estas coisas eternizar-se. Sabendo que há um enquadramento político nacional e oficial chinês que é favorável a qualquer decisão neste domínio, é preciso que o governo de Macau esteja bem apetrechado para poder assumir essa responsabilidade e criar os meios, as condições e os apoios para que tal avance depressa.

4) Quais os setores-chave da lusofonia na RAEM e o que é que Portugal pode fazer, em colaboração com as entidades locais, para os preservar?

Há a importante componente do ensino, por exemplo. Da parte da UM, o Professor Rui Martins tem sido um pilar fundamental na manutenção de uma ligação continuada com a Associação das Universidades de Língua Portuguesa, tem tido um papel interventor muito grande na ligação aos politécnicos portugueses e a instituições científicas. Creio que é através da intervenção de muitas entidades que isso pode ser feito. Para tal, tem de haver uma política, uma liderança, e quem as define são os organismos oficiais. Portanto, tem de ser aqui o Ministério da Educação e, eventualmente, o Ministério do Ensino Superior a olhar para Macau de uma maneira especial, continuar a aceitar estudantes de Macau, continuar a oferecer bolsas de estudo... Havendo abertura por parte do governo da RAEM e havendo um interesse genuíno da China, é possível ir mais longe. Nesse sentido, é necessário fazer com que os dirigentes de Macau, a todos os níveis, entendam o que é que politicamente está aqui em causa – o que por vezes não acontece. Além disso, há uma prática que é diferente daquela que tínhamos no tempo da administração portuguesa. Há um certo desfasamento entre aquilo que é a vontade política e a capacidade ou vontade de quem executa, pelo que é necessária uma cooperação muito mais estreita. Em vez de se

estar sempre a apontar o dedo, temos nós de colaborar, de ter paciência para falar com as pessoas e lhes explicarmos certas questões.

5) Acredita que Macau seja um ativo estratégico na afirmação de Portugal no sistema internacional? Porquê?

Se falar com vários luso-descendentes, macaenses, verá que eles lhe dirão que a sua pátria é Portugal, mesmo que nunca tenham visitado o país ou que não falem português. A sua referência é a bandeira, o hino nacional, o 10 de junho. São coisas que ficam na memória do nosso sentimento em relação à pátria. Depois há a mátria, que é a nossa ligação à terra, à mãe, a via materna é o local, são as pessoas daqui. Apesar de Macau ser a nossa mátria, a pátria nunca foi a China, foi sempre Portugal. É algo notável, não vemos nenhum povo que tenha conseguido tal coisa e Portugal não percebe isto. Foram 500 anos! Mais de metade da nossa história foi feita no mundo e ao fazermos o percurso ao contrário não podemos desperdiçar nem ignorar aquilo que foi a nossa presença aí.

6) Qual a importância de Macau para a China no contexto da lusofonia?

A China podia ter absorvido Macau, mas percebeu, com toda a sua lucidez e pragmatismo, que só lhe interessava a sua existência se se mantivessem as condições de afirmação da sua economia e da sua individualidade. Daí que, pouco tempo depois da criação da RAEM, deu o sinal de que Macau teria de cumprir o seu papel de plataforma de cooperação. Um dos protocolos recentemente assinados com o Sr. Presidente Xi Jinping vem dar ao Centro Científico e Cultural de Macau uma dimensão nova como interlocutor em muitas áreas nas relações culturais e científicas com a China. Do nosso lado o que é que se fez? Ainda estamos à espera e já se passaram meses.

7) Julga que Portugal, enquanto país europeu, lusófono, com um relacionamento único com a RPC, se tem servido de todas as suas potencialidades em Macau?

Ao olhar para Macau, Portugal devia exaltar muito mais a forma como aí esteve presente e como conduziu o processo de transição. Ao fazer-se um balanço de conjunto, podemos dizer que o país saiu com uma enorme dignidade e que ficaram criadas as condições para uma permanência pela via cultural. Há uma grande quantidade de coisas que é possível fazer...

8) Em 2049 chega ao fim o processo de retrocessão da RAEM e com ele os termos firmados na Declaração Conjunta entre os dois países. Se pudesse prever o que acontecerá nos próximos anos, o que diria sobre a herança portuguesa no território?

O acordo assinado entre os dois países é de 50 anos, período que significa a necessidade de tranquilizar uma geração e os seus filhos. A transição podia ter acontecido em 10 anos, cinco anos ou até no dia seguinte, com todas as dores que isso pudesse implicar, mas não aconteceu. Este período é o tempo suficiente para a China se transformar e para as pessoas de Macau se adaptarem a uma mudança progressiva. Nada tem sido feito de improviso, está tudo muito claro. Vai depender da evolução da China, ainda só se passaram 20 anos. Se a China evoluir da forma que todos desejamos, penso que as coisas irão correr bem. A China perceberá que lhe interessará no futuro manter estas antenas todas ligadas ao mundo de outra maneira e respeitando todo o passado deste território. Poderá haver um grau de autonomia que terá de ser definido entretanto. Se evoluir no sentido negativo – cujo cenário não podemos por de parte, a China é um mundo de interrogações para as quais não temos as respostas todas –, as coisas poderão correr mal. Portanto, vamos observando atentamente ao longo da próxima década esse percurso. Sou bastante otimista em relação a Macau, não sou tão otimista em relação à China por achar que esta tem de vencer alguns desafios internos. Na RAEM existe uma sociedade civil boa, forte, estruturada, interventora, ainda de matriz portuguesa, muito ativa, pelo que creio que existam pessoas e instituições preparadas para continuar a fazer uma afirmação dessa presença e preservar a própria comunidade de Macau.

9) Que sugestões deixaria às autoridades portuguesas responsáveis por esta matéria?

Antes de mais, temos de ter políticas públicas claras e consistentes, que não podem ser apenas enunciados de intenções. Temos de ter um plano realista para as executar. Se nos ficarmos pelo plano das intenções não chegamos nunca à concretização. Eu vejo isso acontecer, não só nesta área, mas em tantas outras de ação legislativa: faltam políticas coerentes. A busca de consenso é fundamental. Em relação às políticas com a China, creio que temos um maior interesse nesta altura em termos a China muito próxima de nós no âmbito dos investimentos, precisamos de dinheiro, mas temos também de saber como tirar proveito disso. Ao ver que China está muito interessada na língua portuguesa, a minha recomendação aos meus conterrâneos de Macau é essa. Para além daquilo que interessa à RPC, temos de saber também quais são os nossos interesses e como conjugá-los. Eles

querem, mas nós também queremos, embora, se calhar, com visões diferentes. É isso que Portugal também de fazer: tem de saber quais são os seus interesses. Temos de exportar mais para a China e ganhar uma presença económica mais sólida, temos de dialogar muito mais com eles e mostrar a nossa disponibilidade para colaborar. Essa colaboração pode ser feita através das nossas universidades para formar intérpretes-tradutores, jovens diplomatas chineses. Temos de estar muito mais abertos para perceber a dinâmica de tudo isto e tirar proveito de uma ligação que é fundamental. Mesmo no domínio das questões internas da China podemos dar um contributo positivo, conversar de forma descomplexada.

ANEXO C

Lista de figuras

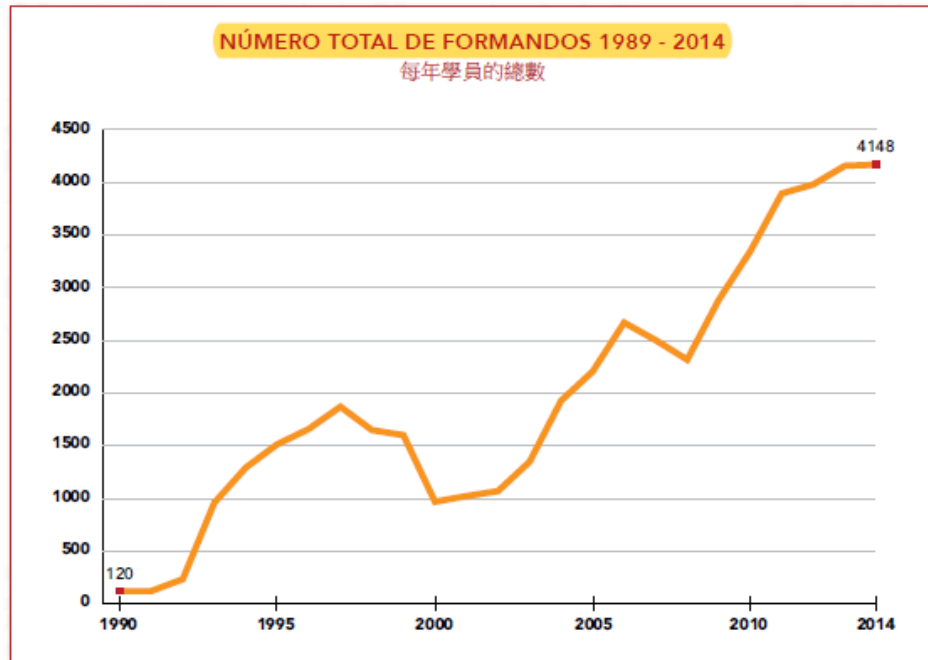


Gráfico 1. Número total de formandos do IPOR entre os anos de 1989 e 2014.
Fonte: <http://ipor.mo/wp-content/uploads/2013/04/Expo-25anos.pdf>

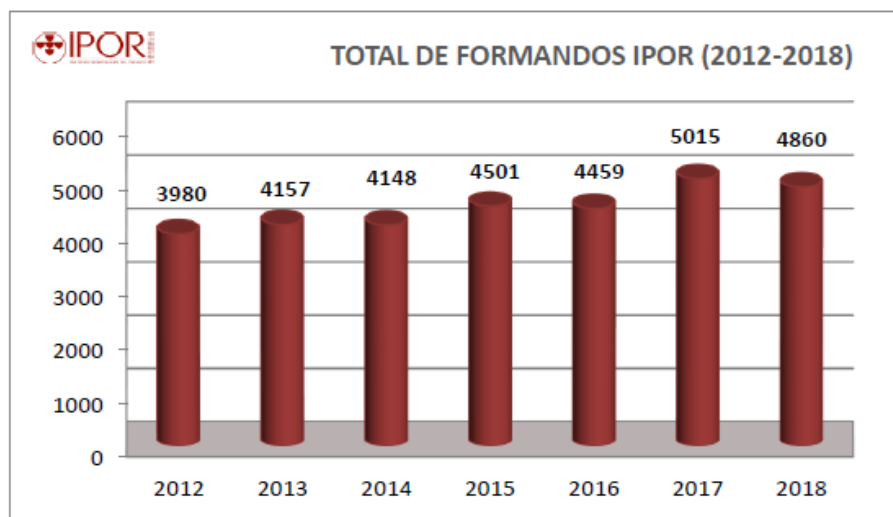


Gráfico 2. Número total de formandos do IPOR entre os anos de 2012 e 2018.
Fonte: IPOR. Dados não publicados.

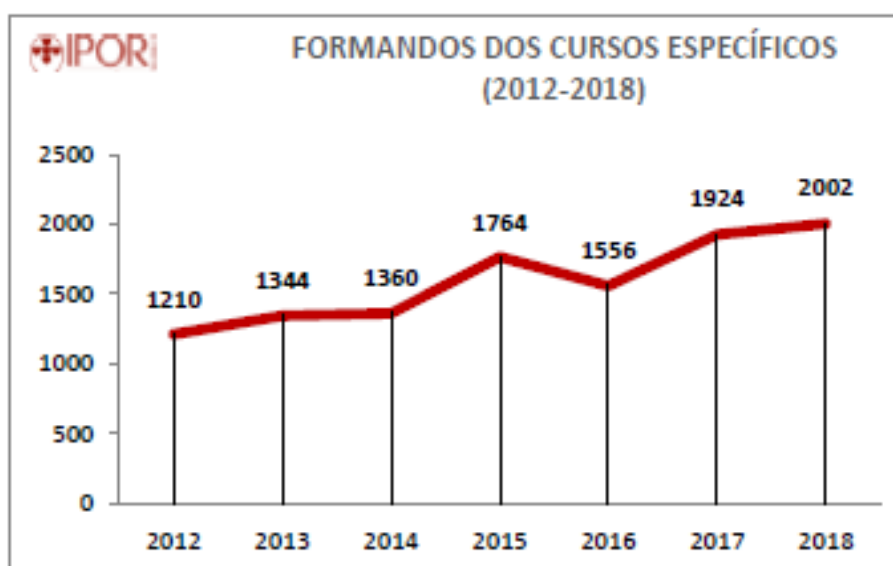


Gráfico 3. Número total de formandos dos cursos específicos entre os anos de 2012 e 2018.
Fonte: IPOR. Dados não publicados.

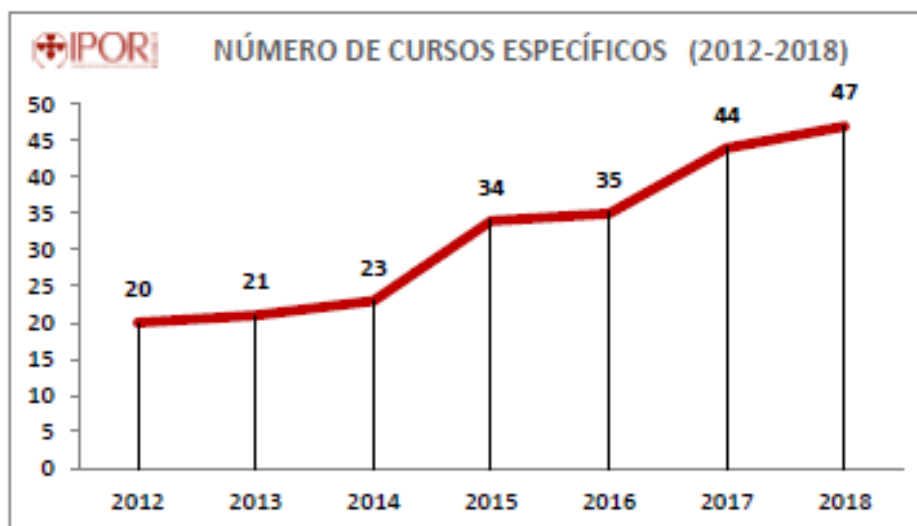


Gráfico 4. Número de cursos específicos ministrados pelo IPOR entre os anos de 2012 e 2018.
Fonte: IPOR. Dados não publicados.

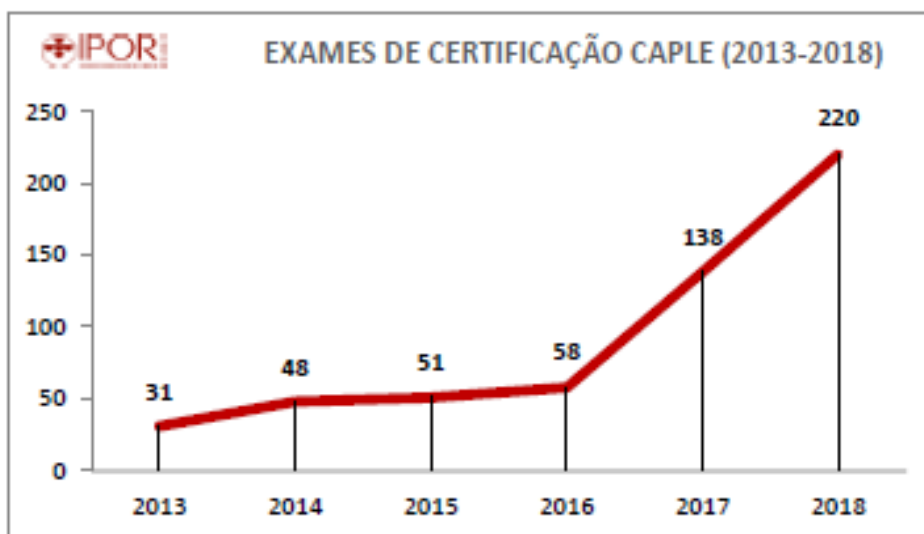


Gráfico 5. Número total de exames de certificação CAPLE realizados no IPOR.
Fonte: IPOR. Dados não publicados.

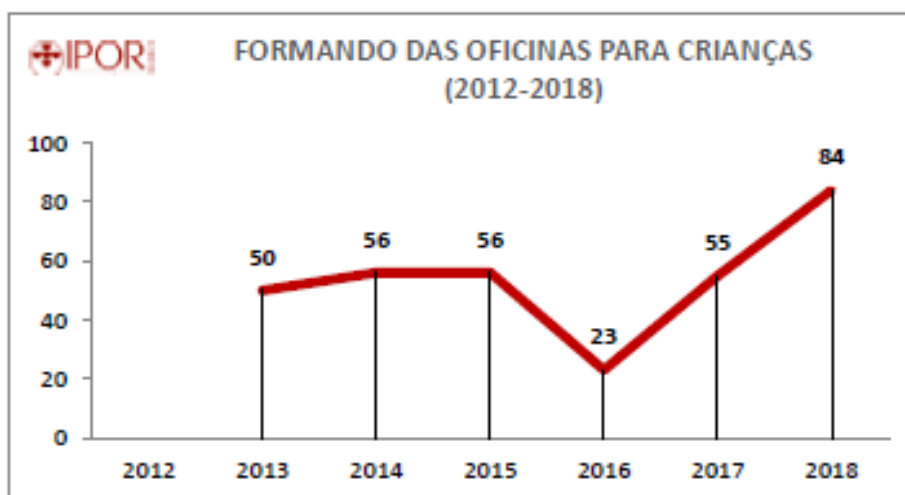


Gráfico 6. Número total de formandos dos cursos para crianças e jovens entre 2012 e 2018.
Fonte: IPOR. Dados não publicados.

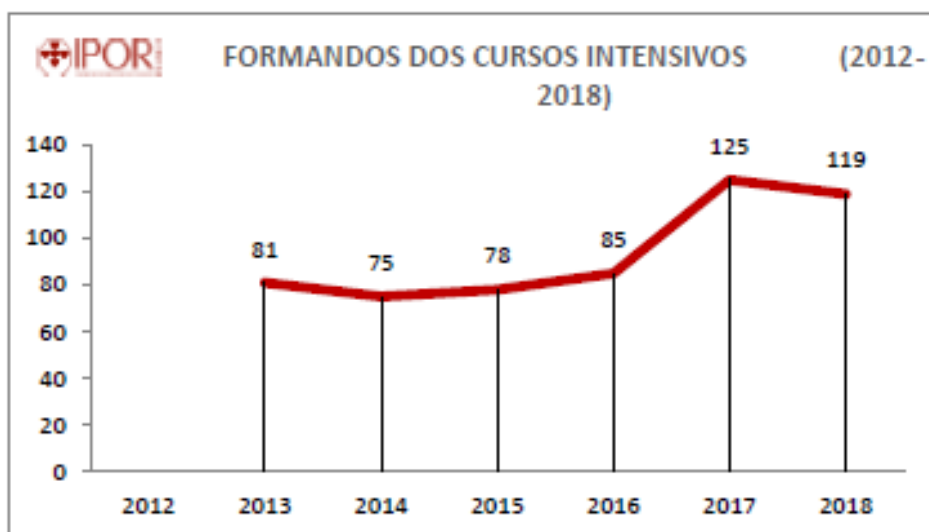


Gráfico 7. Número total de formandos dos cursos intensivos entre os anos de 2012 e 2018.
Fonte: IPOR. Dados não publicados.

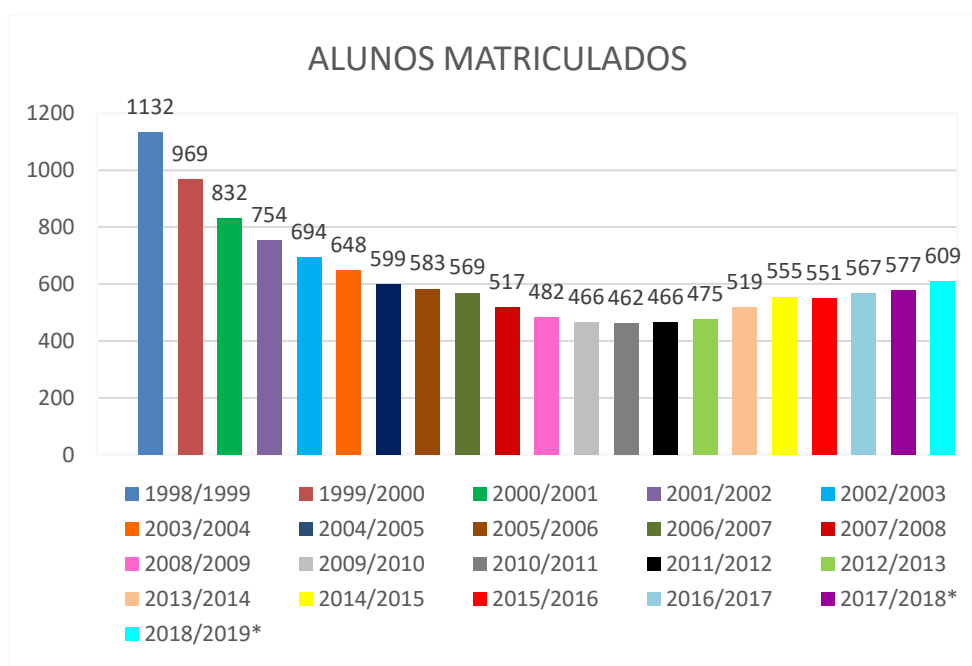


Gráfico 8. Número total de alunos da EPM no final de cada ano letivo.
Fonte: EPM. Dados não publicados.
 *Início do ano letivo.



Gráfico 9. Número de alunos no curso de PLE no final de cada ano letivo entre 2007 e 2018.
Fonte: EPM. Dados não publicados.
 *Início do ano letivo.

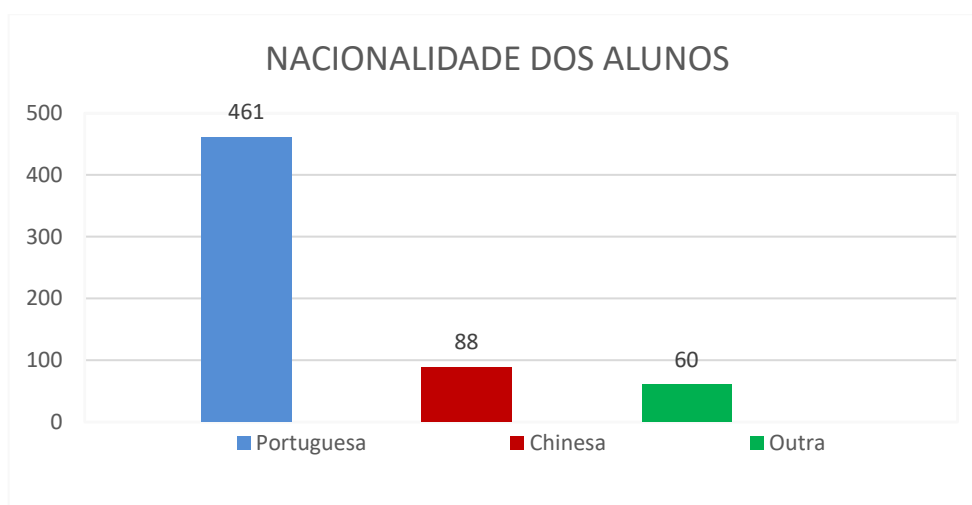


Gráfico 10. Nacionalidade dos alunos da EPM no ano letivo de 2018/2019.
Fonte: EPM. Dados não publicados.

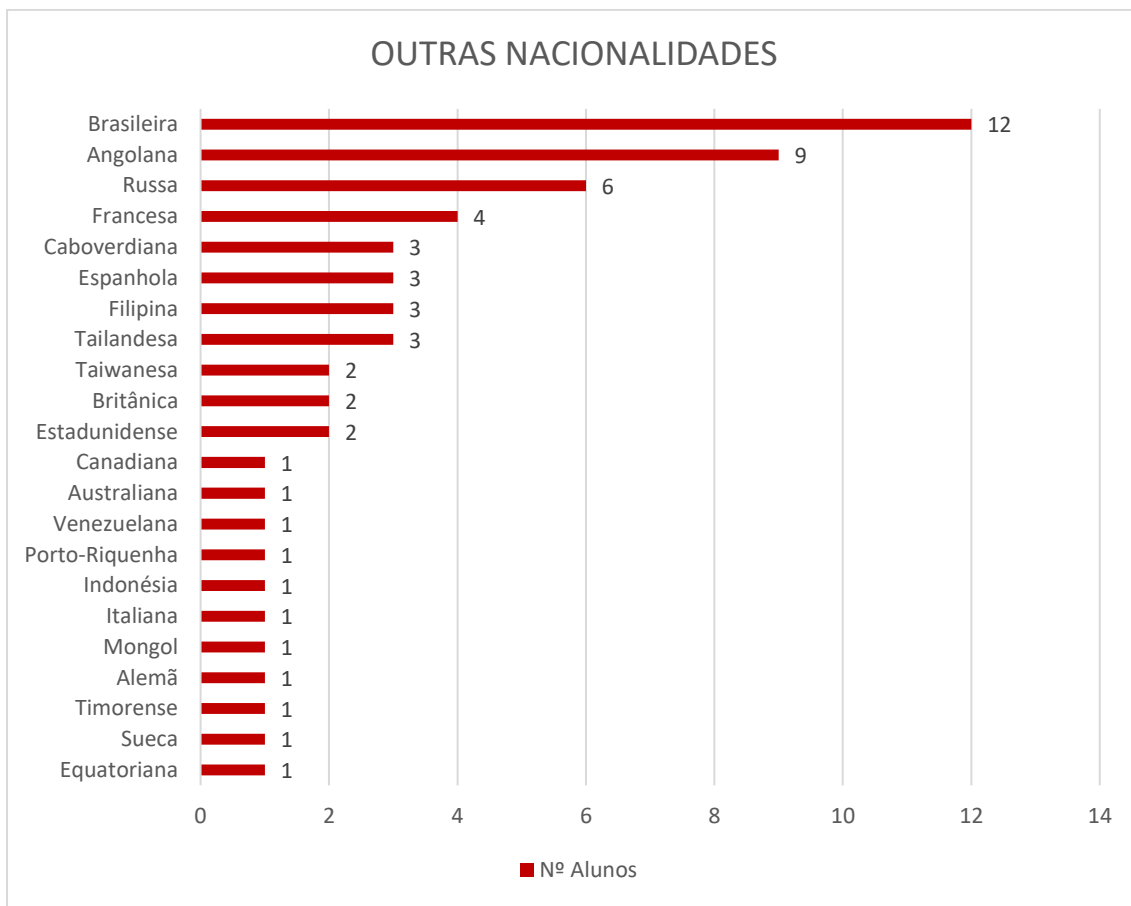


Gráfico 10. Outras nacionalidades dos alunos da EPM no ano letivo de 2018/2019.
Fonte: EPM. Dados não publicados.